

PORTE PAGO  
DTR/PR  
ISR - 48 - 420/87

# Análise Conjuntural

**IPARDES**

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

ISSN 0102-0374

Impresso

# Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

**IPARDES**  
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social  
Curitiba, v.28, n.07-08, p.1-54, julho/agosto 2006

## SUMÁRIO

### GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - Governador

### SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

NESTOR CELSO IMTHON BUENO - Secretário

### IPARDES

JOSÉ MORAES NETO

*Diretor-Presidente*

NEI CELSO FATUCH

*Diretor Administrativo-Financeiro*

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

*Diretora do Centro de Pesquisa*

SACHIKO ARAKI LIRA

*Diretora do Centro Estadual de Estatística*

THAÍS KORNIN

*Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento*

### ANÁLISE CONJUNTURAL

GILMAR MENDES LOURENÇO (*editor*)

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor assistente*)

### Equipe

AGEMIR DE CARVALHO DIAS (*Sociólogo*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

CAROLINA MARTINS

LEONARDO MARCON WEBER

MONIQUE LOVERA PASTRO

(*Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários*)

### EDITORIAÇÃO

MARIA LAURA ZOCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão*)

LUIZA DE FÁTIMA P. MENDES LOURENÇO

(*normalização bibliográfica*)

ANA BATISTA MARTINS

(*edição eletrônica*)

### IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento  
Econômico e Social

Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2

CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba - Paraná

TEL.: (41) 3351-6335 - FAX (41) 3351-6347

INTERNET: <http://www.ipardes.gov.br>

E-MAIL: [ipardes@ipardes.gov.br](mailto:ipardes@ipardes.gov.br)

**Permitida a reprodução total ou parcial desta  
publicação, desde que citada a fonte.**

O PIB do primeiro semestre <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	2
Economia aleijada ou morta <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	4
Os efeitos diminutos das mudanças cambiais <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	7
Panorama conjuntural da indústria paranaense <i>Julio Takeshi Suzuki Júnior</i>	9
Desconcentração industrial: ganhos e perdas do Paraná <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	11
Lei de inovação: aspectos preliminares <i>Guilherme Amorim</i>	14
A dinâmica recente do mercado formal de trabalho no Paraná <i>Agemir de Carvalho Dias</i>	16
A polêmica sobre o nível de desemprego <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	19
A economia da pátria de chuteiras <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	21
Habilidades e peculiaridades do economista <i>Gilmar Mendes Lourenço</i>	23
Os resultados recentes da avicultura paranaense <i>Carolina Martins, Leonardo Marcon Weber e Monique Lovera Pastro</i>	25
Paraná – Destaques Econômicos <i>Guilherme Amorim, Carolina Martins, Leonardo Marcon Weber e Monique Lovera Pastro</i>	27
Economia Paranaense Indicadores Selecionados	36

# O PIB do primeiro semestre

Gilmar Mendes Lourenço\*

O pífio crescimento de 2,2% do Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB) brasileiro entre janeiro e junho de 2006, quando confrontado com igual intervalo de 2005, atesta a desaceleração verificada na economia brasileira no corrente exercício. Em doze meses, a expansão do sistema econômico do País foi de 1,7%. A modesta performance foi influenciada pelos setores industrial e de serviços, que registraram variações de 2,6% e 2,3%, respectivamente, pois as atividades agropecuárias acumularam incremento de apenas 0,3%.

Conforme o critério de utilização final do Sistema de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a liderança coube às importações (+13,9%), aos investimentos (+5,9%) e ao consumo das famílias (+3,8%). Chamaram a atenção a perda de ímpeto das exportações (+4,1%) e o tímido acréscimo dos gastos do governo (+1,9), excluídas as transferências de renda (previdência e Bolsa-Família, principalmente).

A indústria foi impulsionada pela construção civil (+4,7%), pelos segmentos de máquinas para escritório e equipamentos de informática (58,4%), especialmente computadores e monitores; atividades extrativas (8,4%), sobretudo de minério de ferro e de petróleo; máquinas, aparelhos e material elétrico (13,8%); e refino de petróleo e produção de álcool (5,2%), que responderam por mais de 70,0% do crescimento. As performances negativas ficaram por conta de produtos químicos (-2,7%), madeira (-8,8%) e vestuário (-7,9%).

Como se percebe, trata-se de um dinamismo bastante concentrado setorialmente, confirmando a tendência verificada desde 2004, com o predomínio dinâmico de segmentos atrelados à exploração de recursos naturais, à ampliação da oferta de crédito, principalmente aquele consignado com desconto em folha de pagamento, ao barateamento de custos de importações, em virtude do câmbio sobreapreciado, e à continuidade do crescimento da economia mundial e, por extensão, da ascensão das cotações das *commodities* minerais. O encolhimento da produção em algumas atividades esteve diretamente associado à otimização negativa entre câmbio e colapso dos negócios atrelados ao campo.

Na verdade, parece razoável admitir a ocorrência de uma espécie de especialização defensiva da base industrial, à custa do enfraquecimento de diversas cadeias produtivas construídas ao longo de decênios, resultante dos percalços de natureza cambial, tributária, infra-estrutural, dentre outros.

Pela ótica das categorias de uso dos bens industriais, o crescimento foi liderado pelos ramos de consumo

duráveis (7,5%) e de capital (5,0%), em resposta, respectivamente, ao prosseguimento da tendência de acréscimo na disponibilidade e compressão no preço do dinheiro, e ao começo do desencilhe de alguns projetos públicos e privados na direção da elevação da capacidade produtiva, sobretudo na área dos insumos básicos precificados internacionalmente.

A fração leve da ponta industrial, representada pela produção de bens de consumo semiduráveis e não-duráveis, praticamente acompanhou a média do setor manufatureiro, reproduzindo os limites de ampliação da parcela da renda acoplada aos salários da classe trabalhadora, em função dos ainda elevados patamares de desemprego, em ambiente de moderado ritmo de crescimento da economia.

Enquanto isso, a base industrial ocupada pelo departamento de bens intermediários exibiu modesta expansão de 1,7%, expressando a persistência da conjuntura macroeconômica adversa, particularmente quanto às incertezas cambiais, às decisões de realização de novos investimentos em ramos de reduzidas taxas de retorno e/ou longa maturação temporal, à exceção de minério de ferro e petróleo.

Tal quadro pode ser confirmado pela diminuição de 0,5% no contingente de pessoal ocupado na indústria, determinada por calçados e artigos de couro (-13,4%), máquinas e equipamentos (-7,9%) e madeira (-11,8%), influenciados pela conjugação entre defasagem cambial e crise na agricultura. O recuo só não foi mais acentuado devido à variação positiva observada em alimentos e bebidas (8,8%), máquinas, aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (5,6%) e meios de transporte (2,9%), imputada à subida nos níveis de renda e de crédito.

A situação instável da indústria também pode ser notada pela queda real de 0,5% da receita líquida das empresas de capital aberto no primeiro semestre, segundo levantamento da Consultoria Econômica, com base nos balanços de 88 companhias com ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa).

\* Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

Foi o pior desempenho desde 1998, motivado pelos desdobramentos do atraso cambial no comércio externo particularmente dos segmentos siderúrgico, metalúrgico, químico, veículos e peças, têxtil e de telecomunicações.

No terreno do consumo, as vendas do comércio varejista experimentaram ampliação real de 5,7%, explicada pelo vigoroso incremento contabilizado por equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (41,1%), móveis e eletrodomésticos (9,1%) e super e hipermercados (7,4%), em decorrência do abrandamento das restrições monetárias e dos adicionais de salários reais derivados da queda da inflação e do aumento do emprego, contrastando com o encolhimento de -10,0% em combustíveis e lubrificantes, magnificando a queda de rentabilidade da agricultura.

Com relação aos salários, a folha da indústria variou 0,4%, com destaque para os ramos de produtos químicos (12,0%) e máquinas, aparelhos eletroeletrônicos e de comunicações (12,1%); e quedas em máquinas e equipamentos (-10,5%) e calçados e artigos de couro (-12,9%).

No mesmo curso, de acordo com levantamentos do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), as negociações salariais do primeiro semestre de 2006 revelaram-se as melhores desde 1996. De 271 negociações avaliadas, 82,0% acusaram reajustes salariais superiores à inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e 14% obtiveram atualizações iguais à inflação acumulada em doze meses até a data-base, em razão essencialmente do recuo da inflação. O peso dos acordos para a concessão de reajustes acima da inflação foi de 91,0% para o comércio, 84,0% para a indústria e 77,0% para o setor de serviços.

---

*A economia brasileira foi influenciada no primeiro semestre de 2006 pela maior disponibilidade de crédito, pela expansão da massa de rendimentos médios reais, pelo declínio da inflação e pela desaceleração das exportações*

---

Essencialmente, a marcha da economia no primeiro semestre de 2006 traduziu os impactos concatenados da maior disponibilidade de crédito, mesmo em clima de escassa concorrência bancária e de cobrança de enormes *spreads* (diferenças entre as taxas de empréstimo e as de captação), da expansão da massa de rendimentos médios reais e do declínio da inflação, sobre algumas camadas do tecido econômico que, no geral, ainda padecem com a conjugação entre juros e tributos elevados, câmbio baixo e reduzidas inversões infra-estruturais.

A despeito dos aprimoramentos institucionais empregados para a redução do custo do crédito no Brasil nos últimos anos, como a central de risco, a lei de falências, a alienação fiduciária para imóveis, a tramitação dos cadastros positivos no Congresso Nacional, a oferta consignada e a redução da taxa Selic, os *spreads* permanecem extremamente altos, culminando em preços finais do dinheiro de cerca de 28,0% em média ao ano para

pessoas jurídicas e 54,0% ao ano para as pessoas físicas e volume de crédito ao setor privado inferior a 33,0% do PIB, um dos menores do planeta, devido à maior absorção de recursos para a rolagem da dívida líquida do setor público, cujos juros totalizaram quase 8,0% do PIB no primeiro semestre de 2006.

Segundo o Banco Central, dos *spreads* bancários cobrados no segmento de crédito livre no Brasil, 5,3% cabem aos depósitos compulsórios e ao fundo garantidor de crédito, 20,8% à carga de impostos, taxas e contribuições, 20,9% às provisões para riscos de inadimplência, 26,3% às despesas administrativas e 27,6% aos lucros das instituições.

Essa anomalia é atribuída pelos bancos aos elevados compulsórios recolhidos junto ao Banco Central, estimados em R\$ 156,0 bilhões, cifra superior ao saldo de empréstimos ao setor industrial (R\$ 145,1 bilhões), supondo, de maneira equivocada, que sua redução implicaria acréscimo no volume de crédito em um aparelho de negócios cuja liderança na busca de recursos de terceiros é ocupada pelo governo.

A continuidade do movimento ascendente do aparelho produtivo até o final do ano depende do controle das variáveis macroeconômicas em um ciclo político desprovido de maiores novidades, a não ser aquelas relacionadas à ampliação do gasto público e à exaustão da capacidade de endividamento primário da população, constatada por meio dos incrementos de 31,0% do crédito às pessoas físicas em doze meses encerrados em julho *vis-à-vis* 6,0% da massa de salários e da impulsão de 24,2% da inadimplência desde o final de 2004.

Aliás, o aumento dos dispêndios governamentais vem sendo amparado pela perfeita sintonia entre contração dos superávits fiscais primários e comerciais, sob pena de deflagração de pressões de inflação de demanda. O saldo primário das contas públicas atingiu R\$ 41,4 bilhões entre janeiro e julho de 2006, o que representou 3,55% do PIB, bastante aquém da meta de 4,25% do PIB. As despesas públicas cresceram 14,8% entre janeiro e julho de 2006, ante igual período de 2005, contra evolução de 11,1% das receitas.

Ainda assim, essa postura pode redundar em comprometimento do instável equilíbrio das finanças públicas, baseado em ampliação de carga tributária e corte de investimentos, inclusive em infra-estrutura. A carga tributária brasileira, de 37,4% do PIB em 2005, é a quinta maior do mundo, atrás apenas de Suécia, Noruega, França e Itália.

Em um quadro de pronunciada desaceleração do crescimento da economia mundial, devido à necessidade de esvaziamento da bolha imobiliária e de amenização das pressões inflacionárias acopladas às *commodities* minerais (petróleo e aço), e na ausência de elevação expressiva do salário mínimo e das dotações dos programas de cunho assistencialista como o Bolsa-Família – em razão dos efeitos negativos sobre as contas públicas – e de permanência dos obstáculos aos investimentos e às exportações – notadamente os desarranjos dos preços básicos como câmbio, juros e tributos –, é lícito admitir para 2007 a projeção de taxa de expansão do PIB inferior ao modesto patamar de 3,5% previsto para o ano de 2006.

# Economia aleijada ou morta

---

Gilmar Mendes Lourenço\*

---

A expressão “a inflação aleija, mas o câmbio mata”, proferida pelo ministro Mário Henrique Simonsen por ocasião dos embaraços provocados pelo desequilíbrio externo brasileiro dos anos 1970, vem sendo transportada para os dias de hoje como uma espécie de justificativa para a promoção de depreciações na taxa de câmbio acompanhadas de afrouxamento do controle inflacionário.

Por certo, a inflação inibe o papel de coordenação das atividades exercido pelo sistema de preços, ao se propagar de forma heterogênea sobre o sistema econômico, prejudicando os agentes com menor capacidade de defesa, sobretudo os assalariados, e beneficiando aqueles com maior poder de mercado e/ou com capacidade de utilização dos espaços institucionais criados para a proteção dos haveres, especialmente no mercado financeiro.

Adicionalmente, o cenário de instabilidade e desorganização derivado do fenômeno inflacionário encurta a previsibilidade e subtrai as atividades de planejamento de longa maturação das organizações, em favor do gerenciamento de curto prazo, comprometendo o potencial de crescimento econômico e de geração de empregos, conformando a condição do corpo aleijado. O próprio remédio antiinflacionário, centrado na compressão da demanda (juros) e oferta (crédito), também seria nocivo às ações direcionadas à elevação do produto econômico.

No caso do câmbio, a necessidade de obtenção de divisas estrangeiras para a cobertura do serviço da dívida externa e/ou de controle da inflação impõe a priorização da política monetária, por meio da fixação de juros internos bastante acima da média internacional, abrindo flancos para a ocorrência de múltiplos impactos adversos, como a atração de capitais especulativos, a sobrevalorização cambial, o enfraquecimento da demanda externa e dos segmentos internos a ela articulados e a substituição de produção doméstica por importações de diferentes itens da matriz nacional.

Em um panorama de predominância das transações financeiras nos negócios envolvendo as taxas de câmbio (transformada em ativo financeiro desprovido de custos de produção), principalmente com moeda e ativos estrangeiros, em detrimento das operações comerciais, como reflexo da orientação monetária restritiva, delineia-se a morte dos níveis de renda, emprego e salários de distintos ramos de atividade.

Nesse particular, emergem equívocos de origem, dado que o alcance da austeridade monetária estaria restrito ao combate de focos inflacionários de demanda (déficit público, acréscimos de salários reais superiores à produtividade e ampliação real da oferta de crédito). A propósito, os juros reais elevados pagos aos capitais especulativos, em regime de livre flutuação cambial, praticamente anularam o enorme esforço exportador empreendido nos últimos anos, particularmente pelo setor privado, que resultou na reversão dos déficits em transações correntes do País desde 2002.

Ao mesmo tempo, é interessante recordar que o câmbio, associado ao cumprimento dos requisitos básicos de competitividade sistêmica (juros, tributos, infra-estrutura, regulação, burocracia, inversões em inovação, oferta e preço dos capitais de empréstimo, ambiente ao capital de risco etc.), representa instrumento crucial na definição da posição produtiva e comercial das empresas e dos diferentes países em ambientes globalizados, ao determinar a otimização no processo de alocação de recursos entre os ramos produtivos e o curso da demanda agregada.

---

## *A realização de artificialismos nos mercados cambiais implicaria riscos de retorno da espiral inflacionária*

---

Nesse contexto, na falta de uma estratégia consistente e articulada de redução de juros e de aprofundamento do ajuste fiscal de longo prazo, a realização de artificialismos nos mercados cambiais implicaria riscos de retorno da espiral inflacionária e, por extensão, de apodrecimento precoce dos frutos bons propiciados pelo lado das vendas externas e do mercado de trabalho pós-desvalorização.

---

\* Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação: A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

Mesmo porque, como o veneno mortal do câmbio, proveniente dos juros elevados, só se aplicaria às situações de desequilíbrio no balanço em transações correntes, o que não seria o caso presente do Brasil, não valeria a pena produzir mais desculpas para a aplicação de novas rodadas de austeridade monetária destinadas à neutralização das pressões altistas e ao prosseguimento da garimpagem de recursos externos, especialmente quando não existe qualquer indício de inflexão na curva da cotação do dólar frente ao real.

Diante disso, afigura-se oportuna a aceleração da redução dos juros, tangenciada por indicações firmes de perseguição da recuperação da capacidade fiscal, gerencial e de coordenação, regulação e indução do Estado – fortemente debilitada pelos requerimentos eleitorais, pelos juros e pelas contas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) –, e de resgate da função de sinalizador das expectativas dos agentes, tradicionalmente cumprida pela maior flexibilidade da administração do câmbio, com controle dos fluxos de capitais no sentido da preservação dos preceitos de competitividade.

Nesse particular, será importante também buscar a compressão do preço fiscal da acumulação de reservas. De fato, os frequentes movimentos de instabilidade dos mercados financeiros internacionais em tempos de globalização têm servido como justificativa bastante plausível para a adoção de estratégias de multiplicação dos níveis de reservas cambiais, por parte das principais nações emergentes, como instrumento de defesa ante a deflagração de ataques especulativos contra as moedas nacionais não conversíveis, conferindo maior fôlego aos respectivos bancos centrais e às políticas econômicas.

Recorde-se que, em ocasiões de mercados mais fechados e com menor mobilidade das correntes de capitais, as referências internacionais fixavam montantes de reservas próximos da cobertura entre seis meses e um ano de importações como uma espécie de salvo-conduto aos riscos de descontinuidade nos fluxos de comércio de recursos financeiros mundiais.

O cenário de mundialização da produção, comércio e finanças pós anos 1980 determinou a fragmentação das nações em segmentos emissores de padrão monetário (Estados Unidos), em ofertantes de haveres conversíveis (Zona do euro e Japão) e em não detentores do poder de emissão, classe que hospeda primordialmente os países emergentes.

Mesmo tendo saltado de menos de US\$ 20,0 bilhões, em 2002, para cerca de US\$ 70,0 bilhões em agosto de 2006 (o que corresponde a duas vezes a dívida externa pública e privada em um ano), as reservas brasileiras ainda estão aquém dos valores registrados tanto por gigantes como Japão e China (quase US\$ 900,0 bilhões) quanto por economias de menor porte, como Taiwan, Coréia, Rússia e Índia (na faixa dos US\$ 200,0 bilhões), aplicados em maior proporção em títulos do governo norte-americano.

O principal inconveniente da perseguição de elevação dos estoques de reservas em dólares por parte do Brasil repousa no enorme impacto fiscal, dada a necessidade de o Tesouro Nacional ser forçado a recorrer

à emissão de papéis para esterilizar o excedente de oferta monetária em reais derivado da conversão dos dólares adicionais, operação onerada pelo diferencial entre juros internos *versus* internacionais.

A minimização do custo fiscal requer, fundamentalmente, a busca de paridade entre o preço do dinheiro no País e no exterior, acrescentado o grau de risco. Até porque, a orientação de construção de grandezas consistentes de reservas internacionais deve levar em conta o perfil temporal do endividamento externo brasileiro, incorporando as estimativas de procura por dólares em estágios de instabilidade.

Voltando à política econômica, é imprescindível a combinação entre as engrenagens centradas na ousadia na gestão econômica e nos esforços de negociação política para o rompimento do imobilismo reinante no Congresso Nacional, incluindo o incremento do crédito ao setor privado e das inversões em infra-estrutura econômica e social e os objetivos de maior homogeneização dos desdobramentos redistributivos dos programas de transferência de renda. Só assim será factível a sintonia entre elevação sustentada das taxas de poupança e de investimento e controle estrutural da inflação.

No que diz respeito às inversões sociais, convém destacar a tardia aprovação, pelo Senado da República, do marco regulatório para o segmento de saneamento básico, que cobre menos da metade dos domicílios brasileiros e ostenta enorme efeito multiplicador dinâmico em emprego e renda, propiciando economia em gastos com saúde de cerca de quatro vezes o valor aplicado diretamente em saneamento.

No tocante ao estoque de crédito, a despeito da maior expansão do último decênio verificada entre 2003 e 2006 (passando de 24,0% do PIB para 33,0% do PIB), percebe-se pronunciada concentração nos empréstimos às pessoas físicas, particularmente aquele em consignação, cujos montantes representavam quase 50,0% do crédito pessoal total.

Quanto à redistribuição de renda, cálculos da Fundação Getúlio Vargas atestam incremento na participação dos 50,0% mais pobres na renda gerada de 10,0%, em 2002, para 12,2% em 2005, contra declínio de 50,0% para 46,3% da parcela absorvida pelos 10,0% mais ricos, em igual intervalo. Esse comportamento pode ser atribuído à utilização da cesta de programas assistenciais (Bolsa-Família e benefícios previdenciários indexados ao salário mínimo, como as aposentadorias rurais), acoplada à devolução do poder de compra dos rendimentos, propiciada pela redução estrutural da inflação.

Em contrapartida, levantamentos realizados pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) demonstram que os rendimentos financeiros reais dos 10,0% mais ricos da população cresceram 65,8% entre 2001 e 2004, contra variação real de 23,3% e 19,2% na renda proveniente do trabalho dos 10,0% e 20,0%, respectivamente, mais pobres, no mesmo período. Ainda conforme a Unicamp, entre 1995 e 2005 o acréscimo dos ganhos dos mais ricos com outras formas de renda (juros, lucros, aluguéis) superou a expansão real da renda do trabalho em quase cinco vezes (37,7% *versus* 7,6%).

Em outros termos, os gastos do governo com programas sociais (cerca de R\$ 80,0 bilhões/ano, ou 21,4% dos gastos não financeiros da União contra 3,0% em infra-estrutura, por exemplo) equivalem à metade da conta de juros da dívida líquida do setor público, que abocanha quase toda a arrecadação de impostos (fora taxas e contribuições).

O prosseguimento da marcha na direção da equidade social esbarra na ausência de âncoras estruturais à retomada do crescimento, sobretudo quando, de um lado, as elevadas cargas tributárias e de juros asfixiam os investimentos e, de outro, as correções mais encorpadas do salário mínimo, descoladas da curva de produtividade da economia, impulsionam os dispêndios

previdenciários e, por conseguinte, a informalidade e a precarização das relações de trabalho.

Não por acidente, pesquisa recente do Banco Mundial colocou o Brasil na 119.<sup>a</sup> posição no ranking de 155 nações no item facilidades para a realização de negócios. O peso dos tributos aproxima-se de 40,0% do PIB no Brasil, quando incluídas as receitas das três instâncias da administração (União, Estados e Municípios) com impostos, taxas e contribuições, e acrescentando a arrecadação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e do sistema S.

O alarmante é que o ingresso fiscal de 20,0% do PIB é representado por impostos indiretos (ICMS, IPI, PIS e Cofins), incidentes, em maior medida, sobre os níveis de renda da população mais pobre.

# Os efeitos diminutos das mudanças cambiais

---

Gilmar Mendes Lourenço\*

---

As providências contidas no pacote de flexibilização da legislação cambial brasileira para as organizações atuantes no mercado internacional, anunciado pelo governo em atendimento parcial à pauta de reivindicações capitaneadas pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), ainda deverão ser legitimadas por medida provisória e algumas resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN).

Por uma observação preliminar é possível aferir que, a despeito da correta intenção de comprimir o grande influxo de moeda estrangeira e impedir a continuidade da valorização do real, parece pouco provável que o elenco de regras consiga devolver a competitividade às exportações do País, combatida por inúmeros equívocos (estruturais e conjunturais) cometidos pela orientação econômica desde meados de 2004, não compensados pelas intervenções promovidas pelo Banco Central (BC) e Tesouro Nacional no mercado de divisas, materializadas em iniciativas de aquisições de dólares para acumulação de reservas e antecipação de pagamento de débitos externos, efetivadas a vultosos custos fiscais.

Cabe advertir que mesmo com as reservas internacionais atingindo quase US\$ 70,0 bilhões, ultrapassando o montante da dívida externa da União (US\$ 63,0 bilhões), o fator determinante da cotação cambial no Brasil constitui a corrente líquida de dólares (comercial e financeira) que atingiu US\$ 33,0 bilhões no ano encerrado em junho de 2006.

Assim, a permissão concedida aos exportadores de deixar depositadas fora do País (exceto em paraísos fiscais) até 30,0% das receitas decorrentes das vendas externas, destinadas à cobertura de compromissos assumidos em moeda forte (dívidas, pagamento de importações e investimentos) e livres da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (com perda estimada de arrecadação de R\$ 400,0 milhões em um ano), ainda é um experimento, com a prerrogativa de alteração pelo CMN. Lembre-se de que os outros 70,0% devem ser remetidos ao Brasil em até 210 dias.

A principal restrição enfrentada pela possibilidade de hospedagem de parcela dos recursos no exterior repousa na concorrência imposta pelas operações de arbitragem, realizadas com base no diferencial entre os juros domésticos e os internacionais, que estimulam a internalização das somas pelo aproveitamento da possibilidade concreta de multiplicação dos lucros

financeiros das grandes corporações. Nessa perspectiva, inferências da própria Fiesp revelam que os exportadores estariam conseguindo recuperar, em negócios de arbitragem nos mercados futuros, entre 10,0% e 20,0% dos prejuízos incorridos com a taxa de câmbio baixa.

Isso porque, os juros básicos no Brasil estão em 14,25% ao ano contra 5,25% a.a. nos Estados Unidos, resultando em hiato de quase 7,0% se for descontado o risco-País. Por outro prisma, o juro real estaria em 10,0% a.a. contra 1,5% a.a. para a média mundial, permitindo a predominância das correntes financeiras na formação da taxa de câmbio nominal adequada aos patamares de juros e de risco, em detrimento da influência dos fluxos comerciais na obtenção do câmbio real, afetada pelos preços relativos entre exportações e importações, ou índices de relações de trocas, pelo equilíbrio entre poupança e investimento interno e pelos níveis de utilização da capacidade do aparelho produtivo.

---

## *As medidas divulgadas perseguem prioritariamente a redução de custos administrativos do comércio externo*

---

Ademais, considerando que a esmagadora maioria das empresas vem realizando, de forma contínua, o fechamento dos adiantamentos de contratos de câmbio (ACCs), não devem ocorrer expressivas retenções de haveres no exterior em curto prazo (um ano e meio). Existe ainda a chance de a retenção anunciada conspirar para a valorização do real em razão de facilitar a obtenção de crédito externo pelas empresas exportadoras. Frise-se que o ministro Furlan pleiteava uma cobertura cambial de 60,0% para os haveres gerados pelas transações externas e a Fiesp defendia a sua eliminação.

---

\* Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

No fundo, as medidas divulgadas perseguem prioritariamente a redução de custos administrativos do comércio externo, por conta dos componentes de desburocratização, racionalização de processos e simplificação de contratos de câmbio, evidenciados pelo fim do preenchimento de formulários para transações de até US\$ 3 mil e a permissão de pagamento em reais (inclusive com cartão de crédito internacional) das compras efetuadas em zonas francas de portos e aeroportos, dentro dos limites fixados pela legislação.

Essa flexibilização permitirá a redução dos custos de transações incorridos por grandes empresas dedicadas às atividades de exportação e importação, que poderão fazer negócios simultâneos e escapar dos diferenciais cambiais e de outras despesas. Nesse particular, os segmentos mais beneficiados seriam petroquímica, material de transporte e siderurgia.

Igualmente relevante foi a decisão de regularização do capital multinacional sem registro (contaminado) no BC, estimado em US\$ 15,0 bilhões, visando ao aumento da demanda por moeda estrangeira vinculada às remessas de lucros e dividendos e, por extensão, da receita de impostos. Tais recursos provinham de operações de conversão de dívidas, reinvestimento de lucros, reorganizações societárias (fusões e aquisições) e aplicações de critérios de avaliação de ativos por valores patrimoniais em vez de cotações de mercado.

Em síntese, o exame das modificações cambiais estipuladas atesta o foco estreito da gestão macroeconômica brasileira. Persiste o descaso com a interpretação quase consensual de que a sobreapreciação da moeda

nacional e a perda de embalo das exportações possuem outras raízes, atreladas a fatores de competitividade sistêmica como juros e tributação elevados, precariedade infra-estrutural, excessiva burocracia e reduzidos patamares de inversões em pesquisa e desenvolvimento e em qualificação de mão-de-obra. Seria ocioso sublinhar que esses assuntos estiveram ausentes da mesa de discussões oficiais nos últimos tempos, sob o argumento de que exigiriam complexas costuras políticas.

O mais absurdo, porém, é a falta de percepção do governo quanto aos efeitos mais encorpados, sobre o funcionamento do sistema econômico brasileiro, de atitudes específicas mais ousadas, como uma maior redução nas taxas de juros, que dispensariam as árduas negociações políticas com outras instâncias de poder. Mais precisamente, duas vias poderiam ser pavimentadas com a redução do custo do crédito no Brasil: a compressão conjugada do risco, do custo de rolagem da dívida e do furor arrecadatário; e a impulsão da eficiência do aparelho produtivo, independentemente do destino das vendas (mercado doméstico ou externo).

Na seqüência, ou no começo do próximo mandato presidencial, haveria a necessidade de utilização do estoque de capital político para a articulação de um projeto de crescimento com estabilidade inflacionária, centrado em inversões em infra-estrutura, impulsão das exportações dos ramos com maior potencial competitivo (*commodities* e material de transporte), estímulos aos segmentos portadores de progresso técnico e apoio à multiplicação de iniciativas ligadas à atenuação dos desequilíbrios regionais e sociais na distribuição de renda.

# Panorama conjuntural da indústria paranaense

Julio Takeshi Suzuki Júnior\*

Após registrar crescimento de 0,9% em maio, a produção industrial paranaense voltou a apresentar queda, anotando variação de -1,2% no mês de junho (tabela 1). Com esse resultado, a produção física do setor manufatureiro estadual contabiliza retração de -3,8% no acumulado do primeiro semestre de 2006, no confronto com o mesmo período de 2005, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

TABELA 1 - RESULTADOS MENSIS DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL - PARANÁ - JAN 2005 - JUN 2006

MESES	VARIÁÇÕES (%)		
	Mensal <sup>(1)</sup>	Acumulado no Ano <sup>(2)</sup>	Acumulado em 12 Meses <sup>(3)</sup>
2005			
Janeiro	10,8	10,8	10,4
Fevereiro	1,8	6,2	9,9
Março	3,0	5,0	8,7
Abril	5,0	5,0	8,7
Mai	14,0	6,8	9,6
Junho	16,9	8,5	10,7
Julho	-0,3	7,1	10,5
Agosto	-3,3	5,5	8,4
Setembro	-6,9	3,8	5,9
Outubro	-5,6	2,8	4,7
Novembro	-10,0	1,5	2,5
Dezembro	-0,8	1,3	1,3
2006			
Janeiro	-6,3	-6,3	0,1
Fevereiro	-7,4	-6,8	-0,6
Março	-3,1	-5,5	-1,1
Abril	-6,3	-5,7	-2,0
Mai	0,9	-4,3	-3,0
Junho	-1,2	-3,8	-4,2

FONTE: IBGE - Produção Industrial Mensal

(1) Em relação ao mesmo mês do ano anterior.

(2) Em relação ao mesmo período do ano anterior.

(3) Em relação aos doze meses anteriores.

A disparidade em relação ao desempenho da indústria nacional, que apresenta expansão de 2,6% nos seis primeiros meses deste ano, pode ser imputada à maior suscetibilidade da base produtiva local aos atuais fatores de restrição macroeconômica, refletindo as características da estrutura industrial do Estado, e a estratégias específicas de algumas empresas oligopolistas com significativa participação na renda gerada pelo setor secundário do Paraná.

Prova disso é que o declínio de -16,1% na produção do ramo de veículos automotores, segmento que responde por expressivo peso no produto industrial paranaense, representou impacto de -2,9 pontos percentuais (p.p.) na taxa geral de -3,8 p.p. registrada pelo setor manufatureiro no primeiro semestre de 2006 (tabela 2). Ou seja, a fabricação de veículos automotores foi responsável por 76% do decréscimo da produção total da indústria no referido intervalo, o que evidencia a relevante influência dos segmentos líderes na determinação do resultado global, não obstante a inegável diversificação industrial ocorrida no Paraná no período recente.

Como se sabe, a fraca performance do pólo automotivo está diretamente relacionada à transferência de linhas de produção, voltadas à exportação, para outros estados. Mais precisamente, a mudança da linha de montagem do Volkswagen Fox Europa de São José dos Pinhais (PR) para São Bernardo do Campo (SP), em meados de 2005, vem resultando em queda substancial da produção física setorial, dada a redução das vendas externas realizadas pela unidade paranaense. Em razão dessa estratégia empresarial, as exportações estaduais de automóveis somaram apenas US\$ 271,4 milhões no período janeiro-junho de 2006, valor 49,5% inferior ao contabilizado no primeiro semestre de 2005, de acordo com estatísticas do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

Ademais, não há dúvida quanto à interferência negativa da taxa de câmbio no desempenho industrial do Paraná, penalizando principalmente segmentos caracterizados por altos coeficientes de exportação e baixos patamares de importação de insumos. Entre os ramos mais fortemente afetados pela apreciação do câmbio, sobressai o complexo madeireiro, que apresentou queda de -12,5% na produção no acumulado do período janeiro-junho de 2006 (variação que representou contribuição de -0,8 p.p. na taxa da indústria geral), por conta da trajetória descendente das vendas destinadas ao mercado internacional.

\*Administrador, técnico da equipe permanente desta publicação.

TABELA 2 - PRODUÇÃO INDUSTRIAL - PARANÁ - JAN-JUN 2006

ATIVIDADES ECONÔMICAS	ACUMULADO JANEIRO-JUNHO DE 2006	
	Variação (%) <sup>(1)</sup>	Composição da Taxa
Indústria geral	-3,8	-3,8
Indústria de transformação	-3,8	-3,8
Alimentos	3,1	0,7
Bebidas	11,2	0,2
Madeira	-12,5	-0,8
Celulose, papel e produtos de papel	3,1	0,2
Edição, impressão e reprodução de gravações	-5,0	-0,4
Refino de petróleo e álcool	2,2	0,2
Outros produtos químicos	-9,0	-0,3
Borracha e plástico	14,3	0,4
Minerais não-metálicos	-5,6	-0,2
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	1,1	0,0
Máquinas e equipamentos	-9,9	-0,9
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	12,4	0,2
Veículos automotores	-16,1	-2,9
Mobiliário	-9,6	-0,3

FONTE: IBGE

(1) Variação no acumulado do 1.º semestre de 2006, em relação ao mesmo período do ano anterior.

Para demonstrar a influência da taxa de câmbio, o índice de rentabilidade das exportações nacionais de madeira e mobiliário atingiu, nos últimos quatro trimestres, os níveis mais baixos da série iniciada em 1985, segundo números da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex). Somente a título de comparação, no período abril-junho de 2006, a rentabilidade setorial com as exportações alcançou patamar 13,1% inferior ao anotado no último trimestre de 1998, antes da substituição do sistema de bandas cambiais pelo regime de flutuação.

O recente movimento de valorização da taxa de câmbio pode ser apontado também como um dos determinantes da retração produtiva da indústria paranaense de máquinas e equipamentos, levando em conta os reflexos da crise agrícola sobre a demanda de tratores e colheitadeiras, produtos com elevada participação na produção do segmento. No primeiro semestre de 2006, a produção estadual de tratores recuou -3,5%, em comparação a igual intervalo do ano passado, enquanto a fabricação de colheitadeiras decresceu -8,1%, de acordo com dados da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Nesse ramo industrial, cabe ressaltar ainda a redução da produção de máquinas para a indústria de

papel e celulose, além dos resultados negativos da fabricação de eletrodomésticos. No cômputo geral, a produção física do segmento de máquinas e equipamentos caiu -9,9% nos seis primeiros meses do ano corrente, tendo impacto de -0,9 p.p. na taxa da indústria do Paraná.

Já com relação aos ramos que apresentaram crescimento, merecem destaque as indústrias de alimentos e de borracha e plástico, com variações positivas de, respectivamente, 3,1% e 14,3% no período em análise, o que representou contribuições de 0,7 e 0,4 p.p. para a taxa global. A evolução da produção da indústria alimentícia reflete principalmente a ampliação do processamento de óleo de soja refinado e de açúcar, tradicionais produtos da agroindústria local.

Quanto ao segmento de borracha e plástico, houve significativa contribuição da fabricação de tubos e canos para a notável performance setorial, tornando nítidos os efeitos da recente expansão da construção civil.

Enfim, o comportamento da indústria paranaense no ano de 2006 vem sendo determinado sobremaneira por fatores exógenos à economia estadual, como a taxa de câmbio, havendo ainda razoável influência por parte de medidas isoladas de algumas grandes empresas, representativas na renda industrial.

# Desconcentração industrial: ganhos e perdas do Paraná

Gilmar Mendes Lourenço\*

A despeito dos vários constrangimentos de origem política e econômica, ou mesmo de percalços fortuitos ocasionados pelo clima, o Paraná figura como o quinto estado brasileiro que mais tirou proveito do ambiente propício ao investimento industrial delineado desde a segunda metade dos anos 1990, ficando atrás de Espírito Santo, Bahia, Goiás e Rio de Janeiro. Tanto é assim que o parque manufatureiro operante nos limites geográficos paranaenses registrou elevação de participação no valor da transformação industrial (VTI) do País, saltando de 5,3% em 1996 para 6,5% em 2004, consolidando a quinta posição na formação da renda industrial brasileira (tabela 1).

TABELA 1 - BRASIL - VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI) - PRINCIPAIS ESTADOS - 1996/2004

ESTADOS	VTI (% no Brasil)		VARIACÃO	
	1996	2004	Em % absoluto	Em tamanho (%)
São Paulo	49,4	40,0	-9,4	-19,9
Minas Gerais	9,2	10,6	1,4	15,2
Rio de Janeiro	8,3	10,4	2,1	25,3
Rio Grande do Sul	7,7	7,6	-0,1	-1,3
Paraná	5,3	6,5	1,2	22,6
Santa Catarina	4,3	4,6	0,3	7,0
Bahia	2,8	4,3	1,5	53,6
Amazonas	3,3	3,6	0,3	9,1
Espírito Santo	1,3	2,2	0,9	69,2
Goiás	1,1	1,6	0,5	45,3
Brasil	100,0	100,0		

FONTE: IBGE

Ressalte-se que esse peso chegou a atingir 6,8% em 2003, sendo a queda explicada primordialmente pelos reflexos iniciais do cenário de instabilidade construído pela conjuntura negativa, formada pela articulação perversa entre a progressiva sobrevalorização da taxa de câmbio e os prejuízos acusados pelos segmentos diretamente ligados à agropecuária.

O VTI representa uma espécie de substituto do conceito de produto econômico, calculado a partir da Pesquisa Industrial Anual (PIA/Produto 2004), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A ocupação da dianteira por Espírito Santo (ES), Bahia (BA), Goiás (GO) e Rio de Janeiro (RJ) pode ser imputada aos enormes investimentos realizados naquelas

unidades federadas, particularmente em petróleo, siderurgia e celulose, no Espírito Santo, na indústria automobilística e petroquímica na Bahia, em complexos agroindustriais em Goiás e em petróleo no Rio de Janeiro.

Ainda assim, o Paraná registrou o segundo maior incremento em dimensão manufatureira entre os cinco estados brasileiros mais industrializados no período, perdendo apenas para o Rio de Janeiro. Na mesma linha, é possível notar que, depois da maturação do ciclo de inversões iniciado no segundo quinquênio dos anos 1990, o peso do Estado do Paraná nas vendas da indústria brasileira subiu de 5,9%, em 2000, para 6,9% em 2004, empatando tecnicamente na quarta posição no ranking nacional com o Rio de Janeiro, que também ampliou sua contribuição de 6,6% para 7,0% no período em pauta, devido à maturação dos investimentos efetuados pela indústria de refino de petróleo (tabela 2).

TABELA 2 - BRASIL - DISTRIBUIÇÃO DAS VENDAS INDUSTRIAIS, SEGUNDO PRINCIPAIS UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1996, 2000 e 2004

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PARTICIPAÇÃO %		
	1996	2000	2004
São Paulo	48,9	46,4	41,1
Minas Gerais	9,6	9,9	10,4
Rio Grande do Sul	8,0	8,8	8,9
Rio de Janeiro	7,0	6,6	7,0
Paraná	6,0	5,9	6,9
Bahia	3,1	4,5	5,2
Amazonas	3,5	3,8	4,6
Santa Catarina	4,8	4,2	4,1
Espírito Santo	1,4	1,9	2,0
Goiás	1,2	1,2	1,6
Pará	0,9	1,2	1,6
Ceará	1,1	1,5	1,3
Pernambuco	1,4	1,2	1,2

FONTE: IBGE

\* Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação; A economia paranaense em tempos de globalização e Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização.*

Entre os três primeiros colocados em vendas, São Paulo acusou decréscimo de participação de 46,4% para 41,1%, Minas Gerais ultrapassou a barreira dos 10,0% em virtude da concretização do empreendimento da Mercedes-Benz em Juiz de Fora e da ampliação das exportações de minério de ferro, e o Rio Grande do Sul exprimiu contribuição estável em 8,9%. O sexto posto foi mantido pela Bahia, que elevou sua fatia de 4,5% para 5,2%, entre 2000 e 2004, devido à maturação do investimento realizado pela montadora Ford.

Ressalte-se o sétimo lugar ocupado pelo Amazonas, por conta do funcionamento da Zona Franca de Manaus – telefones celulares, motocicletas e televisores a cores –, desbancando Santa Catarina em 2004, cuja performance foi fortemente definida por refrigeradores ou congeladores, compressores e produtos cerâmicos.

---

*Há um prosseguimento da tendência de desconcentração geográfica da indústria no País, renovada desde 1994 com o advento do Plano Real e a acentuação da liberalização comercial*

---

As apurações derivadas desses levantamentos revelam o prosseguimento da tendência de desconcentração geográfica da indústria no País, renovada desde 1994 com o advento do Plano Real e a acentuação da liberalização comercial. Trata-se de um movimento de desconcentração concentrada, dentro do raio de interferência econômica de São Paulo e do Mercosul, salvo alguns espaços pontuais do território nacional, como Goiás, Bahia e Amazonas, justificados pela disponibilidade de fatores econômicos e/ou pela utilização de generosa cesta de incentivos fiscais e financeiros, composta em maior medida por subsídios da União, caso da pólo-automotivo de Camaçari e da Zona Franca de Manaus.

O avanço observado pelo Paraná derivou do encaixe pleno do Estado no curso da desconcentração mencionada, determinado pela preferência das empresas em realizar inversões industriais fora do eixo saturado, ancorado por São Paulo, e em privilegiar centros de portes médio e grande no Centro-Sul brasileiro, localizados estrategicamente no interior de um macromercado constituído por São Paulo e pelos países do Cone Sul. Não bastassem as vantagens geográficas, os destinos alternativos dos projetos eram dotados de infra-estrutura adequada e de mão-de-obra qualificada e ofertavam apreciáveis programas de estímulos fiscais, dada a permissividade do anárquico sistema tributário brasileiro.

Por cumprir com folga os requisitos colocados à mesa pelos investidores potenciais, o Paraná assumiu um papel central no processo de tomada de decisão locacional dos novos empreendedores. Com isso, o Estado ingressou numa etapa marcada pela agressiva atração de capitais produtivos em segmentos novos e pela expansão e modernização dos ramos considerados tradicionais, especialmente aqueles integrantes do agronegócio.

O resultado disso foi a constituição do pólo automotivo, incluindo montadoras e fornecedores mundiais, a sofisticação do agronegócio, a ampliação da indústria madeireira e papelreira, a maior inserção na fronteira internacional, notadamente com o Mercosul, e o melhor aproveitamento das vocações e o desenvolvimento das aptidões regionais, sustentados na base infra-estrutural física e científica e tecnológica disponível.

A liderança dinâmica exercida por atividades de fabricação de óleo diesel e adubos e fertilizantes, na área de bens intermediários, de tratores e máquinas agrícolas, na indústria de bens de capital, e de automóveis, no parque de bens de consumo duráveis, corrobora a marcha de profundas alterações quantitativas e qualitativas do setor industrial paranaense.

Contudo, a otimização dessas forças no Paraná dependeria da minimização de um conjunto de distorções nada desprezíveis, como a acentuada concentração industrial na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), a reduzida integração local do complexo automotivo, o sumiço de grupos empresariais e marcas regionais, a continuidade da migração campo-cidade, o esfacelamento da retaguarda pública de fomento, a fragilidade fiscal do Estado, e a reduzida presença e influência política paranaense na órbita federal e/ou a aparente ausência de interesse e empenho dos atores locais na direção da preservação e/ou busca de consolidação de atividades estratégicas.

Só a título de ilustração desse último ponto, o enorme investimento anunciado recentemente pela Petrobrás no Estado deve melhorar expressivamente a qualidade dos produtos da Refinaria e abarcar a instalação de uma planta de propeno. Mas, o filé mignon, representado pelas unidades de polipropileno, base para a cadeia produtiva de plásticos, deve ser abocanhado pelo Rio de Janeiro, em razão da existência de laços entre a estatal e a Polibrasil.

Nessa linha, outro prejuízo relevante corresponde à decisão de transferência das atividades de um tradicional grupo empresarial de origem local, a Britânia Eletrodomésticos, para o Estado da Bahia, motivada pela impulsão de competitividade determinada pela garantia de suprimento de polipropileno e de obtenção de benesses fiscais e financeiras no lugar de destino do projeto.

Conforme versão da companhia – instalada desde 1956 no município de São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), produzindo fogões e fogareiros –, o episódio integra uma operação de reestruturação, na qual a produção de eletrodomésticos (batedeiras, liquidificadores, ferros de passar, secadores de cabelo, espremedores e ventiladores) deve concentrar-se em Camaçari (Bahia) e a de eletroeletrônicos na matriz paranaense, antes fabricante de ventiladores e liquidificadores.

A planta da Bahia foi construída em 2002 e funciona desde setembro de 2003, ocupando 300 funcionários, e chegando a operar uma linha de montagem de aparelhos eletroeletrônicos (DVDs e som) que foi transferida para Itajaí (Santa Catarina) no ano de 2005, em razão da ampliação da concorrência no Nordeste

com o ingresso da norte-americana Lennox, no município de Lauro de Freitas, na Região Metropolitana de Salvador (RMS). O grupo também comercializa, com sua própria marca, produtos importados da Ásia.

Apesar de os representantes dos trabalhadores afirmarem a ocorrência de demissões de aproximadamente 100 dos 550 empregados da organização no Paraná, estatísticas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apuraram admissões de 300 pessoas e desligamentos de 1.052 pessoas, no primeiro semestre de 2006, na divisão de "fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos" do município de São José dos Pinhais, que abarca a companhia mencionada.

O mais gritante, porém, é que o rearranjo da Britânia não constitui evento isolado. A diminuta capacidade de interferência política dos agentes públicos e privados regionais nas esferas decisórias de Brasília, especialmente quanto à reversão da condução macroeconômica de juros altos e de câmbio baixo, mantida na contramão da orientação dos países-âncora

do crescimento mundial nos últimos anos, vem abrindo flancos para outras radicais alterações de posturas empresariais no território paranaense.

É o caso dos grupos Frimesa, o maior laticínio do Estado, com sede em Medianeira (Oeste), e da Confepar, união de cooperativas agropecuárias do Norte do Estado, que desistiram de operar no mercado externo, em decorrência da queda de rentabilidade provocada pelo câmbio apreciado. Lembre-se de que as referidas empresas investiram R\$ 5,0 milhões e R\$ 18,0 milhões, respectivamente, para atendimento da demanda externa de derivados lácteos, particularmente de leite em pó.

Em contraposição às condutas passivas, caberia destacar o esforço realizado pelo segmento cooperativista paranaense, anunciando investimentos de R\$ 3,5 bilhões entre 2006 e 2010, distribuídos entre industrialização (49,0%), armazenagem e recebimento (43,0%) e programas ambientais e sociais (8,0%). Com isso, o ramo deve ampliar de 35,0% para 50,0% o grau de industrialização da produção primária por ele abrangida.

# Lei de inovação: aspectos preliminares

Guilherme Amorim\*

A Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004, popularmente conhecida como Lei da Inovação Tecnológica, começa a produzir efeitos práticos. O Decreto n.º 5.798, que definiu a estrutura de incentivos concedidos a empresas inovadoras, foi assinado 552 dias após a sanção da Lei e possibilitou que as indústrias brasileiras com projetos de pesquisa pudessem traçar estratégias de utilização dessas benesses fiscais. A constatação de que a distância entre ciência e indústria brasileiras não se reduziria sem alguma participação do Estado levou à formulação de um rol de regras que desengavetassem pesquisas aplicadas à produção de larga escala. As discussões sobre a necessidade de desenvolvimento técnico-científico da indústria ficaram confinadas – até meados de 2006 – a poucas publicações acadêmicas, eventuais encontros patronais e áridos debates políticos concentrados no tamanho e forma da renúncia fiscal. A questão de fundo, de inserção global de empresas brasileiras através do desenvolvimento de tecnologia, tem sido negligenciada. A análise da competitividade externa da indústria nacional é, via de regra, circunscrita ao trinômio juros-câmbio-tributos.

A regulamentação que é implementada no Brasil surge com quase quarenta anos de atraso em relação à mais bem-sucedida iniciativa do gênero no mundo, a Lei de Promoção de Ciência e Tecnologia sul-coreana, de 1967. O arranjo institucional da legislação brasileira se assemelha, entretanto, a uma iniciativa mais recente, a francesa Lei sobre Inovação e Pesquisa, de 1999. Nesta, a estrutura de ensino superior desempenha papel fundamental. O ponto de partida foi dar liberdade a instituições estatais e pesquisadores a elas associados de se envolverem em projetos financiados e controlados por companhias privadas. Um elemento-chave nesse processo é a supervisão das associações por um comitê de ética em políticas públicas, composto por cientistas e juristas, para assegurar transparência na formação societária, na aplicação do capital à pesquisa e na divulgação de resultados.

A Lei n.º 10.973 institui organismo similar, o Comitê Permanente, composto por representantes dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e Educação. Da eficácia desse comitê dependerá a credibilidade dos projetos e da própria legislação, particularmente nas associações em que a União detiver participação minoritária do capital.

Um dos objetivos da Lei de Inovação é incentivar a iniciativa privada a contratar os serviços de pesquisadores brasileiros e reduzir a imigração de mestres e doutores. Nesse sentido, um dos diferenciais da lei brasileira é assegurar ao criador participação mínima

de 5% nos ganhos de transferência de tecnologia e direito de uso, protegendo a parte mais frágil dessa parceria. O pesquisador público pode ser licenciado – sem remuneração – para constituir sua própria empresa por um período de três anos consecutivos. Existe a possibilidade de renovação desse licenciamento por igual período.

Algumas diretrizes da lei são bem-intencionadas, especialmente aquelas que prevêem preferência por dotações de pesquisa em regiões pouco desenvolvidas e na Amazônia, assim como o favorecimento a empresas de pequeno porte. Entretanto, a concentração industrial no sudeste e no sul do País, onde estão estabelecidas as mais prolíficas universidades, estimula investimentos nessas regiões. A qualidade da infra-estrutura é determinante para a decisão sobre localização dos investimentos – é muito difícil que incentivos fiscais compensem a ausência de exogeneidades. Um desses incentivos prevê que a subvenção para pagamento de pessoal pelas agências de fomento é limitada a 60% nas regiões onde atuavam as extintas Sudene e Sudam, enquanto o teto dessa subvenção nas demais regiões é de 40%.

As pequenas empresas que buscam algum tipo de financiamento governamental para desenvolverem tecnologia se enquadram melhor nas linhas da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), empresa vinculada ao Ministério de Ciência e Tecnologia (MCT). São três os mecanismos de financiamento para micro e pequenas empresas: o Programa Juro Zero, financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), é dirigido a empresas com faturamento até R\$ 10,5 milhões, concedendo empréstimos entre R\$ 100 mil e R\$ 900 mil, corrigidos pelo IPCA, com prazo de pagamento de até oito anos e sem carência – a primeira parcela é paga pela empresa no mês seguinte à contratação; a segunda linha é destinada a projetos de biotecnologia e desenvolvimento de *software*, com empréstimos de R\$ 1 milhão a R\$ 2 milhões; a terceira modalidade de financiamento, mais complexa e batizada de incubadora de fundos, consiste em capitalizar fundos de investimento até 25% do capital da empresa, sendo voltada para empresas de maior porte.

Os destaques do pacote de benefícios fiscais instituídos através do Decreto n.º 5.798 são: dedução no imposto de renda (IRPJ), para efeito de apuração de lucro

\*Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

líquido, dos gastos em pesquisa e desenvolvimento; redução de 50% do imposto sobre produtos industrializados (IPI) incidente sobre máquinas e equipamentos destinados à pesquisa; depreciação acelerada (duplicada) na apuração do IRPJ das máquinas e equipamentos utilizados nos projetos; crédito do imposto de renda retido na fonte incidente sobre valores pagos a residentes no exterior, para pagamento de *royalties* e assistência científica; redução a zero da alíquota do IRPJ retido na fonte nas remessas para o exterior destinadas ao registro e à manutenção de marcas e patentes. Caberá ao MCT determinar as áreas de pesquisa prioritárias, em um processo que será tão mais difícil quanto maior for o número de requisição de incentivos.

Esse conjunto de benesses fiscais pode ajudar a contornar o imobilismo de alguns setores empresariais, mas não prescinde de um quadro macroeconômico estável, de um sistema tributário racional, da superação de gargalos na infra-estrutura e de uma política comercial de Estado mais clara. Investimentos em pesquisa podem colaborar, por exemplo, para o crescimento da produtividade do trabalho na indústria (produção dividida por número de trabalhadores empregados - tabela 1) e conseqüente maior competitividade externa. A inserção global de empresas brasileiras tem se concentrado em setores de menor intensidade tecnológica, mas que alcançam – através da internacionalização de suas operações – acesso a crédito com menores custos. As exportações brasileiras de bens intensivos em tecnologia são, na maior parte, realizadas por transnacionais: celulares, máquinas agrícolas e para a construção civil, automóveis e material elétrico (tabela 2). Os setores industriais intensivos em trabalho ou que produzem bens de tecnologia amplamente disseminada enfrentam a concorrência chinesa associada à taxa de câmbio desfavorável. O câmbio valorizado afasta do mercado as empresas com pequena margem de competitividade, mas beneficia aquelas que podem investir em pesquisa – a importação de equipamentos e bens de capital se torna mais barata.

As ações de qualquer governo, contudo, não são perfeitamente coordenadas, e atos como o veto ao projeto de lei que regulamentaria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Tecnológico, por uma questão de contingenciamento orçamentário do Ministério da Fazenda, geram questões sobre a aplicabilidade das políticas de desenvolvimento científico-tecnológico.

A ação de incentivo à pesquisa industrial está diretamente associada à política comercial. A previsibilidade acerca das tarifas praticadas nos diferentes mercados, ao menos a médio prazo, concede aos empresários a necessária confiança para investir. Durante as recentes negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio, os representantes brasileiros se mostravam favoráveis a uma fórmula que cortava tarifas industriais como meio de desbloquear as negociações em torno da agricultura, ponto fulcral das discussões. A intransigência de europeus, norte-americanos e japoneses provocou a suspensão do acordo. Caso a proposta avançasse, ver-se-ia no Brasil uma acirrada disputa entre *lobbies* industriais para a inclusão de seus produtos no rol de “sensíveis”, aqueles que sofrem cortes inferiores à média.

Política industrial e abertura comercial dependem do respeito a patentes e a acordos comerciais. Implicam,

portanto, políticas claras de incentivo aos inventores e investidores. Sem estratégias coordenadas de desenvolvimento, os avanços institucionais têm limitada eficácia em promover progresso tecnológico e, conseqüentemente, melhoria dos termos de troca.

TABELA 1 - TAXA DE CRESCIMENTO MÉDIA DA PRODUTIVIDADE POR ANO - 1991/2004

PAIS	TAXA DE CRESCIMENTO (%)		
	1991-1995	1996-2000	2001-2004
Índia	6	6	10,1
Cingapura	10,3	5,6	8,2
Malásia	6,9	5,5	6,9
Tailândia	2,8	1,9	6,2
EUA	4,2	5,5	6,1
Coréia do Sul	8,9	11,7	6
Suécia	7,5	7,4	5,5
Japão	1,9	4	5,3
Taiwan	5,2	5,2	4,3
Reino Unido	3,1	2,7	3,9
Hong Kong	7,7	5,5	3,7
México	5,8	5,2	3,6
Bélgica	2,8	3,6	3,3
Alemanha	3,3	3	2,6
Austrália	3,3	3,8	2,4
Noruega	0,8	0,9	2,4
Holanda	3,5	2,3	2,3
Argentina	8,4	4,8	2,2
Canadá	4	3,4	1,8
França	4,3	4,3	1,5
Dinamarca	3,3	2,9	1,4
Brasil	7,2	5,9	1,3
Itália	3,2	1,1	-0,9

FONTE: CNI

TABELA 2 - EXPORTAÇÃO BRASILEIRA: SETORES INDUSTRIAIS POR INTENSIDADE TECNOLÓGICA - 2004 E 2005

SETORES	PARTICIPAÇÃO (%)	
	2004	2005
Produtos Industriais	80	79,5
Indústria de alta tecnologia	6,9	7,4
Aeronáutica e aeroespacial	3,6	3,1
Farmacêutica	0,6	0,6
Material de escritório e informática	0,3	0,4
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	1,9	2,8
Instrumentos médicos de ótica e precisão	0,4	0,4
Indústria de média-alta tecnologia	23,1	24,4
Máquinas e equipamentos elétricos	1,5	1,7
Veículos automotores, reboques e semi-reboques	10	11
Produtos químicos, excl. farmacêuticos	5	5,1
Equip. para ferrovia e material de transporte	0,3	0,5
Máquinas e equipamentos mecânicos	6,4	6,3
Indústria de média-baixa tecnologia	19,5	19,2
Construção e reparação naval	1,3	0,2
Borracha e produtos plásticos	1,4	1,4
Carvão, prod. de petróleo refinado e combustível	3,3	4,2
Outros produtos minerais não-metálicos	1,6	1,5
Produtos metálicos	11,9	12
Indústria de baixa tecnologia	30,5	28,4
Produtos manufaturados e bens reciclados	1,5	1,3
Madeira e seus produtos, papel e celulose	6,2	5,5
Alimentos, bebidas e tabaco	17,8	17,3
Têxteis, couro e calçados	5	4,3
Produtos Não-Industriais	20	20,5

FONTE: MDIC

# A dinâmica recente do mercado formal de trabalho no Paraná

Agemir de Carvalho Dias\*

A geração de empregos ocupa uma posição de destaque na agenda dos governos. Especificamente no caso do emprego formal, são consideráveis os ganhos proporcionados ao trabalhador, por meio de mecanismos voltados à elevação do poder de consumo e da poupança dos indivíduos e à proteção previdenciária.

De um modo geral, as análises do mercado de trabalho no Brasil partem de alguns pressupostos como a diminuição dos postos de trabalho, a mudança nas estruturas de qualificações e modernização da gestão com alteração no padrão de uso das forças de trabalho (TUMOLO, 2001). A perspectiva era de que a inserção do Brasil no processo de globalização, que ganhou grande impulso a partir do governo Collor, criaria uma situação de desemprego estrutural, devido à lógica da acumulação capitalista mundial, intensiva no uso de tecnologia e pequena utilização de mão-de-obra.

Considerando esse contexto, pretende-se avaliar a evolução recente do emprego formal no Paraná, com foco nas mudanças setoriais e espaciais da oferta de trabalho e nas transformações do perfil do trabalhador.

Inicialmente verifica-se que a População Economicamente Ativa (PEA) do Paraná alcançou 5.593.930 pessoas em 2004, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do IBGE. Considerando o contingente de 2.032.770 trabalhadores formais (tabela 1), segundo a Relação Anual de Informações Sociais (MTE-RAIS), atinge-se uma taxa de formalização de 36,33%, acima do percentual de 31,59% referente a 1995, número calculado a partir de estatísticas da Secretaria do Trabalho, Emprego e Promoção Social do Estado do Paraná.

TABELA 1 - EMPREGO FORMAL SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA, NO PARANÁ - 1995-2004

SETOR DE ATIVIDADE	EMPREGO FORMAL									
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Indústria	325.221	326.015	345.946	337.293	350.602	374.688	394.059	430.369	453.861	507.189
Construção Civil	63.516	69.370	77.167	71.966	62.371	64.528	63.377	60.408	55.012	55.481
Comércio	230.610	232.317	250.093	258.722	273.605	290.006	308.023	336.703	368.963	404.357
Serviços	757.322	738.258	776.785	798.308	805.235	838.535	872.091	903.791	921.130	972.581
Agropecuária	77.221	76.571	79.893	93.538	88.965	85.616	84.106	81.360	85.414	93.162
Ignorado	8.594	2.539	801	209	16	62	0	0	0	0
TOTAL	1.462.484	1.445.070	1.530.685	1.560.036	1.580.794	1.653.435	1.721.656	1.812.631	1.884.380	2.032.770

FONTE: MTE-RAIS

As políticas públicas de emprego, diante da perspectiva acima, caminharam na direção da implantação de serviços de intermediação de mão-de-obra, da orientação para o mercado de trabalho, da capacitação e treinamento do trabalhador, do incentivo ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas, da criação de empregos transitórios e da implementação de medidas de apoio aos jovens (CACCIAMALI, 2005). Esses programas, em sua grande maioria, mostraram-se limitados e, em alguns casos, tiveram que ser totalmente redimensionados, a exemplo dos programas destinados ao primeiro emprego.

Paralelamente, houve mudanças estruturais importantes em nível regional, como reflexo principalmente do avanço da internacionalização da economia brasileira. O Paraná, por exemplo, incentivou a instalação de segmentos industriais tecnologicamente avançados, como a indústria de material de transporte, o que alterou substancialmente a base produtiva local.

O crescimento do emprego formal acompanhou, em certa medida, o crescimento do PIB. Para um crescimento do PIB de 35,9%, tem-se um crescimento do trabalho formal de 39%, entre 1995 e 2004.

A análise por setores da atividade econômica mostra que o setor que mais empregou, em números absolutos, foi o de Serviços (ver tabela 1), seguido da Indústria e do Comércio. Em termos de participação relativa, contudo, houve crescimento da Indústria e Comércio e diminuição dos Serviços, Agropecuária e Construção Civil. A contribuição de cada setor apresentou a seguinte evolução: o setor de Serviços passou de 51,7%, em 1995, para 47,84% em 2004; na Indústria

\*Sociólogo, técnico da equipe permanente desta publicação.

TABELA 2 - EMPREGO FORMAL SEGUNDO MESORREGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA, NO PARANÁ - 1995

MESORREGIÃO	SETOR DE ATIVIDADE						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Ignorado	
Noroeste Paranaense	18.438	1.295	8.893	23.300	7.292	889	60.107
Centro-Ocidental Paranaense	6.013	530	6.535	17.525	5.414	163	36.180
Norte Central Paranaense	70.292	11.841	48.440	112.645	17.660	1.734	262.612
Norte Pioneiro Paranaense	9.387	600	7.860	22.320	13.419	246	53.832
Centro-Oriental Paranaense	25.564	3.024	12.284	32.422	8.413	421	82.128
Oeste Paranaense	21.855	6.475	30.037	59.208	9.451	609	127.635
Sudoeste Paranaense	9.925	1.351	8.995	16.208	2.390	187	39.056
Centro-Sul Paranaense	12.735	1.584	7.988	16.993	5.183	141	44.624
Sudeste Paranaense	13.720	616	4.854	10.608	1.766	151	31.715
Metropolitana de Curitiba	137.292	36.200	94.724	446.093	6.233	4.053	724.595
TOTAL	325.221	63.516	230.610	757.322	77.221	8.594	1.462.484

FONTE: MTE-RAIS

TABELA 3 - EMPREGO FORMAL SEGUNDO MESORREGIÃO E SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA, NO PARANÁ - 2004

MESORREGIÃO	SETOR DE ATIVIDADE						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Total	
Noroeste Paranaense	38.426	1.508	19.520	36.708	11.788		107.950
Centro-Ocidental Paranaense	9.548	622	9.035	20.720	5.361		45.286
Norte Central Paranaense	112.339	11.038	87.839	165.003	20.311		396.530
Norte Pioneiro Paranaense	18.382	844	13.471	29.708	14.119		76.524
Centro-Oriental Paranaense	37.047	3.387	25.330	48.003	11.351		125.118
Oeste Paranaense	49.952	6.995	51.353	86.152	10.116		204.568
Sudoeste Paranaense	21.756	1.658	16.421	24.286	4.356		68.477
Centro-Sul Paranaense	18.325	1.776	13.621	27.973	5.982		67.677
Sudeste Paranaense	18.419	1.182	10.093	15.445	2.586		47.725
Metropolitana de Curitiba	182.995	26.471	157.674	518.583	7.192		892.915
TOTAL	507.189	55.481	404.357	972.581	93.162		2.032.770

FONTE: MTE-RAIS

houve um crescimento na participação de 22,23% (1995) para 24,95% (2004); e o Comércio cresceu de 15,76% para 19,89%. A maior queda ocorreu na Construção Civil, que passou de 4,34% para 2,72% no mesmo período, e na Agropecuária, cuja participação caiu de 5,28% para 4,58%. O Paraná exibiu tendência diversa em relação ao Brasil, que no mesmo período apresentou crescimento dos setores de Serviços e Comércio e redução da participação dos outros setores.

O bom desempenho do emprego industrial reflete o crescimento do número de estabelecimentos no Estado. Em 2004, o Paraná contava com 24.954 unidades manufatureiras, resultado 47,3% superior ao registrado em 1995.

Entre os ramos do setor secundário, destaca-se, com aumento de 130,64% no número de empregos formais, a Indústria de Material de Transportes, seguida da Indústria Têxtil, com crescimento de 52,2%. Apesar da notável expansão em termos relativos, a Indústria de Material de Transportes responde por apenas 1,43% do total de empregos formais no Estado.

Quanto às mudanças espaciais do emprego, observa-se que a mesorregião Metropolitana de Curitiba foi responsável por 49,54% dos empregos formais do Estado em 1995, passando para 43,92% em 2004. O crescimento da Região Metropolitana foi de 23,23%, passando de 724.595 postos de trabalho, em 1995, para 892.915 em 2004. Somente a mesorregião Centro-Ocidental apresentou crescimento semelhante à da

Metropolitana de Curitiba, a saber, de 25,16%. As demais regiões tiveram um maior desempenho sobressaindo a região Noroeste, cujo crescimento foi de 79,59%, e a região Sudoeste, com 75,33% (tabelas 2 e 3).

O interior gerou, na última década, 411.866 postos de trabalho, enquanto a RMC registrou 168.320 postos. Para o Estado como um todo foram 570.286 novos postos de trabalho.

Já com relação ao perfil do trabalhador, nota-se predominância dos trabalhadores do sexo masculino, que em 2004 representavam 59,53% dos empregos formais. Contudo, a participação das mulheres cresceu no período 1995-2004, passando de 36,97% para 40,47% (tabela 4).

TABELA 4 - EMPREGO FORMAL SEGUNDO GÊNERO, NO PARANÁ - 1995 E 2004

GÊNERO	ANO			
	1995	%	2004	%
Masculino	921.846	63,03	1.210.083	59,53
Feminino	540.638	36,97	822.687	40,47
TOTAL	1.462.484	100,00	2.032.770	100,00

FONTE: MTE-RAIS

Constatou-se que a população que se encontra no mercado de trabalho formal está envelhecendo. Nos últimos anos, houve crescimento do percentual de trabalhadores nas faixa etárias acima dos 40 anos e diminuição nos demais estratos, com exceção da faixa dos 18

aos 24 anos. O aumento da faixa etária do trabalhador formal resulta, dentre outros fatores, da maior expectativa de vida e da continuidade do trabalhador na ativa em razão das mudanças nas regras da aposentadoria (tabela 5).

Observa-se, além disso, elevação da escolaridade do trabalhador. Enquanto em 1995 o percentual de trabalhadores com até o ensino fundamental alcançou 57,65%, em 2004 este percentual foi de 41%. O aumento mais significativo ocorreu na faixa daqueles que concluíram o segundo grau, passando de 17,01%, em 1995, para 30,54% em 2004. Esses números podem estar expressando a exigência, por parte do mercado de trabalho, de maior escolaridade do trabalhador. De qualquer forma, tem-se que a

maior parte dos trabalhadores paranaenses só conseguiu concluir a educação básica. O número de trabalhadores com curso superior mostrou-se praticamente estável na década, passando de 11,13% para 13,56% (tabela 6).

Por fim, em relação à renda, verifica-se que 21,65% dos trabalhadores formais do Paraná recebem até 1 salário mínimo e 62,99% deles ganham até 3 salários mínimos. No Brasil, os índices são respectivamente de 27,6% e 66,19%. Apesar da melhor situação comparativamente com o Brasil, deve-se ressaltar que a participação dos trabalhadores paranaenses com renda até três salários mínimos cresceu no período 1995-2004 (de 51,6% para 66,19%), indicando dificuldades para o acompanhamento dos aumentos reais do salário mínimo (tabela 7).

TABELA 5 - EMPREGO FORMAL SEGUNDO FAIXA ETÁRIA, NO PARANÁ - 1995 E 2004

FAIXA ETÁRIA	ANO			
	1995	%	2004	%
10 a 14 anos	2.456	0,17	-	-
15 a 17 anos	42.486	2,91	28.754	1,41
18 a 24 anos	299.371	20,47	416.953	20,51
25 a 29 anos	264.718	18,10	344.787	16,96
30 a 39 anos	447.763	30,62	605.155	29,77
40 a 49 anos	272.758	18,65	424.859	20,90
50 a 64 anos	121.858	8,33	201.279	9,90
65 anos ou mais	7.558	0,52	10.943	0,54
Ignorado	3.516	0,24	40	0,00
TOTAL	1.462.484	100,00	2.032.770	100,00

FONTE: MTE-RAIS

TABELA 6 - EMPREGO FORMAL SEGUNDO O GRAU DE ESCOLARIDADE, NO PARANÁ - 1995 E 2004

ESCOLARIDADE	ANO			
	1995	%	2004	%
Analfabeto	24.128	1,65	10.818	0,53
4.ª série incompleta	165.844	11,34	102.412	5,04
4.ª série completa	218.542	14,94	158.784	7,81
8.ª série incompleta	224.834	15,37	223.439	10,99
8.ª série completa	209.874	14,35	337.992	16,63
2.º Grau incompleto	132.754	9,08	221.695	10,91
2.º Grau completo	248.731	17,01	620.900	30,54
Superior incompleto	62.561	4,28	81.169	3,99
Superior completo	162.797	11,13	275.561	13,56
Ignorado	12.419	0,85	0	0,00
TOTAL	1.462.484	100,00	2.032.770	100,00

FONTE: MTE-RAIS

TABELA 7 - RENDA MÉDIA DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ - 1995 E 2004

RENDA MÉDIA	1995				2004			
	Masculino	%	Feminino	%	Masculino	%	Feminino	%
Até 0,5 salário mínimo	1.238	0,13	920	0,17	2.093	0,17	2.747	0,33
De 0,51 a 1,00 salário mínimo	26.200	2,84	19.083	3,53	29.947	2,47	37.361	4,54
De 1,01 a 1,50 salários mínimos	82.098	8,91	68.159	12,61	185.566	15,33	229.191	27,86
De 1,51 a 2,00 salários mínimos	135.867	14,74	116.568	21,56	267.565	22,11	195.983	23,82
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	189.637	20,57	114.911	21,25	309.406	25,57	148.879	18,1
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	121.406	13,17	54.675	10,11	133.339	11,02	61.889	7,52
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	77.695	8,43	32.684	6,05	83.802	6,93	38.269	4,65
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	96.729	10,49	41.811	7,73	75.257	6,22	45.012	5,47
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	63.973	6,94	38.501	7,12	45.326	3,75	31.462	3,82
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	48.176	5,23	25.653	4,74	34.664	2,86	17.424	2,12
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	23.516	2,55	9.287	1,72	16.580	1,37	6.733	0,82
Mais de 20,00 salários mínimos	40.373	4,38	10.038	1,86	22.593	1,87	5.868	0,71
Ignorado	14.938	1,62	8.348	1,54	3.945	0,33	1.869	0,23
TOTAL	921.846	100,00	540.638	100,00	1.210.083	100,00	822.687	100,00

FONTE: MTE-RAIS

## Notas

<sup>1</sup>CACCIAMALI, Maria Cristina. *As políticas ativas de mercado de trabalho no Mercosul. Estudos Avançados*, São Paulo, v. 19, n. 55, 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142005000300007&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000300007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 18 ago 2006.

<sup>2</sup>PARANÁ. *Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social. Metodologia da projeção da população economicamente ativa: Paraná e Municípios 2003-2006*. Curitiba, 2003.

<sup>3</sup>TUMOLO, Paulo Sérgio. *Reestruturação produtiva no Brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. Educação & Sociedade*, Campinas, v. 22, n. 77, dez. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-73302001000400005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000400005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 18 ago. 2006.

# A polêmica sobre o nível de desemprego

---

*Gilmar Mendes Lourenço\**

---

Nada mais compreensível, em época de eleição, do que a proliferação de discussões entre governo e correntes oposicionistas acerca das estatísticas relativas ao quadro de emprego e desocupação no País, com o primeiro buscando ficar com os louros da criação de postos e os demais repercutindo o desempenho tímido do mercado laboral.

Por esse prisma, chamou a atenção o fato de taxa de desemprego de 10,8% da População Economicamente Ativa (PEA) para o mês de julho, divulgada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a maior desde abril de 2005, ter causado enormes constrangimentos dentro do próprio executivo, principalmente quando o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, resolveu desferir golpes retóricos inconsistentes contra o organismo de pesquisa ligado ao Ministério do Planejamento.

Marinho alegou imprecisão da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, que, seguindo as recomendações metodológicas da Organização Internacional do Trabalho (OIT), acompanha mensalmente o comportamento das principais variáveis explicativas da evolução do mercado de trabalho no Brasil (formal e informal) e permite aferir o indicador de desocupação média. Segundo o ministro, por cobrir apenas a fração territorial formada por seis regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife), a PME não estaria captando adequadamente o curso da criação de ocupações, especialmente aquele ocorrido nos espaços geográficos do interior.

O ministro diagnosticou e defendeu a existência de um quadro menos dinâmico do emprego nas metrópoles em relação ao restante do País. A âncora desse argumento repousou nos dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), exibindo a produção líquida de 1,078 milhão de empregos formais nos sete primeiros meses deste ano, o que sinaliza queda de 0,5% ante o mesmo período de 2005 (1,084 milhão de postos líquidos) e, conseqüentemente, perda de ímpeto do emprego.

Cumprê esclarecer que o desemprego constitui a maior preocupação das economias capitalistas desde o final do século XX, devido à modernização tecnológica, à automação, à abertura pouco criteriosa dos mercados e à proliferação de distorções conjunturais. A taxa de desemprego é definida pela relação entre o número de pessoas desempregadas e a população economicamente ativa (PEA).

Há bastante tempo, a estimativa da taxa de desemprego no Brasil está envolvida em polêmicas metodológicas nada desprezíveis entre as instituições que procuram medir o fenômeno. As divergências começam com a população considerada em idade ativa (PIA) e terminam com os conceitos de procura e não obtenção de emprego.

O IBGE realiza a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) desde outubro de 1984, abrangendo as seis regiões metropolitanas citadas anteriormente. A pesquisa procurava levantar e medir apenas o desemprego aberto (incluindo a realização de bicos), para a população considerada em idade ativa (PIA), acima de dez anos, que procurou emprego durante o mês que precede a visita do pesquisador.

Cumprê frisar que, por recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o IBGE realizou, desde outubro de 2001, esforços de adequação metodológica para incorporar algumas peculiaridades da realidade do mercado de trabalho brasileiro na pesquisa, como, por exemplo, a ampliação do limite inferior de idade para a População em Idade Ativa (PIA) de 15 para 10 anos e do prazo de procura por trabalho dos 07 (sete) para os 30 (trinta) dias que antecedem a data da entrevista, e a redução do tempo de realização do trabalho não-remunerado, de 15 horas para 01 (uma) hora, na semana de referência.

Já a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é realizada desde janeiro de 1985, pela Fundação Sistema Estadual de Estatísticas e Análise de Dados (Seade), de São Paulo, em conjunto com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese). Os inquéritos são feitos no Distrito Federal e nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte e Salvador. A PED considera o universo populacional em idade ativa superior a dez anos e levanta o desemprego aberto (pessoas que procuraram

---

\* Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

trabalho nos últimos trinta dias e não trabalharam nos últimos sete dias anteriores à entrevista), acrescido do desemprego oculto.

A consideração do desemprego oculto representa a grande diferença frente à pesquisa do IBGE. Em tal categoria estão incluídas as pessoas que, em paralelo à busca de emprego, exercem algum tipo de trabalho descontínuo e irregular (por exemplo, a entrega do jornal *Gazeta do Povo* nos semáforos nos sábados à noite). É o que se chama de desemprego oculto por trabalho precário. O desemprego oculto também aparece quando as pessoas interromperam a busca de emprego, ou por fatores circunstanciais ou desestimuladas pelas adversidades do mercado de trabalho. É o desemprego oculto por desalento.

Como se vê, ambas as pesquisas cobrem o mercado de trabalho nos grandes centros urbanos, excluindo as cidades de pequena dimensão e as áreas rurais. Tanto que o próprio IBGE reconhece a necessidade de ampliação da abrangência regional da PME, visando ao aprimoramento da produção de indicadores relativos à trajetória do mercado de trabalho.

---

*É pouco recomendável a realização  
de comparações entre resultados  
da PME e do Caged*

---

Contudo, soa pouco recomendável, do ponto de vista técnico, a realização de comparações entre uma pesquisa de enorme rigor científico, como a PME, que abarca o mercado formal e informal, com o saldo do registro de vagas (admissões menos demissões) com carteira assinada, monitorado pelo Ministério e fortemente influenciado pelo aumento da formalização derivado inclusive da intensificação da fiscalização.

Nessas condições, é razoável admitir o firme propósito do governo em ignorar e/ou omitir, durante o ciclo eleitoral, os efeitos contracionistas sobre os níveis de produção e emprego provocados pela política macroeco-

nômica que articula juros altos e câmbio baixo, e que vem prejudicando diversas cadeias produtivas, muitas das quais com elevado coeficiente de utilização de mão-de-obra em seus processos. Apenas a título de exemplo, o setor industrial vem emitindo pronunciados sinais de desaceleração da velocidade expansiva desde fevereiro de 2005, quando crescia à taxa de 8,6% em doze meses, contra os 2,2% atuais.

Por certo, qualquer pesquisa sobre o mercado de mão-de-obra que incorporasse as regiões interioranas do País apuraria resultados ainda mais desfavoráveis em 2006, principalmente por conta da compressão da rentabilidade financeira do agronegócio, riscado do rol de políticas públicas e abandonado à própria sorte na arena das frustrações climáticas e das flutuações dos mercados internacionais ao longo dos últimos anos.

Contrariando o discurso otimista reinante nas hostes oficiais, o desemprego médio dos primeiros sete meses de 2006 (10,2%) é igual ao observado no mesmo período de 2005, apontando estabilização em patamares extremamente elevados, reflexo da incapacidade do governo em produzir, na prática, o propalado espetáculo do crescimento.

Em igual sentido, os salários médios registraram declínio generalizado entre os segmentos econômicos, notadamente na indústria e na construção civil, no mês de julho, interrompendo uma marcha ascendente constatada desde o começo do ano. Ainda que interpretado como episódica, tal redução, combinada com elevadas taxas de desemprego, poderia denotar alterações das expectativas dos agentes econômicos quanto aos rumos da economia brasileira.

Em outros termos, parece lícito admitir o delineamento de posturas mais cautelosas dos empresários, em razão da percepção de fatores de risco conjugados como o arrefecimento da economia mundial e o prosseguimento da atual orientação macroeconômica antagônica aos projetos de inversões produtivas, especialmente em caso de vitória eleitoral do presidente Lula, que, por não necessitar negociar a reeleição, poderia assumir posições acomodáticas.

# A economia da pátria de chuteiras

---

Gilmar Mendes Lourenço\*

---

Parece correta a interpretação de que a eliminação do elenco canarinho, na disputa das quartas de finais da Copa do Mundo de futebol, na Alemanha, atingiu de forma plena, ainda que transitoriamente, os bríos dos mais de 170 milhões de habitantes de um país eternizado como o campeão dos gramados do planeta, mesmo quando de natureza moral, como em 1978, ridicularizado pelos argentinos de Passarela, ou de futebol show, como aquele exibido em 1982 e destruído pela gloriosa Itália de Paolo Rossi.

Aliás, o verdadeiro espetáculo foi protagonizado em 1970 por um conjunto talentoso que teve a humildade de respeitar, do começo ao fim, todos os seus adversários. Tal feito contribuiu para a otimização do Milagre Econômico e o encobrimento da intensificação da repressão política (inclusive com a proliferação de denúncias e comprovação de torturas a presos) e da censura aos veículos de comunicação.

Mas, afinal de contas, em qualquer circunstância, é praticamente consensual o rótulo de favorito ao título, conferido ao Brasil por formadores de opinião tupiniquins ou estrangeiros, especialmente depois da vitória na Copa das Confederações em 2005, encobrendo problemas bastante conhecidos e pouco reconhecidos que afloraram em 2006. Restaram como consolo, na etapa decisiva do certame, as equipes de Portugal de Felipão, da Itália de nossos avós, dos simpáticos anfitriões alemães, e até da França de Zidane, para serem admirados como grupos de trabalho abnegados e comandados com reconhecida eficiência.

Cabe sublinhar que o conservadorismo reinante na Confederação Brasileira de Futebol (CBF) de Ricardo Teixeira – envolvida em atividades e negócios de diminuta transparência –, impregnado nas atitudes de Carlos Alberto Parreira e nas suposições de ligações promíscuas entre patrocinadores e dirigentes, encarregou-se de multiplicar, a cada jogo, as incertezas quanto ao êxito do Brasil no mundial, mesmo no pensamento dos torcedores mais otimistas.

Tal postura pode ser evidenciada por uma espécie de aliança entre o treinador e o atraso e o potencial fracasso, retratada na intransigente manutenção, na equipe principal, de atletas em idade avançada, integrantes de uma legião estrangeira e sem vínculos com a nação que lhes abriu flancos para a ascensão social pela via esportiva, e/ou preocupados com a multiplicação dos ganhos comerciais de seus patrocinadores.

É curioso assinalar a reduzida afinidade com a competência e o traquejo, revelada em uma partida amistosa, quando o mais famoso jogador brasileiro teria sugerido que as chuteiras fabricadas por seu patrão estariam lhe provocando bolhas nos pés. Acrescentasse a ausência, em 2006, do escudo protetor contra as pressões da imprensa, representado por Zagalo em 1994, o que permitiu a Parreira, na ocasião, o exercício da prazerosa tarefa de administrar o time.

Não menos vexatória foi a verificação das precárias condições físicas de algumas peças do Brasil, depois de uma intervenção técnica do presidente da República acerca do fenômeno obesidade, rechaçada de pronto pela parte afetada com insinuações de utilização de bebidas fortes pela autoridade máxima do País. Houve ainda a obsessiva busca de conquista de recordes individuais por alguns atletas, em detrimento do interesse coletivo.

---

## *A correlação entre os resultados auferidos no esporte e os ciclos político e econômico é irrelevante*

---

O que importa registrar aqui é a inexistência de correlação relevante entre os resultados (positivos ou negativos) auferidos no esporte e os ciclos político e econômico, fruto do amadurecimento da democracia e da sociedade brasileiras, suficientemente imunizadas contra propagandas de astronautas e campanhas institucionais de auto-suficiência em petróleo. A Copa acabou e a roda não parou de girar. O Brasil permanece ostentando enormes potencialidades, mal aproveitadas em sua maioria, e amargando vários problemas de natureza macroeconômica, política e institucional, com ênfase às denúncias de corrupção, à impulsão da criminalidade e à lentidão do poder judiciário.

---

\* Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

No entanto, desta feita, os efeitos da Copa aconteceram exclusivamente *ex-ante* e durante o evento e estiveram materializados na movimentação econômica vinculada à comercialização de bens de consumo, notadamente de aparelhos eletrônicos, camisetas, bonés, faixas, bandeiras, cornetas, bebidas, dentre outros, compensando, em larga medida, as supostas perdas derivadas das interrupções das jornadas de trabalho ocorridas nos turnos dos jogos.

Do ponto de vista comercial, a Copa foi vencida pela Puma AG, fabricante alemã de artigos esportivos, madrinha da Esquadra Azurra e de outros onze times, devido à exposição de seus produtos a milhões de domicílios de diferentes lugares da Terra, por conta de sua aparição em 36 dos 64 jogos transmitidos pela televisão (56,0%), e perda pelas emblemáticas Nike (americana patrocinadora de sete agremiações, incluindo Brasil e Portugal) e a corporação alemã Adidas AG, patrocinadora oficial do evento e das seleções da Alemanha e da França e de mais cinco elencos.

A vitoriosa companhia alemã contratou o ícone Rei Pelé, um usuário fiel das chuteiras Puma desde a competição de 1970, como âncora de sua campanha publicitária na mídia televisiva para 2006. Ademais, a Puma levará para a Copa de 2010, a ser realizada na África do Sul, o trunfo de ter apostado no universo de equipes do continente africano participante dos embates na Alemanha.

Em linguagem econômica, é lícito avaliar que a falta de empenho da seleção brasileira em território alemão – sintetizada na atitude do lateral Roberto Carlos arrumando as meias, depois de ter feito o seu pé-de-meia, enquanto o atacante francês Henry liquidava a fatura – deve provocar depreciação dos ativos esportivos, traduzida nos descontos de 70,0% no preço de oferta do livro *Formando equipes vencedoras*, escrito por um gestor de talentos conhecido por Parreira, defensor de trabalho duro, disciplina e identificação do que deve ser mudado.

No mais, haverá a compressão dos valores dos passes dos jogadores e de seus contratos publicitários para a promoção dos mais variados produtos e a desvalorização dos materiais esportivos que contêm a marca da seleção brasileira de futebol.

A lição a ser extraída do episódio Copa 2006 é que, provavelmente, os atletas remanescentes e os novos integrantes do grupo de elite disporão de mais tempo para dedicação à sua atividade-fim e de menos tempo para a realização de esforços acessórios, atrelados a acertos de contratos, viagens, gravações, atuações como garotos propaganda, ainda que bastante rentáveis. Mais que isso, o fiasco brasileiro deve ser encarado como o derradeiro motivo para a redefinição das bases de operação – técnicas, políticas, econômicas e sociais – dos diferentes esportes no País, encaixada em um projeto de nação sedenta por ultrapassar o *slogan* de “pátria de chuteiras”.

# Habilidades e peculiaridades do economista\*

Gilmar Mendes Lourenço\*\*

O dia 13 de agosto marcou a comemoração dos cinquenta e cinco anos de regulamentação da profissão do economista (Lei 1.411, de 13 de agosto de 1951). Esta nota busca traçar um breve perfil e delinear alguns cenários de inserção no mercado de trabalho desta categoria social, que é dotada de inúmeras habilidades para o exercício de tomada de complexas decisões voltadas ao equacionamento de problemas em realidades em contínua mutação.

Antes de mais nada, convém recordar que os contornos científicos da economia foram conferidos no século XVIII, com a obra *A riqueza das nações*, de Adam Smith, e a construção da escola clássica, por Smith e David Ricardo, base da doutrina liberal. A partir do século XIX surgiram as escolas histórica, marxista, marginalista e keynesiana, esta última ganhando destaque entre a Grande Depressão dos anos 1930 e o final da II Guerra Mundial. A corrente neoliberal, surgida depois da década de 1960, tentou combinar os preceitos liberais com o capitalismo contemporâneo.

Os maiores expoentes econômicos brasileiros foram Eugênio Gudín (1886-1986), Ignácio Rangel (1908-1994) e Celso Furtado (1920-2004). Gudín foi considerado o criador dos Cursos de Ciências Econômicas no País, Furtado o formulador da Teoria do Subdesenvolvimento, e Rangel o edificador, nos anos 1960, da base estatística e conceitual para um melhor entendimento do fenômeno conhecido como estagflação (recessão com inflação), verificado no mundo capitalista na segunda metade da década de 1970, depois do I choque do petróleo, ocorrido em 1973.

No Brasil, o economista ostenta, de forma otimizada, algumas peculiaridades natas, dentre as quais se destacam o abrangente alicerce cultural, o poder analítico e a visão crítica. Não por acidente, este profissional costuma liderar a ocupação de espaços na mídia e a aprovação em concursos públicos. Adicionalmente, percebe-se tratar-se de um agente social formado principalmente em instituições privadas, que trabalha durante a realização do curso e escolhe a profissão sem a influência decisiva dos pais, que, por sinal, em sua maior proporção, não possuem curso superior completo.

A função básica do economista é elaborar estudos de viabilidade ou, mais precisamente, calcular, antecipadamente, as possibilidades de êxito de um projeto específico ou de toda a política econômica de um país, pois a dimensão do fato econômico a ser estudado

é o que menos importa. Seu trabalho consiste em estudar e planejar minuciosamente para que os negócios dêem certo e/ou alcancem os melhores resultados, mesmo quando os recursos são escassos – aliás, principalmente nestes casos, uma vez que a economia é considerada também a “ciência da escassez”.

Por conseguinte, a contribuição social do economista está na preparação do terreno para a diminuição dos riscos e o aumento das chances, apontando para as pessoas, empresas e instituições os melhores caminhos para o alcance do sucesso em seus empreendimentos.

*Os economistas assumiram papel fundamental na formulação e execução de programas de desenvolvimento no transcorrer da etapa de constituição da industrialização pesada brasileira*

Segundo pesquisa realizada pelo Conselho Regional de Economia - 2.<sup>a</sup> Região (Corecon-SP) entre outubro de 2005 e fevereiro de 2006, 85,0% dos profissionais formados em economia estão trabalhando, 40,6% deles na área de formação, caracterizada por um mercado bastante diversificado, com a presença de segmentos de planejamento e gestão, elaboração de projetos, ensino e treinamento e pesquisas de mercado. Frise-se que 68,7% já teriam trabalhado na área e 45,7% fazem pós-graduação. Por um ângulo setorial, as atividades que mais absorvem os economistas são consultoria e auditoria, instituições financeiras, administração pública, indústria, comércio, avaliação e perícia.

\* Este texto constitui uma versão atualizada de LOURENÇO, Gilmar Mendes. O charme dos economistas. *Análise Conjuntural*, Curitiba: IPARDES, v.27, n.9/10, p.9-10, set./out. 2005.

\*\* Economista, Coordenador do Núcleo de Análise de Conjuntura do IPARDES, Coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UniFAE – Centro Universitário – FAE Business School, Mestre em Gestão de Negócios pela Universidade Federal de Santa Catarina, autor dos livros *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*; *A economia paranaense em tempos de globalização* e *Economia brasileira: da construção da indústria à inserção na globalização*.

A classe dos economistas assumiu papel fundamental na formulação e execução de programas de desenvolvimento no transcorrer da etapa de constituição da industrialização pesada brasileira, que começou no segundo governo Vargas, nos anos 1950, e encerrou na administração Geisel, no segundo quinquênio da década de 1970, com a implantação dos projetos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Nos tempos recentes, é perceptível a ampliação da preocupação das entidades dedicadas ao ensino superior de Ciências Econômicas, e dos respectivos organismos de representação de classe, com o declínio da demanda por profissionais da área. A redução do número de inscrições nos concursos vestibulares, e mesmo de matrículas efetivas, paralelamente ao expressivo avanço do raio de ação dos segmentos de administração, engenharia, ciências contábeis e estatística, representa exemplo prático desse fenômeno, decorrente de dois fatores articulados.

O primeiro deles corresponde à supressão do privilegiado espaço das atividades subjacentes ao planejamento e ao poder de coordenação e de indução do Estado, ou mais precisamente à montagem de estratégias públicas e privadas com prolongado horizonte temporal de maturação, típicas do economista.

Isso se deveu a uma sucessão de descabros cometidos pela gestão econômica brasileira, desde o final dos anos 1970, em clima de autoritarismo político até 1984, incluindo a rendição às regras neoliberais da globalização produtiva e financeira, monitorada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), e a aplicação do regime de metas de inflação, atual disfarce do monetarismo.

Ao mesmo tempo, por manterem o sistema produtivo em situação de quase permanente recessão, esses percalços inviabilizaram a criação de condições objetivas à retomada auto-sustentada do crescimento e comprimiram a massa de rendimentos, inclusive da classe média, reduto da maior densidade de oferta de matéria-prima para a aprendizagem de nível universitário.

O segundo eixo de entendimento da menor presença do economista na operação dos mercados equivale à ausência de aderência entre os currículos dos cursos de graduação e a realidade da demanda, em um panorama mais concorrencial, multidisciplinar e encaixado no paradigma da Terceira Revolução Industrial e da financeirização da riqueza.

A distorção mais relevante compreende o predomínio de disciplinas voltadas à busca de

construção de um “especialista generalista”, detentor de profundos conhecimentos em quase todas as áreas, situação mais compatível com as etapas subseqüentes da formação, especialmente a capacitação em planos de especialização, mestrado e doutorado.

Em outros termos, as escolas de graduação em economia praticamente abdicaram da preparação de times com capacidade competitiva em um pedaço mais rasteiro do balcão de oportunidades (inclusive de concursos públicos), disputado por outros entes providos de conhecimentos mais encorpados em administração, contabilidade, legislação, finanças, matemática financeira, dentre outras áreas.

A superação desses constrangimentos à formação e à atuação dos economistas passa, inevitavelmente, pela flexibilização das estruturas curriculares dos cursos, na direção da produção de um profissional mais próximo das exigências e especificações determinadas pela radical mutação verificada no mercado de ocupações, ao longo das últimas duas décadas e meia, alargando o terreno do segmento privado e encolhendo a demanda do setor público.

Para tanto, parece crucial a multiplicação de conteúdos multidisciplinares, devido à ampliação e diversificação dos compartimentos de trabalho comuns e em rede entre distintas categorias profissionais – especialmente em meio ambiente, regulação e perícia –, e a preservação organizada dos estoques e fluxos de conhecimentos propiciados pela retaguarda histórica, metodológica, estatística e social, característica da categoria dos cientistas sociais, da qual o economista faz parte.

É também necessária a restauração dos alicerces de um projeto de crescimento de longo prazo para o País, menos subordinado à poupança externa, mais voltado ao mercado doméstico e com maior grau de distribuição de renda e de inclusão social. Frise-se que as bases desse projeto foram perdidas em algum momento do passado, no qual o Brasil deixou de planejar, os “olhos de águia” cederam lugar às planilhas financeiras – na busca do robustecimento dos lucros das organizações pela impulsão da renda variável propiciada pela hiperinflação indexada e/ou pelos juros reais elevados – e os economistas viraram peças secundárias nas tarefas de proposição e intervenção visando à conciliação entre maximização da eficiência produtiva e homogeneização do tecido social.

# Os resultados recentes da avicultura paranaense

Carolina Martins, Leonardo Marcon Weber e Monique Lovera Pastro\*

O presente artigo faz uma breve avaliação do desempenho recente do setor avícola do Paraná, estado que lidera o ranking nacional da produção de carne de frango, sendo o segundo maior exportador.

Inicialmente, sabe-se que o abate de aves cresceu substancialmente no Estado nos últimos anos. Em 1997 foram abatidos 425,75 milhões de frangos (tabela 1), o que correspondeu a 19,72% do total do País, situando-se no mesmo patamar de São Paulo e Rio Grande do Sul, porém abaixo de Santa Catarina, que registrou naquele ano 494,56 milhões de frangos abatidos. Os catarinenses mantiveram a liderança até 2001, cedendo a posição ao Paraná no ano seguinte, quando a produção estadual atingiu 708,62 milhões de cabeças (22,75% do total nacional). No período 1997-2005, a produção paranaense registrou aumento da ordem de 130,60%.

Esse aumento reflete a elevação do consumo interno, além do crescimento das exportações. De 1997 a 2005, o consumo nacional *per capita* de carne de frango avançou 48,89% (tabela 2), passando de 23,83 para 35,48 quilos por ano, ultrapassando o consumo de carne bovina. Como se sabe, a notável expansão da demanda doméstica decorre dos baixos preços do produto, que possibilitaram maior consumo de proteínas animais pela população de baixa renda.

Já no que se refere às exportações estaduais, observa-se crescimento significativo nos últimos anos, chegando a um total de US\$ 953,61 milhões em 2005, resultado que manteve o Paraná como segundo maior exportador de carne de frango.<sup>1</sup> Os principais mercados são a Ásia (exclusive Oriente Médio), o Oriente Médio, a Rússia e a União Européia, sendo os dois primeiros os maiores compradores. Em 2005, a Ásia respondeu por 28,02% das exportações paranaenses do produto (tabela 3), muito acima da participação registrada em 1997, enquanto o Oriente Médio apresentou participação

decrecente, passando de 55,15%, em 1997, para 35,78% em 2005.

As exportações para a União Européia cresceram sobremaneira a partir de 1999, alcançando o expressivo valor de US\$ 171,85 milhões em 2005. Já as vendas para a Rússia vêm apresentando grandes oscilações, devido aos embargos impostos ao frango brasileiro.<sup>2</sup> Tanto é assim que, após atingir US\$ 8,20 milhões em 1998, as exportações para o mercado russo somaram apenas US\$ 530 mil em 1999, voltando a aumentar a partir de 2001.

Recentemente, as vendas externas de carne de frango vêm sendo influenciadas pela *Influenza Aviária*, que se expandiu no sudeste asiático no final de 2003 e já atingiu a Europa, a África, a Índia e o Oriente Médio, tendo conseqüências no Estado.<sup>3</sup> Até o ano passado, as exportações de frango do Paraná vinham sendo impulsionadas pela conquista de novos mercados, por conta principalmente das restrições à carne produzida em centros fornecedores atingidos pela epidemia. Prova disso é que as exportações estaduais de frango para a União Européia cresceram de US\$ 99,08 milhões, em 2004, para US\$ 171,85 milhões em 2005.

Entretanto, no ano de 2006, as vendas paranaenses e brasileiras do produto vêm refletindo mais fortemente a retração da demanda internacional derivada das precauções dos consumidores diante do avanço da gripe aviária.<sup>4</sup> Com o efeito, os produtores nacionais decidiram desovar o excedente no mercado interno e, por instrução da Associação Brasileira de Exportadores de Frango (Abef), diminuir a produção em aproximadamente 25%.<sup>5</sup>

Para fortalecer o sistema de proteção sanitária, o governo federal lançou o Programa Nacional de Prevenção e Combate à *Influenza Aviária* e à doença *Newcastle*, que inclui a certificação das granjas, o controle do trânsito interestadual de aves e alguns programas de vigilância.<sup>6</sup>

\*Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

TABELA 1 - ABATES DE FRANGO, SEGUNDO UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 1997-2005

ANO	SÃO PAULO		PARANÁ		SANTA CATARINA		RIO GRANDE DO SUL		OUTROS		BRASIL	
	Abates (cabeças)	Part. SP/BR (%)	Abates (cabeças)	Part. PR/BR (%)	Abates (cabeças)	Part. SC/BR (%)	Abates (cabeças)	Part. RS/BR (%)	Abates (cabeças)	Part. (%)	Abates (cabeças)	Part. (%)
1997	421.571.374	19,5	425.748.204	19,7	494.561.191	22,9	421.961.330	19,5	394.654.587	18,3	2.158.496.686	100,0
1998	373.884.493	17,0	468.395.364	21,3	497.260.550	22,6	431.168.381	19,6	430.797.506	19,6	2.201.506.294	100,0
1999	405.737.532	16,5	531.344.897	21,7	546.834.304	22,3	485.980.879	19,8	483.734.299	19,7	2.453.631.911	100,0
2000	419.498.762	15,9	585.970.794	22,2	606.474.843	23,0	505.283.446	19,2	519.730.272	19,7	2.636.958.117	100,0
2001	417.649.758	14,6	644.491.199	22,5	645.490.927	22,6	553.719.680	19,3	600.685.071	21,0	2.862.036.635	100,0
2002	441.758.295	14,2	708.620.922	22,8	681.816.095	21,9	599.888.538	19,3	676.724.993	21,8	3.108.808.843	100,0
2003	445.850.540	13,9	777.198.683	24,3	662.589.397	20,7	612.069.448	19,1	704.218.442	22,0	3.201.926.510	100,0
2004	504.115.903	14,3	887.143.090	25,1	722.822.128	20,5	648.962.663	18,4	769.509.882	21,8	3.532.553.666	100,0
2005	584.548.506	15,2	981.773.571	25,5	757.210.464	19,7	657.264.728	17,1	872.140.940	22,6	3.852.938.209	100,0

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

TABELA 2 - CONSUMO PER CAPITA DE CARNE DE FRANGO - BRASIL - 1997-2005

ANO	CONSUMO PER CAPITA	
	kg/hab.	Var. (%)
1997	23,83	-
1998	26,31	10,41
1999	29,14	2,13
2000	29,91	2,64
2001	31,82	6,39
2002	33,81	9,41
2003	33,34	-1,4
2004	33,89	1,65
2005	35,48	4,69

FONTE: ABEF

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES DE CARNE DE FRANGO DO PARANÁ, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 1997-2006

ANO	ÁSIA		ORIENTE MÉDIO		RÚSSIA		UNIÃO EUROPEIA		OUTROS		TOTAL
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1997	35 951	21,87	90 648	55,15	3 811	2,32	15 723	9,57	18 241	11,10	164 374
1998	28 564	16,06	114 689	64,47	8 204	4,61	8 987	5,05	17 453	9,81	177 897
1999	47 203	17,75	185 756	69,84	530	0,20	14 825	5,57	17 665	6,64	265 979
2000	36 398	16,29	145 973	65,32	634	0,28	22 907	10,25	17 562	7,86	223 474
2001	48 793	14,94	178 833	54,76	9 485	2,90	68 414	20,95	21 059	6,45	326 584
2002	70 639	21,02	141 417	42,07	26 585	7,91	83 367	24,80	14 106	4,20	336 114
2003	92 307	20,50	192 310	42,71	21 064	4,68	105 920	23,52	38 694	8,59	450 295
2004	193 213	28,26	272 148	39,81	28 421	4,16	99 080	14,49	90 734	13,27	683 596
2005	267 161	28,02	341 157	35,78	53 609	5,62	171 845	18,02	119 833	12,57	953 605
Jan.-Jun. 2006	129 974	34,25	120 358	31,72	142	0,04	73 545	19,38	55 415	14,60	379 433

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

## Notas

<sup>1</sup>EXPORTAÇÃO de frangos volta a crescer no estado. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 10 maio 2006. p. 29.

<sup>2</sup>CUSTO decorrente da Influenza Aviária chega a US\$ 130 bilhões. *Agroanalysis*, São Paulo: FGV, v. 25, n. 1, p. 18, jan. 2005.

<sup>3</sup>ROCHA, Alda do A. Gripe aviária eleva estoque e derruba preço e exportação. *Valor Econômico*, São Paulo, 9 mar. 2006. Empresas, p. B10.

<sup>4</sup>MELLO, Patrícia Campos. Gripe aviária já faz estrago no Brasil. *O Estado de S. Paulo*, 12 mar. 2006. Economia, p. B1.

<sup>5</sup>D'AVILA, Zoé Silveira. *Defesa da avicultura deve ser prioridade para o país*. Disponível em: <[http://www.uba.org.br/ubanews\\_files/inf66\\_uba.pdf](http://www.uba.org.br/ubanews_files/inf66_uba.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2006.

# Paraná - Destaques Econômicos\*

Guilherme Amorim\*\*

Carolina Martins, Leonardo Marcon Weber e Monique Lovera Pastro\*\*\*

## AGROPECUÁRIA

### Novo *software* e nova variedade de café são apresentados pelo Iapar

Uma nova variedade de café, batizada IPR 103, foi apresentada pelo Iapar (Instituto Agrônomo do Paraná). O Instituto apresentou também o *software* PrevSafras, que monitora as culturas.

A IPR 103 é apropriada para regiões de solos pobres e climas quentes, e poderá ser utilizada em todas as regiões cafeeiras. Atenderá, principalmente, aos agricultores do Noroeste do Estado. A nova cultura é a quarta variedade de café desenvolvida pelo Iapar e tem potencial para produzir mais de 60 sacas por hectare.

O PrevSafras é um aplicativo que monitora as culturas e estima a produtividade, baseando-se nas condições climáticas e umidade do solo das regiões produtoras.

O Iapar está implantando duas novas unidades no Estado, em Pato Branco e em Paranavaí, e está contratando novos pesquisadores.

IAPAR desenvolve nova variedade de café. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 5 jul. 2006. p. 28.

### Pronaf destinará R\$ 1,2 bilhão para o Paraná

O Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) registrou, no primeiro semestre deste ano, um recorde de operações destinadas à agricultura familiar do Paraná: 1.012 operações, que receberam um total de R\$ 11,2 milhões. A previsão é que 2006 tenha movimentação três vezes maior do que em 2005.

O Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) colocará R\$ 10 bilhões em recursos à disposição dos agricultores brasileiros na safra 2006/2007. Para o Paraná, o Pronaf destinará R\$ 1,2 bilhão, que beneficiará mais de 236 mil famílias de pequenos agricultores e assentados da reforma agrária. O BRDE realiza as operações do Pronaf via parceria com cooperativas de crédito.

Os valores financiados pelo Pronaf vão de R\$ 3 mil até R\$ 30 mil. O programa anunciou uma nova linha de crédito, o Pronaf

Comercialização, que terá limite de R\$ 5 mil para empréstimos individuais e de R\$ 2 milhões para cooperativas e agroindústrias.

BERTOLDI, Andréa. PR terá R\$ 1,2 bi em financiamentos do Pronaf. **Folha de Londrina**, 29 jun. 2006. p. 7.

BRDE amplia créditos para agricultura familiar. **Folha de Londrina**, 28 jul. 2006. Economia, p. 4.

### Safra cafeeira cresce 54%

A safra cafeeira de 2006 tem tido bons resultados. Além de um aumento de 54% na produção do Paraná, totalizando 2,21 milhões de sacas, houve um crescimento de 53% da produtividade, em relação à safra anterior, atingindo 20,71 sacas por hectare.

Segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), esse crescimento – e também a melhor qualidade do café – se deu devido às condições climáticas favoráveis.

Uma medida proposta pelo governo federal ao Conselho Monetário Nacional (CMN) propõe a alocação de R\$ 1,578 bilhão para a consolidação do programa anticíclico da cafeicultura brasileira, através de apoio à colheita, estocagem e Financiamento para Aquisição de Café (FAC) da safra deste ano.

O Conselho está ampliando o limite de financiamento de estocagem, para até R\$ 750 mil, com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé). O limite de financiamento da colheita também foi estendido, chegando a R\$ 200 mil por produtor. Além disso, os encargos financeiros do FAC estão sendo reduzidos para 9,5% ao ano.

No Paraná, são 112,54 mil hectares de área plantada em 210 municípios, envolvendo entre 13 e 15 mil agricultores.

PRODUÇÃO de café aumenta 50% no Estado. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 4 ago. 2006. p. 24.

APOIO à comercialização do café. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 19 ago. 2006. p. 28.

PRODUÇÃO de café do Paraná cresceu 54%. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 26 ago. 2006. p. 25.

### Ampliação do fundo de aval

O governo estadual incrementou em R\$ 11 milhões o fundo que avaliza empréstimos do Programa Nacional de Fortalecimento

\*Elaborado com informações disponíveis entre 29/06/2006 até 30/08/2006.

\*\*Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

\*\*\*Acadêmicos de Ciências Econômicas, estagiários do IPARDES.

da Agricultura Familiar (Pronaf). No Paraná, os setores mais beneficiados são: pecuária leiteira – demandante de quase metade dos créditos –, sericicultura, cafeicultura, horticultura, fruticultura e pesca.

Os empréstimos do Pronaf cobram 3% de juros ao ano, prazo de pagamento máximo de oito anos e carência de até cinco anos. Há, ainda, bonificação para pagadores assíduos. O fundo de aval é contratado através do Banco do Brasil.

RECURSOS para a agricultura familiar. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 29 ago. 2006 p. 27.

---

## AGROINDÚSTRIA

### Parceria com Perdigão deverá elevar faturamento da Batávia

A Batávia, com sede em Carambeí (região dos Campos Gerais), vendeu 51% de suas ações para a Perdigão em junho deste ano. Esta negociação poderá levar o grupo ao patamar de empresas brasileiras que faturam R\$ 1 bilhão, bem como permitirá a busca pela liderança nacional do setor de refrigerados lácteos (iogurtes e sobremesas).

A Perdigão deverá beneficiar a Batávia com novos investimentos. O laticínio tinha dificuldade de acesso a linhas de crédito de longo prazo, dada a disputa societária com a Parmalat. A Batávia detém atualmente 12,9% do mercado nacional de refrigerados lácteos, ficando atrás da Nestlé e Danone, que detêm 18% e 19%, respectivamente.

A Batávia, que também tem como cooperativas sócias a Cooperativa Central de Laticínios do Paraná (CCLP) e a Agromilk, possui 200 produtos na linha de refrigerados. Para elevar sua participação para 17%, seria necessário um aumento entre 15% e 20% na sua capacidade produtiva. Em 2005, já sem a Parmalat como acionista, o laticínio obteve um faturamento de R\$ 639,9 milhões, indicando um aumento de 13,9% em relação a 2004.

A Perdigão também possui a totalidade das ações da Batávia na área de carnes (aves e suínos). Os frigoríficos de carnes e laticínios funcionam lado a lado em Carambeí. Além desta planta, o laticínio conta com uma unidade em Concórdia (SC) onde produz apenas leite longa vida.

ROCHA, Alda do A. Sob nova direção, Batávia acelera avanço. **Valor Econômico**, São Paulo, 21 ago. 2006. Agronegócios, p. B12.

ROCHA, Alda do A. Cooperativas procuravam um parceiro "mais sólido". **Valor Econômico**, São Paulo, 21 ago. 2006. Agronegócios, p. B12.

---

## INDÚSTRIA

### Projeto de reciclagem de lixo de Londrina recebe R\$ 80 mil

A Fundação Banco do Brasil, em parceria com a Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização (CMTU), liberou R\$ 80 mil, em recursos de fundo perdido, para melhorias no projeto de reciclagem de lixo do município de Londrina.

Serão construídos vinte barracões de estrutura pré-moldada, ocupando um espaço de 300 metros quadrados cada um. Serão ministrados cursos de capacitação para os quinhentos trabalhadores envolvidos no projeto e planeja-se a aquisição de dez prensas e um veículo.

A Prefeitura disponibilizou oito terrenos para as obras, e prevê sua conclusão até outubro. O projeto tem por objetivos incentivar programas de geração de empregos e renda.

Atualmente, 220 ONGs fazem a coleta de 90 toneladas de lixo reciclável por dia. Segundo a Companhia de Desenvolvimento de Londrina (Codel), haverá economia de R\$ 4 mil mensais, atualmente gastos com o aluguel de barracões.

MAZZINI, Fernanda. Fundação libera R\$ 800 mil para reciclagem. **Folha de Londrina**, 29 jun. 2006. Economia, p. 3.

---

### BNDES libera empréstimo à Klabin

A Klabin tem perspectiva de se tornar a quinta maior fábrica de papel do mundo, após a realização de obras previstas para o ano que vem. A empresa recebeu empréstimo de R\$ 1,74 bilhão do BNDES, com três anos de carência e sete para pagar. A produção da fábrica, em Monte Alegre, chegará a um total de 1,2 milhão de toneladas de papel por ano.

EMPRÉSTIMO gigante. **O Estado de S. Paulo**, 30 jun. 2006. Economia, p. B2.

---

### Usinas de açúcar e álcool são construídas no Estado

A região Noroeste do Paraná receberá três novas usinas de açúcar e álcool. Em Umuarama começa a ser construída a Usina Bonin, na fazenda Quatro Irmãos, que terá 200 mil metros quadrados de estrutura física e capacidade de moagem de 2 milhões de toneladas de cana ao ano. Deve iniciar suas operações a partir de 2008. Segundo a diretoria do empreendimento, a meta é chegar a 2011 com 25 mil hectares de cana plantada. Entre indústria e campo, serão ofertadas 2 mil vagas de emprego.

Duas outras usinas estão sendo construídas em Santo Inácio e Terra Rica, esta em fase final de obras.

Desde o ano passado, a área plantada de cana-de-açúcar no Estado cresceu aproximadamente 15%. Vinte e sete usinas operam no Paraná atualmente, todas instaladas na década de oitenta.

NUNES, Osmar. Com 3 novas usinas, cana rouba terreno da pecuária no Noroeste. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 jul. 2006. p. 21.

---

### Pólo de malhas sofre com a crise na agricultura

Em Imbituva, região dos Campos Gerais, encontra-se o Arranjo Produtivo Local (APL) das malhas, que enfrenta um momento ruim após a crise na agricultura, agravado pela estiagem e pela onda de calor fora de época. São 52 empresas e entre elas 44 pequenas malharias que já reduziram cerca de 30% de suas vagas, segundo a Associação das Malharias de Imbituva. A Feira de Malhas, em abril, vendeu metade do volume do ano passado.

Cerca de 20% das empresas fecharam, para abrir novamente em janeiro, e 20% trabalham em meio período. Os integrantes do APL de Imbituva participarão de um curso de capacitação para

buscar alternativas. Também através do APL estão montando uma central de compras para aquisição de matéria-prima mais barata.

JASPER, Fernando. União de empresas viabiliza produções temáticas e regionais. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 jul. 2006. p. 17.

JASPER, Fernando. Capacitação e investimento em tecnologia. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 jul. 2006. p. 17.

BUSNARDO, Érica. Maior pólo de malhas do Paraná perde 50% da produção e demite. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 ago. 2006. p. 17.

## Crise atinge fabricantes de automóveis e fornecedores

O fraco desempenho da agricultura, o nível de salário mais elevado em relação a outros estados, o real valorizado e a reestruturação da Volkswagen provocaram uma crise no setor automotivo do Paraná, atingindo fabricantes de automóveis e fornecedores de peças e acessórios.

A primeira crise no parque automotivo do Estado ocorreu em 2001, resultando no fechamento da fábrica da Chrysler, em Campo Largo. A crise atual ameaça 6 mil dos 25 mil empregos gerados pelo setor no Paraná.

Os maus resultados no campo geraram dificuldades para a Case New Holland (CNH), que fabrica tratores e colheitadeiras, e para a Volvo, que produz caminhões e ônibus no Estado. O preço da mão-de-obra mais elevado no Estado e o dólar desvalorizado no País têm provocado uma migração de investimentos para o nordeste e para a Argentina.

O caso mais grave é o da Volks, que anunciou um plano de reestruturação que prevê o corte de 1,4 mil postos de trabalho até o ano de 2008. A unidade, que já entrou em férias coletivas quatro vezes neste ano, deixou de fabricar o Audi A3, que desde o início de sua fabricação (em 1999) jamais alcançou as vendas esperadas.

Essas dificuldades geraram impactos também para os fornecedores. A alemã Kromberg & Schubert – fabricante de chicotes elétricos que tem a Volks como um dos principais clientes – encerrou as atividades na sua unidade paranaense, onde, em 2005, chegou a ter 1,3 mil funcionários.

Das 80 empresas paranaenses que fornecem peças e acessórios para as montadoras, 53 são estrangeiras. Elas têm, portanto, maior facilidade para encerrar a produção aqui caso as atividades não se mostrem rentáveis. Outros fornecedores da Volks, como Metagal (retrovisores), Delphi (cabos elétricos) e Peguform (pára-choques), já reduziram a quantidade de funcionários ou estudaram a possibilidade de deixar o Paraná.

LIMA, Marli. OLMOS, Marli. Crise na Volks espanta fornecedores no Paraná. **Valor Econômico**, São Paulo, 18 jul. 2006. Empresas, p. B9.

LONDRES, Mariana. Crise da Volks se reflete no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 jul. 2006. p. 21.

JASPER, Fernando. Cadeia automotiva teme o encolhimento. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 jul. 2006. Economia, p. 3.

JASPER, Fernando. Crise ameaça 6 mil empregos no pólo automotivo do PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 jul. 2006. Economia, p. 1.

VALÉRIO, Marisa B. Audi encerra a produção admitindo erro. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 30 jul. 2006. Economia, p. 2.

## Curtumes aguardam restituição do PIS-Cofins

Indústrias de couro do Norte do Paraná, caso não consigam a restituição dos créditos do PIS-Cofins, poderão demitir parte de seu quadro de funcionários. A região abriga 10 curtumes, dentre eles três exportadores. De acordo com o Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB), a Receita Federal está atrasando um repasse acumulado de R\$ 8 milhões.

Em Apucarana, a empresa Apucacouros afirmou que, se não receber parte da restituição, será obrigada a demitir cerca de 50% de seu quadro funcional, que atualmente conta com 440 funcionários. A empresa, que tem um montante acumulado de R\$ 3,2 milhões para receber, não conseguirá pagar funcionários, comprar matéria-prima nem tampouco manter a empresa caso não ocorra a restituição.

Os curtumes Vancouros e Brutoli, de Rolândia, poderão ir além das demissões. Há a possibilidade de essas empresas mudarem suas instalações para outro estado, caso a Receita não libere os créditos em breve.

ZANON, Erika. Indústria do couro ameaça com demissões. **Folha de Londrina**, 19 jul. 2006. Economia, p. 4.

## Cerâmicas do Paraná recebem selo de garantia

O Programa de Qualidade da Cerâmica Vermelha realizado pelo Senai/Cietep e pela Rede de Tecnologia do Paraná (Retec) lança um selo que garantirá a qualidade dos produtos das empresas paranaenses conveniadas.

O selo indica a participação da olaria no programa, além de garantir as exigências técnicas da ABNT. Este programa padronizará a documentação e testará a qualidade dos produtos.

Desde que foi lançado, em outubro do ano passado, o programa teve adesão da Olaria Dois Irmãos Ltda., da Indústria de Tijolos Beira Rio Ltda., da Tijolajes Cerâmica de Tijolos Ltda. e da Cerâmica Arnoldo José Orso.

O programa tem como objetivos: auxiliar o aperfeiçoamento da gestão da empresa, melhorar a interação entre os processos internos, aumentar a produção e o faturamento, elevar o nível de satisfação e confiança dos clientes, reduzir os desperdícios, economizar energia, melhorar a qualificação da mão-de-obra e diferenciar os produtos.

SELO vai atestar qualidade das olarias. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 22 jul. 2006. p. 25.

## Indústrias líderes no interior do Estado

O interior do Paraná, predominantemente agrícola, é hoje também ocupado por companhias industriais líderes nas áreas onde atuam.

Em Siqueira Campos, no Norte Pioneiro, está instalada a Tork fábrica de acessórios para motociclismo, que emprega 1.200 pessoas, 950 no município. A planta produz uniformes e aproximadamente dois mil capacetes por dia. Receberá um aumento em sua estrutura, chegando a dez mil metros quadrados, para abrigar a estrutura da Ultragrip, linha paulista de botas e macacões adquirida recentemente.

A produção atual chega a 3,5 milhões de peças por ano, voltadas para motos de rua. A Tork tem também uma linha para competições, a Pro Tork, que este ano monta uma equipe própria para disputar o Campeonato Brasileiro de Motocross. A fábrica não produz motos, mas desde o ano passado foram montadas, sob encomenda, 700 minimotos para competição em que apenas o motor de 50 cilindradas é importado – da China. A empresa tem receita quase quatro vezes maior que a arrecadação de Siqueira Campos, e é a maior fabricante do ramo na América Latina.

Em Cascavel, há duas empresas instaladas no mesmo terreno de duzentos mil metros quadrados, mas dedicadas a diferentes ramos. A Comil Silos e Secadores foi fundada em 1957, e em 2003 alcançou faturamento recorde de R\$ 100 milhões. A recente crise da agricultura, porém, fez com que esse valor caísse. A empresa continua lucrativa graças à renegociação de contratos e à pulverização do mercado – além de fazendeiros do Mato Grosso e Paraguai, os maiores compradores agora são cooperativas, cerealistas e grandes empresas. A Comil detém cerca de 25% do mercado brasileiro e é a maior empresa do setor no País.

A Mascarello Carrocerias e Ônibus conta com 580 empregados e produz somente sob encomenda. Espera atingir um crescimento de aproximadamente 50% no faturamento de R\$ 60 milhões no ano passado e que as exportações cheguem a 30% do total, frente aos 17% em 2005. A produtividade da Mascarello, inicialmente de um ônibus por semana, chega hoje a quatro veículos por dia. Os maiores clientes são prefeituras, concessionárias de transporte coletivo, o Exército e a Aeronáutica. A empresa tem 5% de participação no mercado nacional e planeja, até 2008, iniciar a produção da linha *double-deck*, para longas distâncias.

No município de Douradina, noroeste do Estado, o destaque é a Móveis Gazin. Varejista e atacadista de móveis e eletrodomésticos, emprega 2.126 funcionários em três regiões do País. São 174 lojas instaladas em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rondônia e Acre. No Paraná, onde se localiza a fábrica de móveis e colchões, são apenas três lojas, nos arredores do município-sede. A empresa procurou se expandir onde as grandes redes ainda não haviam chegado. Um dos maiores trunfos da Gazin é a relação com os funcionários. A presença, quase comum, nos anuários de melhores empresas para se trabalhar no País demonstra isso. Este ano a arrecadação de impostos da Gazin já chegou aos R\$ 33 milhões, mais de oito vezes a arrecadação anual da Prefeitura de Douradina.

A Alimentos Zaeli, fundada em 1969 e controladora de uma série de indústrias e beneficiadoras de grãos, sobressai na região de Umuarama. Com um parque industrial de 56 mil metros quadrados, a empresa produz ou empacota cerca de 230 produtos diferentes, e marca presença em supermercados de 26 estados. Para ser uma das marcas de alimentos mais conhecidas no Paraná, a Zaeli aposta numa estrutura enxuta, com foco na distribuição dos produtos e grandes investimentos em publicidade. A empresa faturou R\$ 300 milhões em 2005.

Em Pato Branco, sudoeste do Estado, encontra-se uma tradicionalíssima indústria do interior que ganhou cara nova. A Indústria Petrycoski passou a fabricar fogões a gás em 1988, quando o mercado de fogões a lenha, que produzia desde 1950, tornou-se pequeno demais. Com a linha a gás, batizada como Atlas Eletro,

tornou-se a terceira maior fabricante de fogões do País, apostando em modelos populares voltados para as classes C e D.

JASPER, Fernando. Cinco empreendedores que viraram o Paraná do avesso. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 jul. 2006. Economia, p. 1.

JASPER, Fernando. Empresário une Ferrari e austeridade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 jul. 2006. Economia, p. 2.

JASPER, Fernando. Rainha da soja persegue título de capital nacional dos ônibus. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 jul. 2006. Economia, p. 2.

JASPER, Fernando. Vendas em queda, mas lucro garantido. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 jul. 2006. Economia, p. 2.

JASPER, Fernando. Os 2.126 filhos de Mário Gazin. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 jul. 2006. Economia, p. 3.

JASPER, Fernando. Aos 17 anos, Tork é líder do seu segmento na América Latina. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 jul. 2006. Economia, p. 3.

JASPER, Fernando. “Marca do gatinho” cresce com logística e publicidade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 jul. 2006. Economia, p. 3.

JASPER, Fernando. Aliança com o “inimigo” garantiu sobrevivência. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 jul. 2006. Economia, p. 4.

---

## Petrobras compra equipamentos de fábrica em Curitiba

Com planta em Curitiba, a norueguesa Aker Kvaerner Subsea (AKS) fornecerá à Petrobras equipamento submarino para a exploração de petróleo, denominado Árvore de Natal Molhada (ANM). O contrato, de US\$ 84 milhões, é válido por dois anos, podendo ser renovado por mais um.

A Petrobras já encomendou nove ANMs e dois conjuntos de ferramentas, e há a expectativa de que cinco outras ANMs sejam solicitadas até o final do ano. O equipamento faz a conexão entre o tubo que capta petróleo no reservatório e os outros que levam o óleo até as plataformas.

A fábrica da AKS em Curitiba passou a se especializar em equipamentos de exploração submarina de petróleo em 1995 e, atualmente, conta com um quadro de 250 funcionários.

JASPER, Fernando. AKS Brasil produzirá para a Petrobras. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1 ago. 2006. p. 17.

---

## Eletrofrío investe para recuperar mercado

A Eletrofrío, empresa de refrigeração instalada em Curitiba, investiu R\$ 10 milhões na expansão de suas instalações e inserção no mercado de painéis para câmaras frigoríficas. A área fabril passou de 35 mil metros quadrados para 75 mil metros. Já a área construída, que ocupava 16 mil metros quadrados, passará para 20 mil metros quadrados.

A companhia chegou a representar 70% do mercado de expositores para produtos refrigerados na década de 80, respondendo, hoje, por cerca de 20%. De acordo com a direção da firma, o faturamento aumentou a uma média de 25% ao ano desde 2002. A empresa pretende ainda ampliar as exportações, que correspondem a 10% do faturamento e estão voltadas para a América Latina.

LIMA, Marli. Eletrofrío amplia produção para recuperar mercado. **Valor Econômico**, São Paulo, 3 ago. 2006. Empresas, p. B6.

---

## Bocaiúva do Sul investe na valorização da bracatinga

A bracatinga, madeira comum na região metropolitana de Curitiba, está recebendo investimentos do município de Bocaiúva do Sul para sua valorização no mercado. Com o objetivo de ampliar a utilização da madeira e proporcionar o aumento da renda dos produtores, a prefeitura da cidade e a Agência de Desenvolvimento da Mesorregião Vale do Ribeira/Guaraqueçaba estão investindo em uma incubadora de marcenarias, bem como em pesquisa e monitoramento dos plantios de bracatinga.

Para montar essa incubadora, o Ministério da Integração Nacional enviou cerca de R\$ 580 mil ao município. A incubadora servirá como uma escola e também fornecerá orientações a cinco novas marcenarias por ano.

A bracatinga pode ser usada na fabricação de móveis e pisos, em molduras e MDF. A negociação da madeira já dá sinais positivos, com vendas significativas para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

CARNIERI, Helena. Bracatinga passa de lenha a mobiliário. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 ago. 2006. p. 20.

---

## Renault anuncia produção do Logan no Paraná

A fábrica brasileira da Renault, instalada em São José dos Pinhais, irá contratar, até janeiro do ano que vem, 650 pessoas para a fabricação do popular Logan, que deverá ser produzido a partir de março de 2007.

A montadora anunciou em fevereiro deste ano a produção de cinco novos modelos na unidade até 2009. O Logan será o terceiro, depois das versões sedã e perua do novo Mégane.

A Renault instalou-se no Estado em 1999 e até 2005 acumulou prejuízo de R\$ 3,842 bilhões. Com os cinco modelos anunciados a fábrica paranaense pretende trabalhar com sua capacidade plena até 2009. Atualmente, a ociosidade da planta é de cerca de 70%.

JASPER, Fernando. Renault contrata 650 pessoas para produzir Logan no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 ago. 2006. p. 17.

RENAULT anuncia a contratação de mais mil. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 15 ago. 2006. p. 27.

---

## Repar inicia fornecimento de diesel menos poluente em Curitiba e região metropolitana

A Refinaria Presidente Getúlio Vargas (Repar), localizada em Araucária, está distribuindo para Curitiba e Região Metropolitana (RMC) o novo Diesel 500 ppm (partes por milhão), menos corrosivo e poluente que o diesel tradicional por possuir teor de enxofre 75% menor.

A Repar investiu US\$ 800 milhões na planta, que será capaz de produzir 45 milhões de litros do combustível mensalmente, o que equivale a 56,25% da demanda da RMC por diesel. O abastecimento suplementar deverá ser realizado pelas refinarias de Porto Alegre e São Paulo.

GUEDES, Flora. Repar começa a distribuir novo diesel em Curitiba. **Folha de Londrina**, 16 ago 2006. Economia, p. 3.

---

## Usina sucroalcooleira anuncia expansão

A usina Usaciga, do município de Cidade Gaúcha (próximo a Umuarama), anunciou a instalação de sua segunda unidade produtora de álcool e açúcar.

Com investimentos de R\$ 225 milhões, a unidade começará a ser construída em 2008, com início das operações previsto para a safra de 2009/2010. A usina terá capacidade de moagem de 2 milhões de toneladas de cana, podendo chegar a produzir 125 mil toneladas de açúcar e 85 milhões de litros de álcool.

Fundada há 26 anos, a Usaciga é considerada uma das mais modernas usinas sucroalcooleiras do Paraná.

MAIS uma usina. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 ago. 2006. p. 28.

---

## Fábrica de bebidas investe para sobreviver à concorrência

A Cini, fábrica de bebidas localizada em São José dos Pinhais, após perder participação no mercado com a migração da indústria para o envase em garrafas *pet*, está investindo em novos produtos – como chás e sucos – para voltar a vender mais para os estados do Sul e Sudeste. Para a produção dessas novas bebidas, uma nova linha na fábrica absorveu investimentos de R\$ 1,5 milhão neste ano, e sua produção atual poderá ser dobrada até o fim de 2007.

Segundo a empresa, é inviável vender refrigerantes a estados muito distantes do Paraná devido ao alto custo do transporte. A Cini não tem planos de expansão de unidades produtivas, pois a prioridade é reconquistar clientes com seus novos produtos.

LONDRES, Mariana. Cini investe para brigar com gigantes. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 ago. 2006. Economia, p. 6.

---

## Stora Enso adquire fábrica da Inpacel

A Stora Enso, grupo sueco-finlandês considerado o maior fabricante de papel da Europa, comprou da International Paper (IP) os ativos da Inpacel, em Arapoti (no norte pioneiro), por US\$ 415 milhões.

Com uma receita líquida de US\$ 228 milhões em 2005, a Inpacel é a única fábrica de papel revestido de baixa gramatura da América Latina, utilizado em revistas e catálogos. Junto com a unidade, a Stora Enso adquiriu uma serraria e 30 mil hectares de pinus e eucalipto plantados. O grupo não prevê nenhuma demissão na unidade, que conta com 700 funcionários e prevê investimentos para aumentar a produção da Inpacel, que produz hoje 205 mil toneladas de papel revestido – o suficiente para atender à demanda interna e para exportar.

Com essa compra, as vendas da Stora Enso deverão dobrar na América Latina. A empresa, que também participa de uma *joint venture* com a Aracruz na Bahia, busca fortalecimento em novos mercados e pretende aumentar sua participação na China.

BRITO, Agnaldo; GRINBAUM, Ricardo. IP negocia fábrica e florestas no Brasil avaliadas em US\$ 1,2 bi. **O Estado de S. Paulo**, 23 ago. 2006. Economia, p. B12.

CARNIERI, Helena. Grupo sueco compra antiga Inpacel. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 23 ago. 2006. p. 25.

VIEIRA, André. Stora Enso fica com fábrica da Inpacel. **Valor Econômico**, São Paulo, 23 ago. 2006. Empresas, p. B6.

---

## COMÉRCIO

### Grupo Carrefour investe

O Grupo Carrefour prevê para este ano um investimento total de R\$ 700 milhões no País. Em Curitiba, foi realizada a reforma da loja no bairro Champagnat, que recebeu melhoria nos serviços e um aumento na variedade de produtos. As mudanças alcançaram um total de R\$ 7 milhões, em três meses de trabalho sem fechar as portas. O grupo francês também prevê investimentos, no próximo ano, nas outras lojas da capital e na unidade de Londrina.

CARNIERI, Helena. Carrefour investe R\$ 8 milhões em reforma de lojas no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 jul. 2006. p. 20.

---

### Nissei busca novos mercados

A rede de farmácias Nissei completou, este ano, vinte anos, com dois mil funcionários e 74 lojas no Estado. Em 2005 foram investidos R\$ 10 milhões em expansão e este ano serão usados R\$ 5 milhões. O projeto de crescimento da firma prevê até 2010 a abertura de lojas em São Paulo, Maringá, Londrina, Cascavel, Joinville (SC) e Florianópolis (SC). Serão cinco a seis lojas em cada região, com investimento de R\$ 20 milhões. As obras de duplicação da capacidade do centro de distribuição, para 6 mil metros quadrados, serão concluídas em agosto.

LIMA, Bertoldi. Depois da pastelaria, a rede de farmácias. **Valor Econômico**, São Paulo, 21 jul. 2006. Empresas e Tecnologia, p. B4.

CARNIERI, Helena. Nissei: 2 mil funcionários e 74 lojas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 jul. 2006. p. 16.

BERTOLDI, Andréa. Perseverança para chegar ao sucesso. **Folha de Londrina**, 2 ago. 2006. Economia, p. 3.

---

### Grupo Destro anuncia investimentos em Curitiba

O grupo Destro, sediado em Cascavel e terceiro maior do País no segmento atacadista, está iniciando a construção de um centro de distribuição e da segunda loja da JD Home Center – braço varejista do grupo – na capital paranaense, que devem consumir investimentos da ordem de R\$ 130 milhões, oriundos de recursos próprios.

A empresa já possui o terreno para a nova loja, na qual deverão ser aplicados R\$ 30 milhões. Para o centro de distribuição devem ser investidos R\$ 100 milhões, com inauguração prevista para junho de 2007. Serão 40 mil metros quadrados de área construída em um terreno de 230 mil metros quadrados.

Este ano o grupo espera atingir um faturamento de R\$ 1 bilhão, com suas operações em Brasília, Cascavel, Curitiba, Foz de Iguaçu e Jundiá.

LIMA, Marli. Destro investe R\$ 100 milhões e amplia distribuição. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 ago. 2006. Empresas, p. B4.

---

### Rede de *fast-food* abrirá quinze lojas no Paraná

A segunda maior rede mundial de *fast-food*, a americana Burger King (BGK), irá se instalar em Curitiba até o fim deste ano. A rede pretende abrir, em três anos, cerca de 15 lojas no Paraná.

Todas as lojas da rede no Brasil são franquias, divididas em oito regionais, sendo que a regional Sul é formada apenas por Paraná e Rio Grande do Sul.

CARNIERI, Helena. Rede Burger King estréia em Curitiba ainda em 2006. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 ago. 2006. p. 20.

---

### Casas Bahia reposiciona seus pontos

A rede varejista Casas Bahia, que abriu nove lojas na Região Sul no primeiro semestre deste ano, fecha cinco lojas em dois meses.

Essas medidas representam apenas um reposicionamento de operações, uma vez que as áreas fortes na agropecuária têm enfrentado instabilidade.

No próximo semestre serão abertas mais treze novas unidades da rede no sul do País, três delas no Paraná. Um centro de distribuição será montado em São José dos Pinhais.

JURGENFELD, Vanessa; BUENO, Sérgio. Casas Bahia revê operações no Sul e fecha cinco lojas. **Valor Econômico**, São Paulo, 21 ago. 2006. Empresas, p. B5.

CARNIERI, Helena. Casas Bahia fecha 2 lojas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 24 ago. 2006. p. 19.

---

### Livrarias Curitiba investe em nova sede

A rede Livrarias Curitiba, líder do setor no sul do País, investiu R\$ 2 milhões na compra de um terreno de 10 mil metros quadrados, que abrigará a nova sede da empresa, onde deverão ser aplicados mais R\$ 3 milhões. Estão previstas, ainda, melhorias na estrutura tecnológica com a implantação de um novo *software*, que deverá consumir R\$ 1,4 milhão em investimentos.

Além das 12 lojas de varejo, a empresa conta com centros de distribuição em Curitiba, Londrina e Florianópolis, responsáveis pela distribuição atacadista, que corresponde a 40% do faturamento da empresa. A rede, que emprega 700 pessoas, tem planos para ampliar o número de lojas a partir de 2008, quando começa a operar na nova sede. Para este ano é previsto um aumento de 10% no faturamento.

BISPO, Tainã. Família Pedri profissionaliza a Livrarias Curitiba. **Valor Econômico**, São Paulo, 25 ago. 2006. Empresas, p. B4.

---

## COMÉRCIO EXTERIOR

### Cachaça paranaense é exportada para os EUA

A cachaça paranaense, produzida em Ribeirão do Pinhal pela empresa Macaribe e envasada pela Indústria e Comércio de Bebidas Furtado, em Curitiba, será exportada para os Estados Unidos,

através da exportadora Nargeltombrasil. O contrato de um ano leva 960 caixas (um contêiner) aos mercados da Califórnia, Nova York, Boston e Miami e equivale a 11,5 mil litros de cachaça.

As empresas visam, além do mercado norte-americano, que importa cerca de 10,4% da cachaça brasileira, os mercados europeu e chinês.

O Paraná produziu cerca de 1,3 bilhão de litros no ano passado, com participação de 4% na produção nacional.

LOMBARDO, Andréa. Cachaça paranaense será exportada para EUA. **Folha de Londrina**, 4 jul. 2006. Economia, p. 4.

## Crescem exportações para o mercado árabe

O exigente mercado árabe vem se tornando uma boa alternativa para produtores paranaenses. A faixa de países compreendida inclui o Norte da África, Palestina e Arábia, com uma população de aproximadamente 300 milhões de pessoas e PIB de US\$ 1,5 trilhão. Estes importam do Estado produtos como carne de frango, óleo e grãos de soja, madeiras e automóveis.

As exportações para a Liga Árabe são favorecidas pela presença de 10 milhões de descendentes árabes no Brasil. Em 2005 o Paraná exportou cerca de US\$ 521 milhões para a região.

O Frigorífico Diplomata, instalado em Capanema, já destinou 2,5 mil toneladas de frango inteiro e em partes para o Kuwait, Omã, Emirados Árabes e Jordânia em 2006.

Desde 2004, a Vamol, empresa situada no pólo moveleiro de Arapongas, negocia estantes e *racks* com os Emirados Árabes, Argélia, Egito e Líbano.

CARNIERI, Helena. Mercado árabe se abre e gera oportunidades. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 7 jul. 2006. p. 20.

## Fábricas de Terra Roxa iniciam exportações

As fábricas de roupas para bebês do município de Terra Roxa, extremo-oeste do Paraná, aumentaram sua produção para atender à demanda nacional e já estão exportando parte do excedente.

Portugal, Espanha e Colômbia estão recebendo remessas das roupas infantis, e um novo consórcio de exportação está sendo criado visando à abertura de novos mercados.

O município abriga 43 fábricas de roupas infantis, as quais produzem 300 mil peças por mês e empregam 2.800 pessoas, representando 30% da economia local. Diversos cursos de aperfeiçoamento foram ministrados, buscando o aumento da qualidade e da produtividade das fábricas. Além disso, o Arranjo Produtivo Local (APL) – associação que reúne os fabricantes de roupas da região – informou que ações de marketing e divulgação serão desenvolvidas para contribuir na conquista de novos mercados.

NUNES, Osmar. Terra Roxa exporta moda para bebês. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 21 jul. 2006. p. 23.

## Queda de 13% nas exportações avícolas do Estado

O Paraná contabilizou, no primeiro semestre de 2006, uma queda nas exportações avícolas de 13% em volume e de 8% em receita, comparativamente com o mesmo período do ano passado.

Segundo o Sindicato da Indústria de Produtos Agrícolas do Estado do Paraná (Sindiavipar), essa redução ocorreu em razão da queda dos preços do frango no mercado externo, da queda do dólar e do alto volume dos estoques internacionais. A tendência é de redução dos abates no Estado, seguindo a estratégia nacional de desacelerar a produção, diminuir o total de pintos alojados e equilibrar oferta e demanda interna. Em setembro de 2005, o excesso de oferta fez com que o preço do frango caísse em 42% no varejo.

Para minimizar as perdas, a indústria avícola aumentou o volume das “preparações alimentícias” e pratos semiprontos de frango para exportação. No primeiro semestre deste ano já foram exportados US\$ 22,47 milhões e 9,89 milhões de quilos dessas preparações, contra apenas US\$ 3,44 milhões e 1,87 milhão de quilos em igual período de 2005.

BERTOLDI, Andréa. Exportações avícolas têm queda de 13%. **Folha de Londrina**, 22 jul. 2006. Economia, p. 3.

## Argentinos aumentam comércio com o Paraná

Um grupo de representantes de 15 empresas de Córdoba, Argentina, veio ao Paraná com a intenção de abrir negociações com empresas do Estado. Os representantes argentinos visitaram os supermercados Condor e Muffato, as montadoras Volvo e Case/New Holland (CNH), a distribuidora de peças automotivas Embrepar, entre outras. A argentina Benito Agropecuária S.H. (montadora de peças para maquinário agrícola) visitou fornecedores da CNH e deverá fechar negócio para receber peças em seu país. Uma das vantagens dessas negociações é a possível eliminação de intermediários (agências de Comércio Exterior).

Em 2003, as exportações do Paraná para o país vizinho representavam 4% das vendas exteriores do Estado e subiram para 7% em 2005, quando foram exportados US\$ 730 milhões para a Argentina e importados US\$ 401 milhões. Dentre os produtos mais exportados estão veículos e peças automotivas, e máquinas agrícolas. O Paraná importou principalmente fungicidas, azeitonas, painéis de madeira e caixas de câmbio para veículos.

CARNIERI, Helena. Empresários da Argentina querem comprar do Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 26 jul. 2006. p. 20.

## Crescem exportações de milho no primeiro semestre

As exportações de milho embarcadas pelo Porto de Paranaguá, referentes ao primeiro semestre de 2006, quase triplicaram em comparação com o mesmo período do ano passado.

Cerca de 1,4 milhão de toneladas foram enviadas pelo Corredor de Exportação. Com essa movimentação, o produto está substituindo a soja, prejudicada pela seca. Neste ano, os embarques começaram em fevereiro, um pouco mais tarde que em 2005, quando ocorreram de janeiro a março. As exportações de 2006 se estenderam por junho e julho. De acordo com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA), o principal destino do milho é o Irã, seguido de Coréia do Sul, China e Espanha.

A atividade portuária gerou receita de US\$ 124 milhões neste primeiro semestre, ante os US\$ 54 milhões do mesmo período de 2005. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e

Estatística (IBGE), a produção de milho crescerá 18% na safra principal e 26,5% na safrinha, volume total 20% superior em relação à sua estimativa inicial.

EXPORTAÇÕES de milho cresceram 172%. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 28 jul. 2006. p. 28.

---

## Volvo fecha contrato com empresa chilena

A Volvo do Brasil produzirá 499 ônibus para o sistema de transporte público de Santiago (Transantiago), no Chile. Desses 171 chassis serão produzidos na fábrica curitibana, recebendo carroceria da Induscar/Caio. O modelo produzido aqui é o B9-SALF, que possui 18,5 metros de comprimento, motor de nove litros e capacidade para 160 pessoas. Os demais 328 veículos, de menor tamanho, serão montados na Suécia. O contrato de US\$ 120 milhões prevê a entrega dos ônibus entre janeiro e julho de 2008.

As metas da montadora para 2006 serão ultrapassadas em 20%. Porém, esses veículos destinados ao Chile não entram no total, pois serão produzidos apenas em novembro do ano que vem.

No ano passado, outras três operadoras de Santiago compraram 1.779 ônibus da Volvo Brasil. A Subus Chile, a Express de Santiago Uno e a Inversiones Alsacia pagaram US\$ 400 milhões à empresa pelos veículos.

Em 2005, a fábrica paranaense exportou um total de US\$ 544,3 milhões, mais que o dobro de 2004.

JASPER, Fernando. Volvo fecha novo contrato no Chile. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 ago. 2006. p. 17.

LIMA, Marli. Volvo do Brasil fecha venda de 499 ônibus para o Chile. **Valor Econômico**, São Paulo, 15 ago. 2006. Empresas, p. B11.

---

## NÍVEL DE ATIVIDADE

### Crescimento de 18% no mercado de gás natural no Paraná

A Compagás, distribuidora de gás natural para os setores industrial, comercial, residencial, veicular, de cogeração e de matéria-prima, registrou crescimento de 15% nas vendas do mês de junho, comparativamente a igual período de 2005. No primeiro semestre de 2006, o mercado de gás natural cresceu 18% em relação ao primeiro semestre do ano passado.

O setor que mais comprou gás natural foi o comercial. Em junho de 2005, 50 empresas consumiam o gás natural – atualmente elas somam 88 empresas, destacando-se hotéis e restaurantes. Houve aumento de 65% no volume de vendas para o setor residencial em relação ao primeiro semestre de 2005, e de 22% para o setor veicular, relativamente ao semestre anterior.

Hoje a Compagás distribui o gás para 21 postos da região metropolitana de Curitiba, dado o crescimento da frota de veículos convertidos para utilização de GNV – Gás Natural Veicular.

SETOR de gás natural no PR cresce 18% no semestre. **Folha de Londrina**, 8 ago. 2006. Economia, p. 3.

---

## FOMENTO

### Banco do Brasil libera R\$ 50 milhões para investimentos em Londrina

Um convênio firmado entre o Banco do Brasil e o Governo Municipal de Londrina irá ofertar R\$ 50 milhões para empréstimos de micro, pequenas e médias empresas. Pretende-se beneficiar 500 empresas de qualquer segmento, até o fim do ano.

Cada empresa poderá tomar empréstimos de até R\$ 400 mil, com seis anos para a quitação e dois anos de carência, com juros de 4,6% ao ano mais TJLP.

Os contratos com valor máximo de R\$ 50 mil terão orçamento simplificado. Os financiamentos serão cedidos após avaliação de histórico bancário, garantia de bens ou fundo de aval.

MAZZINI, Fernanda. BB anuncia R\$ 50 milhões para empresas de Londrina. **Folha de Londrina**, 29 jun. 2006. Economia, p. 3.

---

## INFRA-ESTRUTURA

### Copel investiu R\$ 22 milhões em subestação de Sarandi

Em investimento de R\$ 22 milhões, a Copel inaugurou no mês de julho a nova subestação de Sarandi, cidade vizinha a Maringá, conectada às estações de Maringá e Apucarana.

A subestação está equipada com um transformador de 150 megavolts-ampères (MVA) de potência e tem por função receber e processar grandes quantias de energia, dividindo e diminuindo sua tensão para abastecer as subestações menores de Horizonte, em Maringá, Jardim Tropical em Sarandi, e a de Mandaguari. Cada uma dessas três linhas terá capacidade de transmissão de 138 mil volts.

MAIS energia. **O Estado do Paraná**, 21 jul. 2006. p. 24.

---

### Porto de Antonina amplia capacidade de armazenagem

O Terminal Portuário da Ponta do Félix, em Antonina, instalará uma nova câmara frigorífica, aumentando em 10 mil toneladas a capacidade de armazenamento de cargas congeladas. Também será instalado um armazém graneleiro com 5,4 mil metros quadrados. A capacidade atual do terminal é de 13 mil toneladas de cargas congeladas e 35 mil metros cúbicos de carga seca.

O aumento na área do porto permitirá a construção de mais de 14,1 mil metros quadrados de armazéns de carga geral e pátio para contêineres. Através de dragagem, o canal de acesso ao terminal será aprofundado, havendo planos para a construção de mais 250 metros de cais, permitindo que 4 navios operem simultaneamente.

Um acordo com a Petrobrás irá viabilizar a construção de 2,5 quilômetros de rodovia (que será margeada por uma ferrovia) ligando a Ponta do Félix ao Porto Público Barão de Tefé, permitindo o desvio de grande número de caminhões que trafegam por Antonina e Morretes.

PORTO de Antonina anuncia programa de expansão. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 jul. 2006. p. 20.

---

## Inaugurado terminal de contêineres em Cambé

Um novo terminal de contêineres foi inaugurado em Cambé, Norte do Paraná, resultado de uma parceria entre a América Latina Logística (ALL) e a Standard, empresa especializada em logística de cargas frigorificadas.

Com uma área total de 35 mil metros quadrados, foram investidos, entre construção, aquisição de equipamentos e adaptação de vagões, R\$ 10 milhões. O terminal, que começou a ser construído em março, terá capacidade inicial para 600 contêineres por mês, para cargas secas ou refrigeradas, podendo dobrar essa movimentação.

Localizado em uma posição estratégica, entre a rodovia que liga Cambé a Rolândia e a malha ferroviária, o terminal receberá cargas originárias das regiões norte do Estado, sudoeste de São Paulo e todo o Mato Grosso do Sul. A ALL, que detém a maior malha ferroviária da América Latina, fará a ligação entre o Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) e o novo terminal de Cambé.

O empreendimento transformará Cambé no principal pólo de movimentação de contêineres do interior do Estado.

ALL e Standard abrem terminal para contêineres em Cambé. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 ago. 2006. p. 18.

CAMBÉ tem primeiro terminal de contêineres. **Folha de Londrina**, 19 ago. 2006. Economia, p. 3.

TERMINAL de contêineres. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 19 ago. 2006. p. 28.

## LOGÍSTICA

### TPC abre filial na Região Sul

O Grupo TPC, de logística, prepara a abertura de uma unidade em Curitiba. Será a primeira unidade da empresa na Região Sul, tendo faturado R\$ 72 milhões no ano passado.

A empresa baiana atua no pólo da Ford em Camaçari (BA), bem como com transporte de telefones celulares, medicamentos, cosméticos e eletrônicos. São 500 mil veículos transportados por ano, 2,5 mil telefones celulares e 20 mil pedidos de cosméticos por dia, e o equivalente a R\$ 20 milhões em medicamentos por mês.

O grupo tem também como clientes o Shoptime e a americanas.com, e pretende entrar, em 2007, na logística do ramo petroquímico. A meta de faturamento para este ano é de R\$ 100 milhões.

CRUZ, Patrick. TPC amplia atuação e abre escritório na região Sul. **Valor Econômico**, São Paulo, 15 ago. 2006. Empresas, p. B10.

## SERVIÇOS

### Amil investiu R\$ 6 milhões em Centro Integrado de Atendimento

A Amil Paraná investiu cerca de R\$ 6 milhões no primeiro Centro Integrado de Atendimento do grupo no País, em Curitiba.

Funcionam no Centro uma agência de atendimento ao cliente, uma unidade de correção postural, serviços laboratoriais e outros exames, e uma unidade Farmaline, rede de farmácias da seguradora.

Até o ano que vem o grupo pretende abrir mais três ou quatro unidades semelhantes na cidade, como resposta ao aumento de 35 mil clientes no Estado desde 2001.

SCHEFFER, Cinthia. Amil inaugura centro integrado em Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 jul. 2006. p. 16.

### Inaugurado terceiro Centro de Tecnologia do HSBC

Foi inaugurado em Curitiba o terceiro Centro de Tecnologia Global (GLT) do HSBC. O Centro, que recebeu investimentos de R\$ 12 milhões, será responsável pelo desenvolvimento e exportação de soluções em tecnologia para as unidades do próprio grupo, localizadas em outros 76 países. Os outros dois GLTs estão localizados na China e na Índia.

O GLT brasileiro atenderá principalmente às unidades nos Estados Unidos e Canadá. O escritório curitibano tem capacidade para 200 funcionários; 15 destes receberam treinamento na Índia e já estão trabalhando. A unidade brasileira não atenderá ao mercado interno, pois o banco já tem uma equipe de 1,3 mil profissionais de tecnologia da informação alocados no País.

HSBC inaugura centro que vai exportar tecnologia. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 17 ago. 2006. p. 28.

SANCHOTENE, Marco. Tecnologia para o mundo no HSBC de Curitiba. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 17 ago. 2006. p. 21.

## CIÊNCIA E TECNOLOGIA

### UFPR receberá R\$ 3,2 milhões através do Fundo CT-Infra

O Ministério da Ciência e Tecnologia e a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) disponibilizou R\$ 150 milhões para as instituições de pesquisa pelo Fundo CT-Infra. Deste total, R\$ 3,2 milhões devem ser enviados à Universidade Federal do Paraná (UFPR) até o mês de agosto, para serem investidos em infraestrutura de pesquisa.

A UFPR obteve, pelo ranking do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), o 13º lugar entre as universidades brasileiras com projetos aprovados. Entre as universidades da Região Sul alcançou o segundo lugar e, no Estado, o primeiro lugar. Dos dez subprojetos apresentados, nove foram premiados.

As áreas beneficiadas serão as de Materiais, Agronegócios, Biodiversidade, Sociedade e Cultura, Modelagem Computacional, Saúde e Meio Ambiente, Rede de Dados e Microscopia Eletrônica.

A universidade possui cerca de 319 grupos de pesquisa, 1.096 doutores e 1.456 pesquisadores. Recebeu, em cinco anos, R\$ 13 milhões do Fundo, investidos na construção de laboratórios, melhoria do sistema de redes e compra de equipamentos.

VALENZA, Cecília. UFPR vai investir verba especial em pesquisas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1 jul. 2006. p. 5.

# ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2006

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 368	526 347	19 232
2006 <sup>(1)</sup>	14 850	27 699	1 865	60 898	175 845	2 888	28 459	577 516	20 293

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006 <sup>(1)</sup>	101 120	129 389	1 280	437 269	34 915 807	79 850	39 595	134 524	3 397

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2006

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006 <sup>(1)</sup>	576 795	770 955	1 337	198 800	4 301 851	21 639	2 425 085	10 941 954	4 512

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006 <sup>(1)</sup>	447	1 221	2 732	3 936 456	9 374 855	2 382	826 484	1 755 371	2 124

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2006

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Mai	145 529	28 822	31 875
1998	854 517	236 358	193 435	Junho	151 796	27 435	32 579
1999	957 237	198 873	229 466	Julho	155 851	27 600	33 409
2000	1 041 412	181 113	235 315	Agosto	162 330	29 511	35 636
2001	1 121 828	197 985	263 451	Setembro	158 381	27 938	33 496
2002	1 235 681	219 350	333 951	Outubro	156 713	23 598	29 589
2003	1 344 398	219 774	359 139	Novembro	156 051	23 835	30 444
2004	1 557 747	276 806	340 568	Dezembro	158 021	26 836	30 761
2005	1 788 481	308 947	367 765	2006 <sup>(1)</sup>	468 577	69 733	86 607
Janeiro	138 408	18 246	27 016	Janeiro	159 589	21 644	30 330
Fevereiro	128 063	19 364	25 759	Fevereiro	146 023	22 502	28 110
Março	141 733	26 502	28 752	Março	162 965	25 587	28 167
Abril	135 603	29 261	28 540				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - PRODUÇÃO DE COLHEITADEIRAS E TRATORES, NO PARANÁ - 1976 - 2006

ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)		ANO	PRODUÇÃO (UNIDADES)	
	Colheitadeiras	Tratores		Colheitadeiras	Tratores
1976	1 515	5 186	2001	2 046	8 307
1977	1 356	8 826	2002	2 448	9 752
1978	1 614	9 636	2003	3 112	10 449
1979	1 635	12 575	2004	3 147	10 619
1980	1 936	13 482	2005	811	6 444
1981	1 954	14 105	Janeiro	60	246
1982	1 179	6 606	Fevereiro	118	627
1983	1 079	3 345	Março	90	738
1984	1 748	7 921	Abril	34	749
1985	2 167	9 728	Mai	19	686
1986	2 029	10 588	Junho	25	910
1987	2 121	9 479	Julho	53	551
1988	1 567	8 847	Agosto	54	635
1989	1 386	6 189	Setembro	69	432
1990	885	4 111	Outubro	100	258
1991	584	2 677	Novembro	64	303
1992	593	2 893	Dezembro	125	310
1993	1 038	4 475	2006	318	4 714
1994	1 707	9 011	Janeiro	62	450
1995	859	5 095	Fevereiro	82	484
1996	897	4 180	Março	67	633
1997	1 296	6 062	Abril	48	579
1998	1 380	6 025	Mai	44	849
1999	1 351	4 854	Junho	15	822
2000	1 692	6 251	Julho	...	897

FONTES: Anfavea, New Holland Latino-Americana Ltda.

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 4 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2005

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534
2005 <sup>(1)</sup>	3 297 487	32,90	993 480	9,91	5 597 653	55,85	134 049	1,31	10 022 669

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - COMÉRCIO EXTERIOR PARANAENSE E BRASILEIRO, SEGUNDO PRINCIPAIS MERCADOS - 2004-2005

BLOCO / REGIÃO	PARANÁ			BRASIL	
	Valor (US\$ FOB)		Var. (%)	Valor (US\$ FOB)	
	2004	2005		2004	2005
Exportação	9 396 534 183	10 022 668 933	6,7	96 475 238 342	118 308 269 477
União Européia	2 676 718 284	3 118 402 012	16,5	24 160 225 116	26 493 366 323
Ásia (exclusive Oriente Médio)	1 423 302 591	1 857 533 540	30,5	14 563 861 340	18 552 197 089
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	1 288 856 293	1 379 202 023	7,0	20 341 292 041	22 741 381 375
Aladi (exclusive Mercosul)	750 150 261	1 127 158 279	50,3	10 787 356 237	13 702 190 590
Mercosul	830 011 051	946 408 327	14,0	8 912 110 892	11 726 093 723
Oriente Médio	843 999 471	636 604 302	-24,6	3 687 154 896	4 286 140 965
África (exclusive Oriente Médio)	330 249 472	395 414 399	19,7	4 244 927 085	5 977 269 239
Outros	1 253 246 760	561 946 051	-55,2	9 778 310 735	14 829 630 173
Importação	4 026 142 975	4 524 855 667	12,4	62 834 697 626	73 551 417 513
União Européia	1 457 300 260	1 760 052 664	20,8	15 928 193 762	18 146 178 521
África (exclusive Oriente Médio)	407 563 194	625 640 216	53,5	6 185 643 245	6 667 114 032
Mercosul	442 776 269	561 367 640	26,8	6 390 320 455	7 051 573 336
Ásia (exclusive Oriente Médio)	457 774 637	546 716 803	19,4	12 279 524 602	16 870 178 233
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	537 948 796	470 320 329	-12,6	11 530 275 293	12 850 808 012
Aladi (exclusive Mercosul)	168 514 042	191 671 436	13,7	3 636 232 422	4 515 619 949
Oriente Médio	119 988 147	89 105 877	-25,7	2 311 924 488	2 509 570 207
Outros	434 277 630	279 980 702	-35,5	4 572 583 359	4 940 375 223

FONTE: MDIC/SECEX

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-JULHO 2005-2006

continua

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-JUL 2006		JAN-JUL 2005		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Material de transporte e componentes	1 156 491 823	21,34	1 333 677 519	23,58	-13,29
Motores para veículos	386 972 266	7,14	331 152 371	5,86	16,86
Automóveis	349 644 044	6,45	671 812 867	11,88	-47,96
Autopeças	122 451 243	2,26	68 689 344	1,21	78,27
Tratores	116 359 205	2,15	109 374 561	1,93	6,39
Veículos de carga	73 518 330	1,36	96 388 218	1,70	-23,73
Ônibus	68 262 775	1,26	29 811 650	0,53	128,98
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	31 482 957	0,58	22 726 899	0,40	38,53
Helicópteros	2 865 088	0,05	1 282 019	0,02	123,48
Reboques para transporte de mercadorias	878 858	0,02	236 765	0,00	271,19
Pneumáticos e câmaras de ar	320 579	0,01	287 959	0,01	11,33
Trens e materiais para vias férreas	44 652	0,00	44 651	0,00	0,00
Partes e peças de aviões e helicópteros	16 135	0,00	-	-	-
Motocicletas	7 320	0,00	-	-	-
Motores e turbinas para aviação	-	-	161	0,00	-100,00
Demais materiais de transporte	3 668 371	0,07	1 870 054	0,03	96,16
Complexo soja	1 121 801 828	20,70	1 399 725 244	24,75	-19,86
Soja em grão	428 899 485	7,91	613 928 239	10,86	-30,14
Farelo de soja	417 624 974	7,71	513 868 022	9,09	-18,73
Óleo de soja bruto	194 123 185	3,58	194 816 538	3,45	-0,36
Óleo de soja refinado	81 154 184	1,50	77 112 445	1,36	5,24
Madeiras e manufaturas de madeira	628 918 927	11,61	653 102 151	11,55	-3,70
Madeira compensada ou contraplacada	233 081 865	4,30	283 365 004	5,01	-17,75
Madeira serrada	113 451 581	2,09	130 393 916	2,31	-12,99
Obras de marcenaria ou de carpintaria	79 055 846	1,46	67 973 721	1,20	16,30
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	41 312 460	0,76	45 871 396	0,81	-9,94
Madeira laminada	13 133 025	0,24	13 789 646	0,24	-4,76
Demais madeiras e manufaturas de madeira	148 884 150	2,75	111 708 468	1,98	33,28
Carnes	493 931 308	9,11	676 113 548	11,96	-26,95
Carne de frango "in natura"	411 724 006	7,60	471 152 436	8,33	-12,61
Carne de frango industrializada	25 007 521	0,46	5 596 742	0,10	346,82
Carne suína "in natura"	23 110 435	0,43	96 134 825	1,70	-75,96
Carne de peru "in natura"	8 592 796	0,16	35 170 154	0,62	-75,57
Carne bovina "in natura"	8 208 595	0,15	54 144 654	0,96	-84,84
Carne bovina industrializada	555 976	0,01	494 781	0,01	12,37
Demais carnes	16 731 979	0,31	13 419 956	0,24	24,68
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	320 600 162	5,92	305 645 541	5,40	4,89
Compressores e bombas	101 196 736	1,87	124 343 439	2,20	-18,62
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	34 646 696	0,64	40 787 975	0,72	-15,06
Refrigeradores e congeladores	31 049 212	0,57	35 826 813	0,63	-13,34
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	19 273 162	0,36	12 595 180	0,22	53,02
Torneiras e válvulas	18 636 928	0,34	7 972 292	0,14	133,77
Rolamentos e engrenagens	14 159 497	0,26	15 613 499	0,28	-9,31
Aparelhos de ar-condicionado	6 073 351	0,11	6 032 527	0,11	0,68
Aparelhos para filtrar ou depurar	2 140 495	0,04	688 903	0,01	210,71
Computadores e acessórios	1 793 662	0,03	627 799	0,01	185,71
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	1 343 090	0,02	2 764 654	0,05	-51,42
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	361 087	0,01	175 173	0,00	106,13
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	262 983	0,00	683 152	0,01	-61,50
Laminadores de metais	6 780	0,00	3 430	0,00	97,67
Máquinas de costura	6 683	0,00	-	-	-
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	1 873	0,00	877	0,00	113,57
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	89 647 927	1,65	57 529 828	1,02	55,83

TABELA 6 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-JULHO 2005-2006

conclusão

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-JUL 2006		JAN-JUL 2005		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Cereais	236 905 108	4,37	61 882 978	1,09	282,83
Derivados de petróleo	164 314 535	3,03	89 832 209	1,59	82,91
Óleos e combustíveis para consumo de bordo	97 490 475	1,80	67 715 574	1,20	43,97
Óleos e combustíveis	43 325 040	0,80	16 291 686	0,29	165,93
Gasolina	19 832 658	0,37	3 747 535	0,07	429,22
Óleos lubrificantes	1 361 048	0,03	1 206 480	0,02	12,81
Demais derivados de petróleo	2 305 314	0,04	870 934	0,02	164,69
Papel e celulose	159 831 256	2,95	148 328 559	2,62	7,75
Papel	159 819 734	2,95	147 952 592	2,62	8,02
Celulose	11 522	0,00	375 967	0,01	-96,94
Açúcar	147 354 310	2,72	123 681 204	2,19	19,14
Açúcar bruto	144 970 310	2,68	120 658 890	2,13	20,15
Açúcar refinado	2 384 000	0,04	3 022 314	0,05	-21,12
Produtos químicos	140 925 183	2,60	117 201 362	2,07	20,24
Plásticos e suas obras	33 341 871	0,62	27 545 147	0,49	21,04
Produtos químicos orgânicos	31 847 482	0,59	26 511 003	0,47	20,13
Adubos e fertilizantes	19 664 130	0,36	21 923 681	0,39	-10,31
Produtos químicos inorgânicos	8 857 981	0,16	8 433 772	0,15	5,03
Óleos essenciais e resinóides	4 897 064	0,09	4 649 746	0,08	5,32
Extratos tanantes e tintoriais	1 508 616	0,03	1 151 590	0,02	31,00
Produtos farmacêuticos	959 011	0,02	1 133 416	0,02	-15,39
Demais produtos químicos	39 849 028	0,74	25 853 007	0,46	54,14
Café	132 003 478	2,44	124 146 081	2,20	6,33
Café solúvel	90 704 214	1,67	84 821 698	1,50	6,94
Café cru em grão	41 299 264	0,76	39 324 383	0,70	5,02
Outros Grupos de Produtos	716 076 949	13,21	621 667 875	10,99	15,19
TOTAL	5 419 154 867	100,00	5 655 004 271	100,00	-4,17

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-JULHO 2005-2006

continua

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-JUL 2006		JAN-JUL 2005		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Derivados de petróleo	629 825 128	21,37	411 734 348	15,01	52,97
Óleos brutos de petróleo	597 036 712	20,25	405 056 555	14,76	47,40
Óleos e combustíveis	24 283 623	0,82	-	-	-
Óleos lubrificantes	68 289	0,00	300 709	0,01	-77,29
Gasolina	-	-	2 664	0,00	-
Demais derivados de petróleo	8 436 504	0,29	6 374 420	0,23	32,35
Material de transporte e componentes	569 532 375	19,32	586 964 833	21,39	-2,97
Autopeças	258 167 705	8,76	314 110 798	11,45	-17,81
Motores para veículos	129 073 227	4,38	192 166 216	7,00	-32,83
Automóveis	126 161 286	4,28	24 962 026	0,91	405,41
Pneumáticos e câmaras de ar	22 055 879	0,75	22 274 812	0,81	-0,98
Helicópteros	10 220 542	0,35	11 671 414	0,43	-12,43
Trens e materiais para vias férreas	5 491 146	0,19	84 586	0,00	6 391,79
Tratores	2 242 397	0,08	650 587	0,02	244,67
Veículos de carga	2 093 141	0,07	4 275 778	0,16	-51,05
Partes e peças de aviões e helicópteros	535 823	0,02	475 115	0,02	12,78
Chassis e carroçarias para veículos automóveis	357 339	0,01	308 588	0,01	15,80
Motocicletas	257 637	0,01	11 007	0,00	2 240,67
Motores e turbinas para aviação	243 707	0,01	691 684	0,03	-64,77
Aviões	36 125	0,00	36 000	0,00	0,35
Reboques para transporte de mercadorias	4 302	0,00	-	-	-
Demais materiais de transporte	12 592 119	0,43	15 246 222	0,56	-17,41
Produtos químicos	469 165 322	15,92	482 580 478	17,59	-2,78
Produtos químicos orgânicos	159 592 337	5,41	118 971 887	4,34	34,14
Alubos e fertilizantes	108 429 566	3,68	196 492 065	7,16	-44,82
Plásticos e suas obras	93 296 256	3,16	84 471 683	3,08	10,45
Produtos farmacêuticos	34 930 955	1,18	21 126 058	0,77	65,35
Produtos químicos inorgânicos	12 183 830	0,41	9 667 952	0,35	26,02
Extratos tanantes e tintoriais	12 128 171	0,41	11 136 868	0,41	8,90
Produtos para fotografia	3 241 791	0,11	1 424 065	0,05	127,64
Óleos essenciais e resinóides	1 948 915	0,07	3 069 984	0,11	-36,52
Demais produtos químicos	43 413 501	1,47	36 219 916	1,32	19,86
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	374 096 942	12,69	390 779 898	14,24	-4,27
Compressores e bombas	79 844 977	2,71	93 842 639	3,42	-14,92
Computadores e acessórios	48 921 330	1,66	31 865 930	1,16	53,52
Rolamentos e engrenagens	46 480 126	1,58	54 458 165	1,98	-14,65
Torneiras e válvulas	22 099 263	0,75	22 479 979	0,82	-1,69
Aparelhos para filtrar ou depurar	11 504 083	0,39	13 876 243	0,51	-17,10
Refrigeradores e congeladores	11 455 972	0,39	12 495 512	0,46	-8,32
Aparelhos de ar-condicionado	9 551 353	0,32	19 055 702	0,69	-49,88
Máquinas e aparelhos de elevação de carga, descarga, etc.	9 468 607	0,32	6 086 166	0,22	55,58
Máquinas e aparelhos para fabr. de pasta celulósica e papel	8 702 172	0,30	8 984 381	0,33	-3,14
Máquinas e aparelhos de uso agrícola, exceto trator	3 832 987	0,13	7 429 384	0,27	-48,41
Máquinas e aparelhos para encher, fechar, etc. recipientes	3 389 031	0,11	2 571 296	0,09	31,80
Máquinas e aparelhos para trabalhar pedra e minério	723 877	0,02	786 365	0,03	-7,95
Máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração	599 238	0,02	1 002 893	0,04	-40,25
Máquinas de costura	598 719	0,02	437 088	0,02	36,98
Laminadores de metais	190 165	0,01	67 935	0,00	179,92
Demais máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	116 735 042	3,96	115 340 220	4,20	1,21

TABELA 7 - IMPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO GRUPOS E SUBGRUPOS DE PRODUTOS - JANEIRO-JULHO 2005-2006

GRUPO / SUBGRUPO	JAN-JUL 2006		JAN-JUL 2005		conclusão
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	VAR. (%)
Materiais elétricos e eletrônicos	265 011 327	8,99	247 060 948	9,00	7,27
Aparelhos elétricos para telefonia	36 298 830	1,23	29 040 074	1,06	25,00
Geradores e transformadores, elétricos	29 950 842	1,02	27 979 277	1,02	7,05
Aparelhos transmissores e receptores	28 926 541	0,98	41 966 327	1,53	-31,07
Aparelhos para interrupção, proteção de energia, suas partes	26 828 721	0,91	27 956 187	1,02	-4,03
Fios, cabos e condutores para uso elétrico	7 880 685	0,27	9 257 454	0,34	-14,87
Aparelhos eletro-mecânicos ou térmicos, de uso doméstico	2 388 721	0,08	1 387 162	0,05	72,20
Demais materiais elétricos e eletrônicos	132 736 987	4,50	109 474 467	3,99	21,25
Produtos metalúrgicos	119 248 347	4,05	88 382 431	3,22	34,92
Produtos laminados planos de ferro ou aço	14 389 986	0,49	2 068 130	0,08	595,80
Barras, perfis, fios, chapas e tiras, de alumínio	11 291 973	0,38	6 257 535	0,23	80,45
Catodos de cobre	7 825 518	0,27	3 311 374	0,12	136,32
Tubos de ferro fundido, ferro ou aço	4 860 154	0,16	4 007 574	0,15	21,27
Ligas de alumínio	1 010 554	0,03	3 374 167	0,12	-70,05
Fio-máquinas e barras de ferro ou aço	961 062	0,03	700 270	0,03	37,24
Produtos semimanufaturados de ferro ou aço	285 020	0,01	364 109	0,01	-21,72
Demais produtos metalúrgicos	78 624 080	2,67	68 299 272	2,49	15,12
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	82 743 700	2,81	89 002 192	3,24	-7,03
Papel e celulose	61 175 126	2,08	57 803 815	2,11	5,83
Papel	38 682 355	1,31	25 745 586	0,94	50,25
Celulose	22 492 771	0,76	32 058 229	1,17	-29,84
Cereais	47 383 042	1,61	35 031 719	1,28	35,26
Produtos têxteis	36 522 490	1,24	28 480 049	1,04	28,24
Confecções	19 331 669	0,66	16 591 148	0,60	16,52
Fios sintéticos ou artificiais	8 602 684	0,29	5 770 304	0,21	49,09
Tecidos de algodão	55 716	0,00	68 672	0,00	-18,87
Sisal em fibras, cordas e cabos	298	0,00	1 308	0,00	-77,22
Fios de algodão	220	0,00	292	0,00	-24,66
Demais produtos têxteis	8 531 903	0,29	6 048 325	0,22	41,06
Madeiras e manufaturas de madeira	20 716 488	0,70	18 817 741	0,69	10,09
Painéis de fibras ou de partículas de madeira	14 993 364	0,51	12 809 757	0,47	17,05
Madeira serrada	2 116 480	0,07	2 581 572	0,09	-18,02
Madeira laminada	1 104 234	0,04	1 837 353	0,07	-39,90
Madeira compensada ou contraplacada	127 878	0,00	105 826	0,00	20,84
Obras de marcenaria ou de carpintaria	22 568	0,00	425	0,00	5 210,12
Demais madeiras e manufaturas de madeira	2 351 964	0,08	1 482 808	0,05	58,62
Outros Grupos de Produtos	272 364 905	9,24	307 289 311	11,20	-11,37
TOTAL	2 947 785 192	100,00	2 743 927 763	100,00	7,43

FONTE: MDIC/SECEX

NOTA: Dados trabalhados pelo IPARDES.

TABELA 8 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2006

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 238	62 813 008	33 662 231
2005 <sup>(1)</sup>	10 022 669	4 526 596	5 496 073	118 308 387	73 585 787	44 722 600
Janeiro	536 298	397 779	138 519	7 444 156	5 257 383	2 186 773
Fevereiro	601 990	360 493	241 498	7 756 287	4 980 267	2 776 021
Março	858 948	428 202	430 745	9 250 721	5 909 067	3 341 654
Abril	896 454	372 547	523 908	9 201 549	5 331 783	3 869 766
Maio	902 353	442 932	459 421	9 818 450	6 371 998	3 446 453
Junho	921 094	405 752	515 342	10 206 064	6 172 542	4 033 521
Julho	937 866	335 907	601 960	11 061 348	6 057 655	5 003 693
Agosto	965 292	385 851	579 441	11 346 320	7 690 915	3 655 406
Setembro	824 736	343 842	480 893	10 634 464	6 315 147	4 319 317
Outubro	842 104	305 853	536 251	9 903 278	6 225 499	3 677 780
Novembro	914 250	395 738	518 512	10 789 757	6 710 300	4 079 457
Dezembro	821 284	351 701	469 583	10 895 992	6 563 232	4 332 760
2006 <sup>(1)</sup>	5 419 155	2 947 785	2 471 370	74 521 851	49 408 924	25 112 927
Janeiro	607 826	397 353	210 474	9 270 707	6 447 725	2 822 982
Fevereiro	628 929	348 838	280 090	8 750 217	5 939 832	2 810 385
Março	857 017	562 061	294 956	11 366 397	7 709 771	3 656 627
Abril	784 114	371 431	412 683	9 803 478	6 720 562	3 082 916
Maio	699 260	302 026	397 235	10 274 815	7 251 881	3 022 934
Junho	721 878	323 574	398 304	11 434 687	7 354 592	4 080 094
Julho	1 120 130	642 502	477 627	13 621 551	7 984 561	5 636 989

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 9 - ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR (IPC) EM CURITIBA - 1999-2006

PERÍODO	VARIAÇÃO (%)	PERÍODO	VARIAÇÃO (%)
1999	9,52	Agosto	0,08
2000	6,23	Setembro	0,23
2001	5,90	Outubro	0,41
2002	12,02	Novembro	0,32
2003	6,46	Dezembro	0,33
2004	10,40	2006	3,04
2005	4,05	Janeiro	1,21
Janeiro	0,52	Fevereiro	0,15
Fevereiro	0,02	Março	0,53
Março	0,66	Abril	0,76
Abril	1,14	Maio	0,30
Maio	0,38	Junho	-0,06
Junho	-0,82	Julho	0,12
Julho	0,74		

FONTE: IPARDES

TABELA 10 - PRINCIPAIS ÍNDICES NACIONAIS DE PREÇOS - 1980-2006

PERÍODO	VARIACÃO (%)				
	IPCA	IGP-DI	IGP-M	IPA-DI	INCC
1980	99,25	110,23	...	121,36	113,03
1981	95,62	95,20	...	94,28	86,12
1982	104,80	99,73	...	97,71	108,00
1983	164,01	211,02	...	234,04	148,91
1984	215,26	223,81	...	230,28	213,35
1985	242,23	235,13	...	225,77	283,63
1986	79,66	65,04	...	62,55	81,25
1987	363,41	415,95	...	407,25	416,58
1988	980,21	1 037,53	...	1 050,15	1 060,42
1989	1 972,91	1 782,85	...	1 748,91	2 022,58
1990	1 620,97	1 476,71	1 699,87	1 449,59	1 095,42
1991	472,70	480,23	458,38	471,67	486,30
1992	1 119,10	1 157,84	1 174,67	1 154,31	1 194,59
1993	2 477,15	2 708,17	2 567,34	2 639,47	2 763,41
1994	916,46	1 093,85	1 246,62	1 029,37	1 029,77
1995	22,41	14,77	15,24	6,38	31,48
1996	9,56	9,33	9,19	8,10	9,56
1997	5,22	7,48	7,74	7,80	6,81
1998	1,66	1,71	1,79	1,50	2,76
1999	8,94	19,99	20,10	28,88	9,20
2000	5,97	9,80	9,95	12,06	7,66
2001	7,67	10,40	10,37	11,88	8,85
2002	12,53	26,41	25,30	35,41	12,87
2003	9,30	7,66	8,69	6,27	14,42
2004	7,60	12,13	12,42	14,68	11,04
2005	5,69	1,23	1,20	-0,96	6,83
Janeiro	0,58	0,33	0,39	0,08	0,75
Fevereiro	0,59	0,40	0,30	0,39	0,44
Março	0,61	0,99	0,85	1,14	0,67
Abril	0,87	0,51	0,86	0,33	0,72
Mai	0,49	-0,25	-0,22	-0,98	2,09
Junho	-0,02	-0,45	-0,44	-0,78	0,76
Julho	0,25	-0,40	-0,34	-0,69	0,11
Agosto	0,17	-0,79	-0,65	-1,04	0,02
Setembro	0,35	-0,13	-0,53	-0,28	0,24
Outubro	0,75	0,63	0,60	0,79	0,19
Novembro	0,55	0,33	0,40	0,28	0,24
Dezembro	0,36	0,07	-0,01	0,37	-0,14
2006	1,73	1,45	1,96	1,39	3,61
Janeiro	0,59	0,72	0,92	0,81	0,34
Fevereiro	0,41	-0,06	0,01	-0,12	0,19
Março	0,43	-0,45	-0,23	-0,82	0,20
Abril	0,21	0,02	-0,42	-0,15	0,36
Mai	0,10	0,38	0,38	0,46	1,32
Junho	-0,21	0,67	0,75	1,06	0,90
Julho	0,19	0,17	0,18	0,17	0,47
Agosto	...	...	0,37	...	0,05

FONTES: IBGE, FGV

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2006

continua

ANO	RESIDENCIAL			INDUSTRIAL			COMERCIAL			RURAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	1 299 593	969 291	1,34	3 001 995	17 813	168,53	851 549	128 761	6,61	272 938	84 482	3,23
1983	1 448 654	1 034 511	1,40	3 073 475	17 546	175,17	918 416	132 319	6,94	316 622	98 197	3,22
1984	1 540 255	1 087 628	1,42	3 501 765	17 414	201,09	1 004 286	134 149	7,49	375 082	110 924	3,38
1985	1 664 522	1 160 358	1,43	4 223 948	18 538	227,85	1 082 727	137 975	7,85	455 386	149 948	3,04
1986	1 742 477	1 226 376	1,42	4 344 589	22 414	193,83	1 040 502	147 003	7,08	529 374	180 612	2,93
1987	1 969 469	1 283 301	1,53	4 426 193	23 592	187,61	1 139 754	153 382	7,43	623 808	207 010	3,01
1988	2 131 094	1 352 531	1,58	4 812 478	24 765	194,33	1 198 790	159 021	7,54	666 583	225 616	2,95
1989	2 305 889	1 432 780	1,61	4 943 319	26 844	184,15	1 256 049	167 241	7,51	669 758	232 101	2,89
1990	2 532 547	1 487 769	1,70	4 942 352	28 307	174,60	1 326 884	174 915	7,59	710 262	239 930	2,96
1991	2 728 913	1 564 954	1,74	4 961 887	30 093	164,89	1 410 622	184 105	7,66	770 424	241 854	3,19
1992	2 803 183	1 661 526	1,69	5 277 590	29 719	177,58	1 465 433	189 726	7,72	783 676	242 718	3,23
1993	2 942 026	1 760 153	1,67	5 721 496	31 475	181,78	1 562 062	198 402	7,87	807 335	253 995	3,18
1994	3 083 465	1 850 043	1,67	6 109 250	34 527	174,33	1 644 415	206 957	7,95	849 676	261 024	3,26
1995	3 496 661	1 928 441	1,81	6 319 368	36 322	173,98	1 828 569	215 459	8,48	921 030	264 605	3,48
1996	3 893 958	2 017 401	1,93	6 481 741	39 319	164,85	1 997 484	223 907	8,92	972 044	271 667	3,58
1997	4 070 901	2 087 652	1,95	6 773 231	41 752	162,22	2 164 222	231 472	9,35	1 019 293	273 850	3,72
1998	4 315 128	2 162 281	2,00	7 076 156	43 040	164,41	2 323 067	236 269	9,84	1 053 364	282 738	3,73
1999	4 286 162	2 159 603	1,98	6 237 923	43 090	144,76	2 383 606	235 671	10,11	1 082 043	279 932	3,87
2000	4 447 391	2 226 052	1,99	6 868 185	44 225	155,30	2 562 616	242 115	10,58	1 128 692	286 710	3,93
2001	4 311 700	2 304 333	1,87	7 308 055	45 326	165,25	2 638 769	248 633	10,61	1 137 253	302 767	3,97
2002	4 306 640	2 361 718	1,82	7 554 424	46 383	162,87	2 726 240	252 031	10,82	1 216 176	313 642	3,88
2003	4 381 518	2 428 812	1,80	7 233 321	49 062	147,43	2 863 582	257 408	11,12	1 249 719	321 491	3,89
2004	4 466 727	2 495 584	1,79	7 129 565	50 032	142,50	3 024 575	266 491	11,35	1 320 089	327 097	4,04
2005	4 652 720	2 561 066	1,82	6 465 685	53 256	121,41	3 231 234	273 124	11,83	1 389 281	327 363	4,24
Janeiro	394 956	2 504 352	0,16	537 608	50 057	10,74	267 640	266 845	1,00	115 872	327 474	0,35
Fevereiro	386 716	2 511 715	0,15	585 022	49 647	11,78	270 417	267 203	1,01	121 246	327 396	0,37
Março	378 044	2 517 373	0,15	604 655	49 712	12,16	283 059	267 366	1,06	125 569	327 773	0,38
Abril	401 834	2 524 113	0,16	544 947	50 058	10,89	296 922	268 038	1,11	128 731	328 270	0,39
Mai	382 122	2 526 452	0,15	524 267	50 792	10,32	264 386	269 504	0,98	119 911	326 887	0,37
Junho	388 876	2 532 626	0,15	521 692	51 110	10,21	261 313	269 911	0,97	112 752	327 973	0,34
Julho	376 876	2 535 122	0,15	513 502	51 284	10,01	248 857	270 491	0,92	108 957	327 392	0,33
Agosto	383 481	2 538 356	0,15	531 752	51 606	10,30	255 235	270 952	0,94	108 105	327 865	0,33
Setembro	392 888	2 545 459	0,15	522 833	52 098	10,04	262 979	271 782	0,97	110 284	328 461	0,34
Outubro	385 733	2 551 211	0,15	522 019	52 460	9,95	264 054	272 286	0,97	108 801	327 927	0,33
Novembro	392 917	2 555 856	0,15	528 283	52 868	9,99	275 453	272 895	0,98	112 966	327 654	0,34
Dezembro	388 276	2 561 066	0,15	529 105	53 256	9,94	280 920	273 124	1,03	116 087	327 363	0,35
2006												
Janeiro	415 781	2 570 195	0,16	475 983	53 566	8,89	294 389	273 046	1,08	124 095	327 246	0,38
Fevereiro	404 829	2 576 053	0,16	502 200	53 928	9,31	301 544	272 912	1,10	133 188	326 854	0,41
Março	390 598	2 581 912	0,15	488 030	54 294	8,99	295 773	273 215	1,08	128 747	326 387	0,39
Abril	400 790	2 588 383	0,15	509 353	54 735	9,31	298 101	273 781	1,09	126 208	326 305	0,39
Mai	383 903	2 590 863	0,15	490 630	54 830	8,95	261 176	274 018	0,95	119 583	326 829	0,37
Junho	396 396	2 597 694	0,15	511 250	55 156	9,27	260 430	274 767	0,95	109 868	327 049	0,34
Julho	393 991	2 603 097	0,15	497 918	54 980	9,06	258 816	275 273	0,94	109 814	326 867	0,34

TABELA 11 - CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CLASSE, NO PARANÁ - 1982-2006

conclusão

ANO	ILUMINAÇÃO PÚBLICA			SERVIÇOS PÚBLICOS			PRÓPRIO			TOTAL		
	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio	MWh	Consumidor	Cons. Médio
1982	350 752	926	378,78	194 380	1 037	187,44	34 451	1 019	33,81	6 005 658	1 203 329	4,99
1983	366 667	931	393,84	217 676	1 148	189,61	51 427	1 073	47,93	6 392 937	1 285 725	4,97
1984	391 060	957	408,63	239 141	1 240	192,86	62 097	1 113	55,79	7 113 686	1 353 425	5,26
1985	426 117	990	430,42	249 879	1 371	182,26	60 867	1 101	55,28	8 163 344	1 470 281	5,55
1986	404 467	1 019	396,93	258 540	1 515	170,65	67 435	1 154	58,44	8 387 384	1 580 093	5,31
1987	472 246	1 029	458,94	280 669	1 627	172,51	67 805	1 198	56,60	8 979 944	1 671 139	5,37
1988	522 691	1 040	502,59	303 603	1 775	171,04	52 814	1 266	41,72	9 688 053	1 766 014	5,49
1989	542 071	1 029	526,79	311 674	1 862	167,39	53 035	1 302	40,73	10 081 795	1 863 159	5,41
1990	543 225	1 035	524,86	324 304	1 945	166,74	55 626	1 323	42,05	10 435 200	1 935 224	5,39
1991	555 513	1 041	533,63	349 943	2 069	169,14	49 385	1 314	37,58	10 826 687	2 025 430	5,35
1992	569 159	1 054	540,00	364 228	2 175	167,46	48 394	1 290	37,51	11 311 663	2 128 208	5,32
1993	581 418	1 056	550,59	385 049	2 345	164,20	48 830	1 282	38,09	12 048 216	2 248 708	5,36
1994	596 059	1 062	561,26	408 225	2 535	161,04	47 243	1 308	36,12	12 953 312	2 382 031	5,44
1995	617 280	1 066	579,06	432 308	2 695	160,41	50 285	1 368	36,75	13 998 664	2 475 295	5,65
1996	637 700	1 065	598,78	453 092	2 844	159,32	69 251	1 372	50,47	14 866 502	2 583 944	5,75
1997	664 359	2 581	257,40	468 424	2 903	161,36	72 469	1 367	53,01	15 232 899	2 641 577	5,77
1998	679 774	3 094	219,71	492 871	3 091	159,46	58 544	1 329	43,98	15 998 805	2 731 842	5,86
1999	662 423	3 180	208,31	496 069	3 165	156,74	35 725	1 152	31,01	15 203 951	2 725 793	5,58
2000	672 684	3 840	175,17	505 344	3 297	153,27	33 341	1 033	32,27	16 207 304	2 807 270	5,77
2001	675 604	4 133	163,47	518 944	3 346	155,09	27 393	593	26,52	16 617 718	2 909 131	5,71
2002	672 706	4 399	152,92	525 399	3 492	150,46	20 096	582	34,53	17 021 681	2 982 247	5,71
2003	671 510	5 208	128,94	542 456	3 553	152,68	19 608	580	33,81	16 961 714	3 066 114	5,53
2004	685 577	6 667	102,83	551 210	3 619	152,31	21 874	571	38,31	17 199 617	3 150 061	5,46
2005	703 970	7 098	99,18	564 877	3 707	152,38	22 044	581	37,94	17 029 811	3 226 195	5,28
Janeiro	58 233	6 742	8,64	47 702	3 618	13,18	1 888	573	3,29	1 423 899	3 159 661	0,45
Fevereiro	58 108	6 744	8,62	47 309	3 618	13,08	1 838	572	3,21	1 470 656	3 166 895	0,46
Março	58 109	6 751	8,61	46 112	3 623	12,73	1 919	571	3,36	1 497 467	3 173 169	0,47
Abril	58 362	6 754	8,64	49 596	3 620	13,70	2 092	572	3,66	1 482 484	3 181 425	0,47
Mai	58 496	6 764	8,65	46 287	3 634	12,74	1 815	572	3,17	1 397 284	3 184 605	0,44
Junho	58 887	6 854	8,59	47 640	3 638	13,10	1 793	574	3,12	1 392 953	3 192 686	0,44
Julho	58 711	6 931	8,47	45 229	3 653	12,38	1 687	569	2,96	1 353 819	3 195 442	0,42
Agosto	58 677	6 971	8,42	46 914	3 669	12,79	1 697	572	2,97	1 385 860	3 199 991	0,43
Setembro	58 967	6 997	8,43	46 805	3 667	12,76	1 720	574	3,00	1 396 477	3 209 038	0,44
Outubro	59 413	6 996	8,49	45 496	3 678	12,37	1 781	577	3,09	1 387 296	3 215 135	0,43
Novembro	58 566	7 051	8,30	47 878	3 688	12,98	1 886	577	3,27	1 417 939	3 220 589	0,44
Dezembro	59 450	7 098	8,38	47 908	3 707	12,92	1 931	581	3,32	1 423 676	3 226 195	0,44
2006												
Janeiro	59 530	7 180	8,29	50 703	3 713	13,66	2 043	581	3,52	1 422 524	3 235 527	0,44
Fevereiro	59 518	7 215	8,25	49 981	3 719	13,44	2 135	581	3,68	1 453 395	3 241 262	0,45
Março	59 412	7 241	8,20	47 504	3 709	12,81	2 001	583	3,43	1 412 065	3 247 341	0,43
Abril	59 661	7 263	8,21	49 197	3 714	13,25	2 031	588	3,45	1 445 341	3 254 769	0,44
Mai	59 409	7 324	8,11	49 353	3 738	13,20	1 964	589	3,33	1 366 018	3 258 191	0,42
Junho	59 422	7 372	8,06	48 482	3 753	12,92	1 820	587	3,10	1 387 668	3 266 378	0,42
Julho	59 652	7 422	8,04	46 176	3 751	12,31	1 839	588	3,13	1 368 206	3 271 978	0,42

FONTE: COPEL

NOTA: A totalização dos dados abrange a distribuição direta de energia, exclusive para os poderes públicos.

TABELA 12 - VENDAS DE COMBUSTÍVEIS, NO PARANÁ - 1999-2006

PERÍODO	VENDAS (m³)			
	Óleo Combustível	Gasolina <sup>(1)</sup>	Óleo Diesel	GLP
1999	612 534	1 619 097	2 979 938	847 527
2000	477 427	1 583 337	3 031 779	842 922
2001	409 451	1 477 085	3 228 911	819 977
2002	377 406	1 435 096	3 353 184	787 611
2003	289 030	1 480 157	3 450 076	766 226
2004	190 052	1 580 815	3 601 808	790 619
2005	166 738	1 652 970	3 518 182	805 119
Janeiro	13 075	125 718	234 481	58 485
Fevereiro	12 692	124 523	275 158	57 600
Março	14 463	137 161	358 729	63 623
Abril	13 223	131 223	306 370	63 316
Maio	13 515	133 295	289 173	68 231
Junho	15 395	133 053	291 069	70 432
Julho	13 885	143 499	295 441	72 887
Agosto	14 652	161 808	328 343	75 267
Setembro	14 330	142 307	297 227	72 457
Outubro	13 976	129 715	287 898	68 103
Novembro	13 904	132 480	288 176	67 027
Dezembro	13 628	158 187	266 117	67 691
2006	78 017	808 423	1 712 823	395 677
Janeiro	12 218	131 842	244 992	58 992
Fevereiro	11 709	131 040	270 734	57 054
Março	15 368	141 531	345 202	69 472
Abril	12 510	135 684	287 470	63 335
Maio	14 842	137 108	282 003	76 398
Junho	11 371	130 304	280 197	70 426

FONTE: ANP

NOTA: Inclui o consumo das companhias distribuidoras.

(1) Não inclui a gasolina de aviação.

TABELA 13 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2006

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)												
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	jan/05	fev/05	mar/05	abr/05	maio/05	jun/05	jul/05
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	99,15	90,96	101,9	94,41	103,08	115,18	108,52
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	111,82	92,41	110,81	101,73	97,83	97,26	105,52
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	112,03	91,81	110,17	100,99	97,05	96,47	104,72
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	86,03	79,67	93,68	110,86	114,29	98,95	119,34
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	129,78	115,2	131,36	131,83	149,6	144,52	142,93
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	...	...	...	100,00	106,49	117,25	99,44	102,75	120,47	110,57	121,59	120,86	116,44
Livros, jornais, revistas e papeleria	...	...	...	100,00	86,81	86,80	100,53	136,19	98,79	78,73	69,48	65,58	77,28
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	...	...	...	100,00	97,82	173,86	69,72	155,59	173,65	172,54	162,44	192,01	163,72
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	...	...	...	100,00	114,68	130,80	97,88	104,52	140,44	112,03	129,4	124,71	122,90
COMÉRCIO VAREJISTA – TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	107,67	95,11	111,57	105,49	108,22	107,71	112,53

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)											
	ago/05	set/05	out/05	nov/05	dez/05	2006	jan/06	fev/06	mar/06	abr/06	maio/06	jun/06
Combustíveis e lubrificantes	103,50	100,76	100,71	100,19	101,07	83,97	88,57	82,11	86,22	82,02	82,51	82,41
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	96,10	95,99	104,85	97,92	131,77	104,48	92,34	99,44	108,44	113,57	106,37	106,69
Hipermercados e supermercados	95,06	94,95	103,74	96,67	130,49	103,55	91,32	98,64	107,49	112,67	105,42	105,76
Tecidos, vestuário e calçados	99,78	103,18	96,61	100,64	197,05	98,07	97,41	77,97	85,42	104,77	126,92	95,95
Móveis e eletrodomésticos	144,46	134,52	147,86	146,96	237,52	147,75	152,51	118,79	156,32	140,11	170,88	147,91
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	121,33	111,85	117,16	119,60	144,97	120,60	117,08	108,47	131,23	113,11	126,11	127,58
Livros, jornais, revistas e papeleria	99,53	75,43	68,81	64,26	106,94	88,63	103,09	106,77	98,47	79,07	77,74	66,65
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	196,92	172,72	204,58	182,97	239,43	229,51	179,19	215,71	249,79	206,76	240,19	285,39
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	123,69	115,10	130,92	131,47	236,49	134,85	116,31	113,6	133,43	157,15	151,3	137,32
COMÉRCIO VAREJISTA – TOTAL	105,64	103,22	109,56	106,15	149,50	107,36	101,31	98,04	110,11	111,96	114,3	108,43

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 14 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2006

SEÇÃO/ATIVIDADE <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	jan/05	fev/05
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	109,2	105,4
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	88,9	81,7
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	100,5	103,5
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	124,0	108,0
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	100,8	103,6
Edição, impressão e reprodução de gravações	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	...	186,5	190,7	256,5	177,7
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	99,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	90,4	70,5
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	59,3	71,5
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	80,7	87,7
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	87,6	90,4
Produtos de metal – excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	92,9	93,5
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	128,6	153,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	94,6	103,5
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	177,2	190,8
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	78,2	76,7

  

SEÇÃO/ATIVIDADE <sup>(1)</sup>	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100)																
	mar/05	abr/05	maio/05	jun/05	jul/05	ago/05	set/05	out/05	nov/05	dez/05	2006	jan/06	fev/06	mar/06	abr/06	maio/06	jun/06
Indústria de transformação	118,9	114,6	121,4	120,3	116,7	129,0	130,1	123,8	114,4	110,6	110,6	102,3	97,6	115,3	107,4	122,6	118,8
Alimentos	100,0	107,3	118,1	116,3	119,0	125,2	115,4	103,5	101,1	96,3	105,2	88,1	81,2	104,8	103,9	125,5	127,6
Bebidas	113,6	108,0	91,4	88,8	72,1	101,8	104,9	109,3	120,8	157,2	112,3	124,7	118,1	124,1	109,4	100,6	96,8
Madeira	137,1	123,0	121,2	123,7	111,5	113,9	115,9	102,9	112,9	97,0	107,4	111,9	102,0	111,1	111,0	104,4	104,2
Celulose, papel e produtos de papel	106,9	109,5	118,5	113,3	116,3	114,6	113,0	115,7	118,5	121,7	112,1	116,8	105,9	120,8	114,6	117,3	97,3
Edição, impressão e reprodução de gravações	181,0	128,1	183,3	172,4	141,9	210,4	216,5	199,6	192,9	227,6	174,0	203,7	113,7	154,5	161,9	200,1	209,9
Refino de petróleo e álcool	89,7	95,0	100,3	101,1	102,8	115,1	103,1	106,1	88,4	91,4	93,2	91,1	87,0	83,0	88,0	106,6	103,4
Outros produtos químicos	65,0	44,6	57,2	55,2	80,0	115,8	121,3	127,0	73,3	46,2	53,5	53,7	66,8	53,4	47,2	47,3	52,5
Borracha e plástico	92,2	93,6	100,3	98,8	95,1	99,5	96,3	102,7	105,5	101,0	105,4	104,1	100,7	112,1	96,8	115,0	103,6
Minerais não metálicos	99,6	95,7	95,0	95,7	97,7	96,2	92,7	91,3	95,6	97,1	88,7	89,1	78,9	93,1	81,1	95,9	94,5
Produtos de metal – excl. máquinas e equip.	105,2	107,5	104,3	101,3	100,1	109,6	103,9	101,4	108,7	90,2	101,8	90,6	100,7	122,5	92,7	101,3	103,3
Máquinas e equipamentos	145,8	122,0	134,0	112,1	102,6	109,1	112,3	119,5	113,5	119,5	119,6	122,0	108,4	123,6	113,1	126,9	123,9
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	107,4	94,4	107,2	106,3	114,7	112,5	136,8	123,7	131,3	141,8	114,9	112,0	107,3	130,3	102,4	123,8	114,0
Veículos automotores	228,4	230,6	215,3	239,6	207,7	227,0	270,6	234,1	189,8	158,5	179,2	117,5	159,9	217,8	181,3	207,9	190,9
Mobiliário	95,4	89,9	93,6	86,4	82,7	87,7	84,1	87,9	97,3	98,7	78,4	75,1	68,7	85,4	74,7	89,6	76,7

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

TABELA 15 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2006

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)											
	2001	2002	2003	2004	2005	Jan/05	Fev/05	Mar/05	Abr/05	Mai/05	Jun/05	Jul/05
Indústria geral	99,9	100,1	102,5	106,7	108,2	108,3	108,4	108,9	109,6	110,9	109,5	108,4
Indústrias extrativas	99,0	95,3	91,0	83,1	74,6	78,4	76,0	77,5	76,8	76,2	73,8	73,3
Indústria de transformação	99,9	100,2	102,7	107,0	108,7	108,7	108,8	109,3	110,0	111,3	110,0	108,9
Alimentos e bebidas	103,9	112,9	124,0	130,2	145,8	138,4	139,4	139,8	143,4	145,1	146,6	146,9
Fumo	160,7	151,6	139,3	171,8	176,0	111,3	214,2	333,0	420,1	408,5	91,8	89,9
Têxtil	103,9	104,5	98,9	97,5	93,0	93,1	93,6	93,6	94,2	94,6	93,1	93,1
Vestuário	99,1	109,7	119,8	137,4	143,1	148,1	145,5	143,8	143,1	147,0	148,4	145,4
Calçados e couro	102,3	94,2	84,9	77,5	87,3	80,8	81,1	82,2	79,2	87,1	91,9	89,8
Madeira	88,5	80,1	77,6	79,5	68,5	77,4	78,1	77,7	73,8	72,1	67,4	65,0
Papel e gráfica	99,8	101,8	112,3	115,9	117,0	117,1	116,2	116,6	117,8	119,0	117,6	117,3
Refino de petróleo e combustíveis	130,3	139,5	194,0	200,3	193,1	149,1	142,6	152,4	211,1	251,4	250,7	237,8
Produtos químicos	97,9	94,7	85,4	84,5	82,9	83,7	83,4	83,3	83,4	83,3	82,8	82,1
Borracha e plástico	99,1	102,9	92,1	90,5	92,8	90,1	91,6	91,5	91,1	92,9	93,2	93,9
Minerais não-metálicos	104,0	115,4	112,6	116,0	119,9	124,0	122,4	121,7	122,4	123,3	120,9	117,1
Metalurgia básica	109,3	91,8	83,4	79,7	81,4	86,2	83,6	83,5	83,0	82,3	81,1	81,7
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	101,0	95,4	97,4	96,9	99,4	97,6	97,7	98,8	96,0	98,3	97,6	98,8
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	100,7	111,3	125,2	137,6	137,2	138,6	141,0	141,7	141,2	141,3	142,3	139,9
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	104,8	106,9	96,7	90,5	96,2	90,6	93,6	94,9	99,0	99,1	97,4	96,9
Fabricação de meios de transporte	97,0	88,2	93,5	101,7	112,5	111,4	113,1	113,4	113,5	113,7	113,3	112,8
Fabricação de outros produtos	99,1	80,9	71,1	74,5	66,1	68,5	67,2	69,6	69,4	68,4	64,1	63,7

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)											
	Ago/05	Set/05	Out/05	Nov/05	Dez/05	2006	Jan/06	Fev/06	Mar/06	Abr/06	Mai/06	Jun/06
Indústria geral	108,1	107,9	107,0	106,9	104,9	105,7	104,9	104,9	105,2	105,8	106,3	107,2
Indústrias extrativas	71,4	74,0	73,7	72,4	71,1	74,2	72,0	73,8	73,8	73,7	76,1	75,6
Indústria de transformação	108,5	108,3	107,5	107,4	105,4	106,1	105,3	105,3	105,6	106,2	106,7	107,6
Alimentos e bebidas	148,5	149,2	149,5	151,9	151,0	149,2	148,2	149,5	148,6	148,7	149,1	150,9
Fumo	88,0	88,5	88,5	90,8	87,6	260,3	109,1	310,2	411,0	414,9	219,6	97,2
Têxtil	92,1	92,5	92,7	91,2	92,7	98,9	97,3	98,7	98,0	99,2	100,1	99,8
Vestuário	142,4	140,5	139,1	139,6	133,9	132,0	131,5	133,3	132,2	131,0	131,2	132,6
Calçados e couro	88,7	89,9	92,1	93,1	92,0	93,3	89,7	91,3	94,1	95,5	93,8	95,2
Madeira	64,8	63,4	62,4	60,9	59,2	58,8	59,9	57,9	58,2	58,0	59,0	60,1
Papel e gráfica	117,6	118,7	116,2	115,7	114,0	117,0	114,5	114,9	115,3	116,4	120,3	120,7
Refino de petróleo e combustíveis	227,3	219,5	169,5	157,9	148,1	199,2	145,7	140,4	181,9	216,1	254,8	256,5
Produtos químicos	81,6	83,0	84,0	83,4	81,4	89,5	87,7	87,7	92,0	91,1	88,2	90,1
Borracha e plástico	94,9	94,6	94,6	94,5	90,7	90,8	91,2	90,0	91,0	90,8	90,2	91,7
Minerais não-metálicos	120,8	118,2	117,6	116,3	114,3	113,9	115,5	115,0	114,5	113,7	112,6	111,9
Metalurgia básica	79,4	80,4	80,5	79,6	75,7	75,1	75,1	76,3	77,3	74,9	73,8	73,5
Produtos de metal <sup>(1)</sup>	99,5	102,4	103,8	102,0	100,4	103,1	101,4	103,2	102,5	104,1	102,6	104,5
Máquinas e equipamentos <sup>(2)</sup>	134,4	132,8	132,3	131,4	130,0	125,6	130,2	128,8	123,0	123,6	123,7	124,5
Máquinas e aparelhos elétricos <sup>(3)</sup>	95,5	96,8	98,4	97,8	94,2	94,2	95,1	94,9	94,0	93,5	94,3	93,1
Fabricação de meios de transporte	112,1	111,4	111,2	111,9	112,0	112,6	112,6	112,4	111,7	113,0	113,0	113,0
Fabricação de outros produtos	64,0	64,0	64,2	65,7	64,3	62,3	62,9	61,6	61,8	62,8	62,0	62,7

FONTE: IBGE – Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 16 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ<sup>(1)</sup> - 1995-2006

ANO	SETORES (número de vagas)						Total
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
Janeiro	987	300	1 252	2 911	-2 251	1	3 200
Fevereiro	1 732	414	1 498	5 713	-210	-	9 147
Março	5 709	434	1 826	4 788	2 772	-	15 529
Abril	12 495	274	2 934	3 118	5 257	-	24 078
Maiο	4 070	939	2 528	4 093	4 044	-	15 674
Junho	143	-16	2 038	3 856	929	-	6 950
Julho	251	23	1 856	2 424	76	1	4 631
Agosto	2 398	711	2 847	4 585	-222	-	10 319
Setembro	2 410	-16	2 599	1 512	-330	-	6 175
Outubro	-4 511	278	2 382	2 322	-1 445	1	-973
Novembro	-2 571	259	4 505	1 613	-4 332	1	-525
Dezembro	-8 278	-1 509	-1 082	-5 712	-5 250	-	-21 831
2006	28 098	5 691	8 010	24 868	10 239	-	76 906
Janeiro	2 532	2 080	219	1 901	132	-	6 864
Fevereiro	4 774	709	1 866	7 199	53	-	14 601
Março	5 113	243	-460	3 345	1 794	-	10 035
Abril	7 870	462	2 728	4 421	4 849	-	20 330
Maiο	2 894	1 903	2 550	3 673	2 448	-	13 468
Junho	2 387	-366	-15	2 277	326	-	4 609
Julho	2 528	660	1 122	2 052	637	-	6 999

FONTE: CAGED – MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 17 - TAXA DE DESEMPREGO NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 2002-2006

PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) <sup>(1)</sup>	PERÍODO	TAXA DE DESEMPREGO (%) <sup>(1)</sup>
2002		Outubro	8,4
Dezembro	6,4	Novembro	8,0
2003		Dezembro	7,2
Janeiro	7,8	2005	
Fevereiro	9,0	Janeiro	7,7
Março	10,0	Fevereiro	8,7
Abril	9,6	Março	8,5
Maió	10,2	Abril	8,2
Junho	10,2	Maió	8,1
Julho	10,3	Junho	7,9
Agosto	8,4	Julho	7,6
Setembro	8,4	Agosto	7,6
Outubro	8,5	Setembro	7,0
Novembro	8,0	Outubro	6,5
Dezembro	6,5	Novembro	5,1
2004		Dezembro	5,5
Janeiro	7,1	2006	
Fevereiro	7,5	Janeiro	7,2
Março	8,9	Fevereiro	7,9
Abril	8,2	Março	8,2
Maió	8,4	Abril	8,7
Junho	8,7	Maió	7,6
Julho	8,9	Junho	6,8
Agosto	8,2	Julho	6,7
Setembro	7,9		

FORTE: PME - IPARDES/IBGE

NOTA: A taxa de desemprego é denominada pelo IBGE como taxa de desocupação.

(1) Período de referência de procura do trabalho: 30 dias.

TABELA 18 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 1995-2005

ANO	PARANÁ		BRASIL	
	Valor (R\$ milhão) <sup>(1)</sup>	Varição Real (%)	Valor (R\$ milhão) <sup>(1)</sup>	Varição Real (%)
1995	38 369	1,78	646 192	4,22
1996	47 720	7,24	778 887	2,66
1997	52 849	0,89	870 743	3,27
1998	56 798	5,30	914 188	0,13
1999	61 724	2,32	973 846	0,79
2000	65 969	5,06	1 101 255	4,36
2001	72 770	4,59	1 198 736	1,31
2002	81 449	1,70	1 346 028	1,93
2003	99 000	5,20	1 556 182	0,54
2004 <sup>(2)</sup>	108 207	2,40	1 766 621	4,94
2005 <sup>(2)</sup>	...	0,3	1 937 598	2,28

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Preços correntes.

(2) Estimativa, no caso do Paraná.